



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

MARIA VITÓRIA DE ALMEIDA

**OS EFEITOS DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA DOS BRASILEIROS**

Campinas
2017

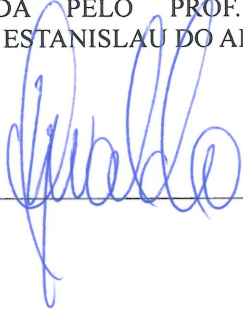
Maria Vitória de Almeida

OS EFEITOS DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS BRASILEIROS

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA MARIA VITÓRIA DE ALMEIDA E ORIENTADA PELO PROF. DR. OSWALDO MARTINS ESTANISLAU DO AMARAL.

A handwritten signature in blue ink, likely of the supervisor, Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral, is written over a horizontal line.

CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 1504862

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

AL64e Almeida, Maria Vitória de, 1992-
Os efeitos das condições socioeconômicas na participação política dos brasileiros. / Maria Vitória de Almeida. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Oswaldo Martins Estanislau do Amaral.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Participação política. 2. Democracia. 3. Desigualdade Social. I. Amaral, Oswaldo Martins Estanislau do, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The effects of socio economic conditions on the political participation in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Political participation

Democracy

Social Inequality

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestra em Ciência Política

Banca examinadora:

Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

Rachel Meneguello

Luciana Fernandes Veiga

Data de defesa: 25-05-2017

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 25 de maio de 2017, considerou a candidata Maria Vitória de Almeida aprovada.

Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral _____

Profa. Dra. Rachel Meneguello _____

Profa. Dra. Luciana Fernandes Veiga _____

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Para minha família

Agradecimentos

Primeiramente agradeço à minha família, que me acompanhou ao longo de todos esses anos de dedicação aos estudos. Obrigada pela presença e apoio nesta jornada. Em especial agradeço à minha avó Pola e ao meu avó Mozart pelos cuidados, palavras de incentivo e carinho.

Agradeço à meu pai Paulo que foi o grande motivo de eu ter cursado a graduação em Ciências Sociais. Nossa infinitas discussões sobre política e sociologia me instigaram a sempre querer aprender ainda mais.

À minha mãe Andreia agradeço o estímulo, confiança e amizade. Obrigada por ser esta grande amiga. Sua dedicação ao trabalho e aos estudos sempre me inspiraram desde cedo a ser independente e a persistir em alcançar meus objetivos.

Agradeço à minha família norte-americana Cassandra Rush, Tim Rush, Curtis Root, Patty Blackburn e Don Payday Rush pelos ensinamentos na língua inglesa e cultura. Durante todos os anos da graduação e mestrado vocês estiveram presentes e torcendo por mim, obrigada pela presença e carinho.

Agradeço ao professor Oswaldo, que desde quando chegou ao Instituto acompanhou de perto meu trabalho. Seu conhecimento sobre métodos na Ciência Política contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento do meu mestrado. Na graduação foi um grande prazer fazer parte das disciplinas de Partidos Políticos e Metodologia em Ciência Política. Ambas foram fundamentais para a construção do meu projeto de pesquisa e também para a continuidade dos estudos nesta disciplina. Obrigada pela orientação, dedicação e paciência ao longo desses anos.

Devo também agradecer aos professores e professoras do programa de pós-graduação em Ciência Política. As disciplinas foram momentos importantes de questionamento, aprendizado e discussão do fazer pesquisa e ciência. Em especial agradeço as professoras Rachel Meneguello e a Luciana Tatagiba por acompanharem mais de perto meu trabalho de pesquisa. Nesta mesma linha agradeço os professores Valeriano Costa e Wagner Romão pela dedicação e auxílio.

Não posso também deixar de agradecer os funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e a Biblioteca Octávio Ianni que sempre me ajudaram e estiveram presentes no meu dia a dia. Obrigada pelo carinho e dedicação.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por financiar a minha permanência no Mestrado.

A minha graduação e trajetória foram desenhadas, em grande medida, pelo Grupo de Estudos de Política Brasileira (Polbras). Agradeço ao Fernando Bizzarro e Vitor Sandes-Freitas por terem fundado o grupo. A sabedoria, conhecimento e humildade de ambos ao ensinar e compartilhar o conhecimento. Os primeiros anos de reuniões sempre serão lembrados. O Polbras acompanhou minha trajetória desde o segundo ano de graduação. Ao longo deste período tivemos a sorte de receber novos membros, cada um com sua personalidade e temática de pesquisa, mas todos com grande interesse e conhecimento. Agradeço a todos os membros pelas discussões e presença, em especial nos últimos anos ao Vitor Vazques, Monize Arquer, Marcela Tanaka, Henrique Curi, Marco Fagenello, Otávio Catelano e Raulino Pessoa. Todos vocês foram fundamentais, agradeço imensamente as diversas colaborações e conversas durante a minha graduação e mestrado.

Em especial agradeço o Jean Fernandes, grande amigo e companheiro de graduação e pós-graduação. O Jean foi um grande incentivador, sua leitura atenta e companheirismo nos estudos e na vida foram de extrema importância. Obrigada amigo por tudo, nossas viagens a congressos, as reuniões e amizade foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço o meu companheiro João Luis Del Rio, seu apoio e confiança sempre me incentivaram a seguir a diante. Obrigada por estar sempre ao meu lado, nossos momentos juntos são sempre os melhores. Agradeço a sua compreensão e paciência ao longo desta trajetória.

Agradeço à minha casa a Reptil Durval. Morar com todos vocês ao longo desses anos foi uma experiência incrível. Os melhores momentos da universidade eu com certeza vivi com vocês. Para além de amigos somos uma linda e diversa família. Obrigada de coração a presença de Fernanda e Ivan Bergamin, Raquel Nakazato, Lucía Dom, Rebeka Tomasin, Wagner Firmino, Alexandra Gimenes, Hugo Loureiro, Stéfanie e Marcela Campos, Mariana Faria, Mariana Carvalhal, David Souza, Caroline Neves, Matheus Pateti, Allan Moraes, Larissa Pereira, Lucas Mageste e William Pacheco.

“If democracy is interpreted as rule by the people, then the question of who participates in political decisions becomes the question of the nature of democracy in a society.”

Participation in America: Political Democracy and Social Equality - Sidney Verba e Norman H. Nie (1972).

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar os reflexos da desigualdade social e da pobreza na participação política dos brasileiros, no período entre 1993 a 2014. Buscamos compreender se os cidadãos com maiores níveis de renda e escolaridade têm maiores chances de participar da política do que os cidadãos com níveis mais baixos destes recursos (VERBA; NIE e KIM, 1978; SCHLOZMAN, VERBA E BRADY, 2012; DIAMOND e MORLINO, 2005). Para isso utilizamos os *surveys* nacionais desenvolvidos pelo Centro de Estudos de Cultura Política (Cedec) em 1993; e pelo Projeto de Opinião Pública da América Latina (Lapop) de 2006 a 2014. Por meio da construção do modelo logístico binário analisamos longitudinalmente os efeitos dos fatores socioeconômicos como preditivos da participação política dos brasileiros. Uma das principais conclusões deste trabalho é a relevância da variável escolaridade. Dentre todos os fatores que analisamos, o nível educacional é o que apresentou maior efeito explicativo. Neste sentido os resultados apontam que quanto maiores os níveis de escolaridade, maiores são as chances dos cidadãos participarem da vida política. Esta pesquisa também considera, que nos últimos anos, houve avanços sociais e econômicos importantes para a redução da taxa de pobreza e melhoria das condições de vida da população brasileira. Os resultados positivos das políticas sociais trazem ganhos para a qualidade da democracia brasileira.

Palavras Chave: Participação Política; Democracia; Desigualdades Sociais.

Abstract

The objective of this research is to analyze the effects of social inequality and poverty on the political participation of Brazilians between 1993 and 2014. We seek to understand if citizens with higher levels of income and schooling are more likely to participate in politics than citizens with lower levels of these resources (VERBA; NIE e KIM, 1978; SCHLOZMAN, VERBA E BRADY, 2012; DIAMOND e MORLINO, 2005). To do this, we used the national surveys developed by the Center for Political Culture Studies (Cedec) in 1993; And the Latin American Public Opinion Project (Lapop) from 2006 to 2014. Through the construction of the binary logistic model, we longitudinally analyze the effects of socioeconomic factors as predictive of the political participation of Brazilians. One of the main conclusions is the relevance of the educational variable. Among all the factors we analyzed, the educational level is the one that presented the greatest explanatory effect. In this sense, the results shows that the higher the levels of schooling, the greater are the chances of citizens participate in political life. This research also considers that, in recent years, there have been important social and economic advances to reduce the rate of poverty and improve the living conditions of the population in Brazil. The positive results of social policies bring gains to the quality of Brazilian democracy.

Key words: Political Participation; Democracy; Social Inequality.

Lista de Gráficos ou Figuras

Gráfico I: Coeficiente de Gini - Brasil, 1992 a 2014.....	57
Gráfico II: Distribuição Percentual da Situação da Pobreza - Brasil de 1995 a 2014....	60
Gráfico III: Média de Anos de Estudo da População de 15 anos ou mais de idade e Situação de Pobreza - Brasil, 1995 a 2014	63
Gráfico IV: Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos – Brasil, 2001 a 2014.....	65
Gráfico V: Porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais com nível superior completo – Brasil, 2001-2014	66
Gráfico VI: Distribuição Percentual da Situação da Pobreza, segundo raça/cor - Brasil de 1995 a 2014	68
Gráfico VII: Média de Anos de Estudo das Pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo Cor/Raça - Brasil, 1995 a 2014	70
Gráfico VIII: Média de Anos de Estudo das Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por Sexo - Brasil, 1995 a 2014	72
Gráfico IX: Taxa de Participação no Mercado de Trabalho, pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo - Brasil, 1995 a 2014	73
Gráfico X: Distribuição Percentual da Situação da Pobreza, segundo a região - Brasil de 1995 a 2014	75
Gráfico XI: Média de Anos de Estudo das Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo as Regiões - Brasil, 1995 a 2014.....	76
Quadro I: Tipos de participação política e suas características.....	34
Figura I: Determinantes da participação	38
Figura II: Diagrama do Modelo Socioeconômico	41

Lista de Tabelas

Tabela I: Níveis de Participação Política no Brasil (em porcentagens)	46
Tabela II: Surveys.....	83
Tabela III: Regressão Logística Binária. Participação eleitoral: votar nas últimas eleições presidenciais.	89
Tabela IV: Regressão Logística Binária. Participação partidária: ser membro de alguma organização partidária e/ou assistir a reuniões	91
Tabela V: Regressão Logística Binária. Solicitar ajuda de algum político ou funcionário público.	93
Tabela VI: Regressão Logística Binária. Trabalhar em campanha política eleitoral para algum partido ou candidato	94
Tabela VII: Regressão Logística Binária. Tentar convencer alguém a votar em determinado candidato ou partido.	95
Tabela VIII: Regressão Logística Binária. Participar de Associações de Moradores.	96
Tabela IX: Regressão Logística Binária. Participar de Manifestações e Protestos políticos	98

Sumário

Introdução	15
Capítulo I – Democracia e Participação Política	23
<i>O lugar da participação e da desigualdade na teoria democrática.....</i>	<i>25</i>
<i>Definindo a participação política.....</i>	<i>31</i>
<i>Fatores explicativos da participação política</i>	<i>37</i>
<i>O Modelo Socioeconômico</i>	<i>39</i>
<i>Participação Política no Brasil</i>	<i>43</i>
Capítulo II. Desigualdades Sociais no Brasil.....	54
<i>Desigualdade de Renda</i>	<i>56</i>
<i>Escolaridade</i>	<i>61</i>
<i>Desigualdade racial.....</i>	<i>67</i>
<i>Desigualdade de gênero.....</i>	<i>71</i>
<i>Desigualdade Regional.....</i>	<i>73</i>
<i>Avanços e permanências.....</i>	<i>77</i>
Capítulo III. Os efeitos socioeconômicos na participação: análise dos dados... 79	
<i>Fatores</i>	<i>79</i>
<i>Hipóteses.....</i>	<i>81</i>
<i>Metodologia</i>	<i>82</i>

<i>Descrição metodológica das variáveis</i>	84
<i>Os efeitos das variáveis socioeconômicas na participação política</i>	87
<i>Tendências das variáveis explicativas</i>	99
Considerações Finais	103
<i>Agenda de pesquisa e desafios metodológicos</i>	108
Referências Bibliográficas	110
Anexo A – Descrição das variáveis	120

Introdução

O objetivo central desta dissertação é discutir a relação entre a pobreza e as desigualdades sociais no envolvimento dos cidadãos brasileiros na vida política, questionando: as variáveis socioeconômicas apresentam efeitos na participação política dos brasileiros? Neste estudo, partimos do pressuposto de que as políticas de bem estar social têm grande potencial para integrar os cidadãos, estimulando-os a participar de forma mais ativa da política.

Esta pesquisa busca contribuir para a ampliação do entendimento dos efeitos das mudanças sociais no Brasil sobre a participação política. Neste estudo, combinamos duas formas de pesquisa: realizamos a investigação teórica sobre os estudos de comportamento e participação política; e empírica, com a utilização de *surveys*. Para fins de observar longitudinalmente o comportamento político dos brasileiros, selecionamos *surveys* de amostragem nacional: o primeiro *survey* selecionado foi aplicado em 1993, pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (Cedec); e os *surveys* seguidos foram desenvolvidos pelo *Latin American Public Opinion Project* (Lapop), da Vanderbilt University, aplicados em 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014 no Brasil e outros países da América Latina. O recorte temporal da pesquisa (1993-2014) se justifica pelo interesse em compreender a participação política dos brasileiros em diferentes períodos observando os possíveis avanços na qualidade¹ da democracia brasileira.

As questões que motivam este trabalho derivam do debate da literatura sobre o desafio que os regimes democráticos têm em aperfeiçoar o sistema de representação, uma vez que as questões de pobreza e desigualdade social ainda são muito presentes em diversos países (BAQUERO e GONZALEZ, 2011). Pesquisas empíricas apontam que os prejudicados pelos padrões de desigualdade têm mais dificuldade de se fazer representar, e que a continuidade destes padrões reproduzem obstáculos para o funcionamento da democracia em diversos países (VERBA; NIE e KIM, 1978; SCHLOZMAN; VERBA e BRADY, 2012; MIGUEL, 2013; REGO e PINZANI, 2013).

¹ Utilizamos o conceito de qualidade da democracia de Diamond e Morlino (2005) que será desenvolvido no primeiro capítulo.

A busca pela redução da pobreza² e das desigualdades socioeconômicas aparece como algo consensual em regimes políticos democráticos, principalmente na América Latina (RENNÓ et al, 2011), que têm altas taxas de pobreza e desigualdade social³. Durante as décadas de 1970 e 1980, vários países da América Latina passaram pelo processo de transição de regimes autoritários para democráticos. Houve neste período a liberalização ou democratização parcial de diversos sistemas políticos, esse movimento de transição de regimes autoritários para democráticos foi nomeado por Huntington (1994) de “ondas de democratização”. As ondas de democratização aconteceram em três períodos⁴ e representam momentos específicos em que um conjunto de países fizeram a transição de governos não-democráticos para democráticos (p.23).

Huntington (1994) destaca que o ponto central que diferencia os regimes autoritários dos regimes democráticos está na possibilidade da seleção de líderes por meio do funcionamento regular de eleições competitivas (HUNTINGTON, 1994, p. 16). As eleições regulares e competitivas promovem a representação formal garantindo a democracia na sua forma procedimental (CARLIN, SINGER e ZECHMEISTER, 2015). Estas são fundamentais no processo de transição de sociedades com direitos políticos totalmente ou parcialmente restritos, para sociedades que buscam resgatar os hábitos da cidadania e os valores democráticos.

Neste estudo observamos os desdobramentos da terceira onda (1974 em diante), a qual foi caracterizada pelo período de transição de regimes autoritários para democráticos na Europa, Ásia e América Latina. A terceira onda de democratização representou um momento importante da história da inclusão de vários países no desenvolvimento de estruturas e instituições democráticas que passaram a garantir o

² Afirmam Rego e Pinzani (2013): a pobreza é um problema complexo e, como tal, não admite solução fácil (p.11). Como propõe Amartya Sen “a pobreza deve ser vista como a privação de *capabilities* básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza (apud REGO e PINZANI, p.147, 2013)”. Neste sentido, para além da dimensão da renda, a pobreza dialoga com a privação de diversas outras dimensões ligadas à subjetividade dos indivíduos como: falta de crédito, invisibilidade e exclusão da cidadania.

³ A desigualdade social é um conceito relacional (que não considera o indivíduo isoladamente, mas sim em sua relação com os outros). Dentro da dimensão de análise da desigualdade há categorias de bem-estar subjetivas e objetivas. Temos assim, para medir esse conceito, tanto variáveis palpáveis como renda, consumo e nível de educação (NERI, 2015, p. 268 e 269). Desigualdade não indica a simples diferença entre um grupo e outro. Este conceito indica a assimetria no controle de determinados recursos que traz obstáculos ao funcionamento efetivo da democracia (MIGUEL, 2013, p.306-308).

⁴ Huntington (1994) observou três grandes períodos de transições de regimes autoritários para democráticos. A primeira onda, longa, de democratização de 1828-1926 teve suas raízes nas revoluções americana e francesa. E incluiu países como os Estados Unidos, Suíça, França e Grã-Bretanha (p.26). A segunda começou na Segunda Guerra Mundial, que promoveu a inauguração de instituições democráticas na Alemanha Ocidental, Itália, Áustria, Japão e Coreia (p.28).

acesso dos indivíduos à representação política. São várias as razões destacadas por Huntington (1994) a respeito do por que tantos países vieram a transitar de regimes autoritários para democráticos neste período, entre essas estão: (i) o aprofundamento dos problemas de legitimidade dos sistemas autoritários num mundo onde os valores democráticos eram plenamente aceitos; (ii) os fracassos econômicos; (iii) o crescimento econômico global dos regimes democráticos; (iv) as mudanças políticas de atores externos que passaram a promover os direitos humanos; e (v) as primeiras transições e aberturas políticas que vieram a incentivar as mudanças em outros países (HUNTINGTON, 1994, p. 54).

O Brasil vivenciou a terceira onda de transição, através de um longo processo de abertura política. No país a mudança política do regime ditatorial-militar⁵ para o regime democrático apresentou avanços institucionais sobretudo a partir de 1974. Desde este período, houve a revogação de diversas medidas que limitavam o direito de voto e de organização política com o reestabelecimento da total liberdade partidária, sendo instituídas as condições livres de participação e contestação. Como também houve a promulgação de uma nova Constituição em 1988, que garantiu os mecanismos da democracia representativa, com o fortalecimento do poder Legislativo, do Judiciário e dos níveis subnacionais de governo (CODATO, 2005). Morlino e Diamond (2005) ressaltam a importância da construção simbólica da Constituição de 1988, segundo os autores esta é um ponto de afirmação do compromisso democrático do governo por meio dos princípios de cidadania, da defesa dos valores sociais e de proteção do pluralismo político.

No Brasil, a eleição presidencial de 1989 encerrou a última fase da transição do regime autoritário para o democrático e inaugurou a dinâmica regular das eleições no país. Codato (2005) aponta que a década de 90 foi o período da consolidação do regime liberal-democrático, esse processo compreende os governos de Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O

⁵ No Brasil o regime de ditadura militar durou 25 anos, de 1964 a 1989, e teve ao longo do tempo seis governos (CODATO, 2005). A periodização de Codato (2005) demonstra as fases da ditadura no Brasil: “(...) primeira fase, de *constituição* do regime político ditatorial-militar, corresponde, *grosso modo*, aos governos Castello Branco e Costa e Silva (de março de 1964 a dezembro de 1968); uma segunda fase, de *consolidação* do regime ditatorial-militar (que coincide com o governo Médici: 1969-1974); uma terceira fase, de *transformação* do regime ditatorial-militar (o governo Geisel: 1974-1979); uma quarta fase, de *desagregação* do regime ditatorial-militar (o governo Figueiredo: 1979-1985); e por último, a fase de *transição* do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático (o governo Sarney: 1985-1989) (CODATO, p.83, 2005).”

processo de democratização representa uma fase de superação do regime autoritário anterior, com a reconstrução das instituições, a revitalização do papel dos partidos⁶ políticos e das eleições⁷ (MENEGUELLO, 2006).

Apesar dos ganhos consideráveis da cidadania no campo da política, no campo social as mudanças foram muito mais lentas, mantendo um quadro significativo de desigualdade social e de renda no país⁸. Assim como no Brasil, a fase de consolidação da regimes democráticos na América Latina encontraram outros fatores que desafiam alguns dos princípios da democracia, como a igual possibilidade de participação política da população. Os altos níveis de pobreza e desigualdade social⁹ são apontados pela literatura como fatores preocupantes no envolvimento e representação política dos cidadãos nas democracias contemporâneas¹⁰ (VERBA, NIE e KIM, 1978; SCHOLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012; MIGUEL, 2013).

O processo de democratização dos regimes políticos mostrou que o funcionamento das instituições democráticas não garantem o estabelecimento de um sistema político capaz de assegurar os princípios fundamentais do Estado de Direito (MOISÉS, 2015). Pautados a partir do funcionamento procedimental da democracia, autores como Diamond e Morlino (2005) buscam compreender a natureza multidimensional da democracia através da noção pluralista da *qualidade* do seu funcionamento. Neste estudo analisamos duas dimensões da qualidade da democracia as quais são: *igualdade e participação*.

Definir o lugar da participação política na teoria democrática é relevante, na medida em que aumentaram as expectativas sociais do funcionamento das democracias (PATEMAN, 1992). Com a ampliação dos direitos à cidadania, multiplicaram-se os

⁶ Baquero e Linhares (2011) apontam que os partidos políticos são consideradas as instituições mais importantes na mediação entre o Estado e a sociedade. Eles têm papéis específicos, sua atividade está associada à formulação e implementação de políticas públicas, participando como atores legítimos no jogo no jogo do poder e no processo de negociação política. De acordo com Kinzo (2004) eles são fundamentais no processo democrático representativo, pois eles estão apoiados no voto popular.

⁷ O papel das eleições no sistema político é considerado segundo Kinzo (2004): (1) um elemento essencial no governo representativo, uma vez que a participação e a inclusão política estão asseguradas para todos os cidadãos; (2) é um meio pelo qual os diferentes grupos políticos podem se expressar, na medida em que há competição entre eles.

⁸ ARRETICHE et al (2015): “o pico da desigualdade de renda ocorreu em 1989, final do governo Sarney, quando o piso da renda dos 5% mais ricos correspondia a 79 vezes o teto da renda dos 5% mais pobres. Desde então, essa razão vem apresentando queda sistemática (p.2).”

⁹ A população latino-americana vivendo em condições de pobreza cresceu durante os anos 1980 para 80 milhões de “novos pobres” (VILAS, 1998). E no início de 1990, 46% da população viva na pobreza (no total de 196 milhões de pessoas) (CEPAL 1992).

¹⁰ A universalização do processo político só se torna possível com a diminuição da desigualdade por meio da realização de políticas redistributivas nos países que apresentam altas taxas de desigualdade social (VERBA, NIE e KIM, 1978).

canais de representação e a defesa da garantia de igual acesso à participação no sistema político para todos os cidadãos (NOGUEIRA, 2015). A participação política, assim, se torna uma variável importante para observar como os indivíduos se fazem representar. A defesa das diversas formas de participação política tem sido frequentemente justificada como um meio pelo qual às desigualdades sociais ou econômicas podem ser reduzidas (VERBA, NIE e KIM, 1978).

No Brasil, há um longo histórico da persistência de altas taxas de desigualdade social. Observa-se, somente a partir dos últimos anos, o fortalecimento dos incentivos para a formulação de políticas públicas e de programas sociais de redução à pobreza e a desigualdade social (RIBEIRO, 2014). Os dados mostram que nos últimos anos há uma real mudança do cenário da pobreza no país: a proporção de pobres nos anos 1970 representava cerca de 40% da população, em 1994 houve redução desta porcentagem para aproximadamente 30% (LAHÓZ, 2002). Já nos anos 2000 a redução taxa da pobreza atingiu o patamar 15% (CAMPELLO, 2014). Nota-se que a estratégia do Governo Federal em reduzir a desigualdade através da inclusão social e desenvolvimento econômico representam um conjunto de iniciativas fundamentais no processo de inclusão de camadas da população para a cidadania (ARRETCHE et al, 2015). Segundo Campello (2014), o modelo de desenvolvimento com inclusão, elaborado pelos governos petistas, se assenta em um conjunto de ações que são positivas para a inclusão dos estratos mais pobres à cidadania.

Diante do exposto, consideramos que a redução da pobreza e da desigualdade social são fatores importantes para inclusão cidadã e política. Carole Pateman (1992) em suas considerações sobre a democracia, aponta o papel da renda e da escolaridade como condições fundamentais para o estabelecimento de uma sociedade mais democrática, na qual há garantia da autonomia do cidadãos. Corroborando com os estudos de Pateman, diversos autores comprovaram empiricamente que recursos como tempo, dinheiro e habilidades influenciam a participação e ação política (VERBA; SCHLOZMAN e BRADY, 1995 e 2012; DALTON, 2002; SCHLOZMAN, 2002; NORRIS, 2002b). Pesquisas empíricas têm mostrado que em vários países – Estados Unidos, Holanda, Áustria, Nigéria, Índia, Japão e Iugoslávia – os cidadãos ativos e não ativos se diferenciam, principalmente, de acordo com as necessidades econômicas (VERBA, NIE e KIM, 1978). Os estudos mostram que os cidadãos com situação econômica pouco favorável participam menos da política, pois se preocupam fundamentalmente com suas

necessidades básicas e problemas cotidianos. Em sentido oposto, os cidadãos mais privilegiados participam mais ativamente, pois possuem mais tempo, habilidades e recursos (VERBA; NIE e KIM, 1978).

O perfil dos cidadãos mais participativos, segundo a literatura, são os indivíduos economicamente privilegiados, do sexo masculino, com altos níveis de escolaridade e inseridos no mercado de trabalho (VERBA e NIE, 1972; NORRIS, 2002b; ANDUIZA e BOSCH, 2004). A explicação da literatura é de que os indivíduos com baixo status socioeconômico apresentam barreiras sociais e psicológicas para participar (SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012). O sentimento de eficiência da ação política está relacionado à psicologia e ao status socioeconômico: os indivíduos de baixo status têm mais chances de apresentar uma sensação de baixa eficiência da sua ação política (assim participam menos). A desvantagem econômica liga-se, então, à desvantagem psicológica, podendo trazer desmotivação à participação política (VERBA, NIE e KIM, 1978).

A educação é provavelmente o elemento mais importante destacado pela literatura por criar e manter a adesão democrática, sendo um determinante da cultura cívica, cuja expansão na sociedade deve elevar a participação política (ALMOND e VERBA, 1965; PATEMAN, 1992; VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). No Brasil, os incentivos para a redução das desigualdades sociais apontam também, nas últimas décadas, a expansão do acesso à escola e à universidade. Dados recentes mostram a ampliação da educação superior no Brasil: em dez anos, as matrículas em cursos superiores – presenciais e à distância – mais que dobraram, passando de 3.036.113, em 2001, para 6.379.299 em 2010 (BARROS, 2015). As políticas públicas direcionadas a expansão da democratização do ensino superior trazem avanços no desafio de elevar o nível de escolaridade da população brasileira.

Neste sentido, educação e renda constituem temas centrais para os estudos que observam a relação dos cidadãos com os sistemas políticos. O argumento da literatura que relaciona educação e renda é o de que a desigualdade socioeconômica gera desigualdade, também, quanto ao engajamento político. A hipótese, então, que guia este trabalho é a de que os cidadãos com maiores níveis de *escolaridade* e *renda* apresentam maiores chances de envolvimento em atividades políticas. Argumentamos que a redução da pobreza e da desigualdade nos últimos anos são fatores positivos para incentivar a

participação política dos brasileiros, uma vez que reduz as diferenças socioeconômicas entre os atores.

Selecionamos, ao todo, seis fatores que estão ligados à desigualdade socioeconômica para observar os efeitos destas variáveis na participação política dos brasileiros. São elas: renda, escolaridade, idade, raça, sexo e região (VERBA et al, 1993; SCHLOZMAN, 2002; SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012). Buscamos entender também se as questões sociais de desigualdade de raça, sexo e região têm efeito sobre a participação política dos brasileiros. Esperamos encontrar, de acordo com os apontados da literatura, que as mulheres e negros (ou pardos) têm maior dificuldade de adentrar para o espaço da tomada de decisões políticas (SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012; SANTOS, 2005; ARRETCHE et al, 2015).

As variáveis de participação selecionadas neste estudo visam analisar a participação para além da esfera eleitoral. No Brasil poucos trabalhos dedicam-se a entender o fenômeno da participação política de uma forma mais ampla. Acreditamos que este trabalho contribui para a compreensão acerca da qualidade da democracia brasileira que passa, em grande medida, por entender a relação que os cidadãos estabelecem com a política. Assim, observar quais são os canais utilizados pelos cidadãos para entrar em contato com os governos e políticos são informações importantes para entender qual relação os indivíduos estabelecem com a democracia. As variáveis de participação selecionadas neste estudo são: (i) votar em eleições, (ii) frequentar reuniões e/ou ser membro de partidos políticos, (iii) participar de associações da sociedade civil, (iv) participar de manifestações e protestos; (v) trabalhar nas campanhas eleitorais (iv) contatar políticos, (iiv) e convencer alguém a votar em determinado candidato ou partido.

Dalton e Klingemann (2009) destacam que o maior avanço empírico da área de comportamento político foi no mapeamento de diferentes níveis e formas de participação política entre as nações. Verba, entre outros pesquisadores, demonstrou que as várias formas de participação diferem quanto suas implicações políticas e nos fatores que estimulam os indivíduos a agir (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). O estudo do capital social e das mudanças nos padrões de participação nas democracias contemporâneas têm sido uma das áreas de pesquisa mais férteis das últimas décadas (DALTON e KLINGEMANN, 2009). Tendo em vista a trajetória dos estudos sobre participação política, esta dissertação pretende acrescentar à temática do comportamento político a dinâmica da participação no Brasil, em duas conjunturas políticas distintas: os

anos 90, período de início da redemocratização e consolidação do funcionamento das eleições livres e limpas; e anos 2000, período de reorganização das forças políticas no país e também de crescimento do sistema de proteção social e de redução das taxas de pobreza e desigualdade.

A dissertação está dividida em quatro partes. No primeiro capítulo, apresentamos as contribuições teóricas da literatura sobre a relação entre o funcionamento de regimes democráticos e a participação política. Em seguida, definimos o conceito de participação e destacamos a relação dos fatores socioeconômicos com a participação política. Na seção seguinte, apresentamos o modelo socioeconômico que será utilizado como pressuposto teórico desta pesquisa. Para concluir o capítulo apresentamos os dados descritivos da análise longitudinal da participação política no Brasil.

No capítulo dois, trabalhamos com as seis dimensões socioeconômicas da pobreza e da desigualdade¹¹ no Brasil, com o objetivo de analisar as questões sociais. No capítulo três descrevemos as bases de dados e metodologias utilizadas, apresentando em seguida as evidências empíricas da pesquisa e os resultados das análises. Na conclusão, é feito um balanço dos achados da dissertação e são apresentadas algumas ideias para a agenda de pesquisa sobre a relação entre a participação política e as variáveis socioeconômicas.

¹¹ As seis dimensões selecionadas à partir do modelo socioeconômico são: renda, escolaridade, raça, gênero, idade e região.

Capítulo I – Democracia e Participação Política

As pesquisas na área de comportamento político e participação são constantemente influenciadas pelas mudanças de repertórios¹² dos indivíduos. Nesta área da Ciência Política, presenciamos um intenso debate teórico e metodológico sobre as categorias de análise, pois estas influenciam diretamente a percepção das transformações no universo do comportamento político e participação. Nota-se que ao longo dos anos os conceitos de participação foram se materializando em indicadores empíricos. Isso é considerado um avanço importante na área, pois possibilita a comparação e a verificação destes estudos (RIBEIRO e BORBA, 2015).

A participação política, então, se torna um dos pontos centrais para entender a representatividade e o funcionamento da democracia na contemporaneidade (TEORELL, TORCAL e MONTERO, 2007). Há consenso na literatura de que a participação política é fundamental para o funcionamento do sistema democrático (DAHL, 1997). Grande parte do debate da qualidade da vida política dos países democráticos gira em torno da questão da participação e da representação política (VERBA e NIE, 1972). Sendo que a participação política é a prática que confere legitimidade à democracia - é por meio dela que os indivíduos buscam influenciar o governo direta e indiretamente.

Diamond e Morlino (2005) argumentam que deve ser tarefa constante para os cientistas políticos questionar e avaliar os regimes democráticos. Na América Latina, a democracia tem apresentado sinais de permanência já que a maioria dos países que passaram pela transição democrática a partir dos anos 1974 - período da terceira onda - mantiveram-se democráticos. Com isso, o foco de trabalhos acadêmicos nesta região mobilizam, em grande medida, as questões sobre a consolidação e qualidade de regimes políticos.

A experiência recente de democratização criou expectativas para os países latino-americanos de que com a reestruturação da democracia a sociedade civil estabelecerá novos caminhos e utilizará novas formas de participação política (LEVINE

¹² O conceito de repertório é vinculado às habilidades aprendidas por determinadas populações ao longo de suas trajetórias históricas, conformando tradições e formas culturais específicas de ação e mobilização. É possível que o repertório mude com o tempo, de acordo com dado contexto histórico e as clivagens que constroem as formas de ação (TARROW, 2009).

e MOLINA, 2007). Neste sentido, a partir das garantias da liberdade de participação e contestação esperava-se que a vida associativa e engajamento político dos latino-americanos fosse crescer. Com o processo da transição dos regimes autoritários para democráticos, tinha-se em mente que os cidadãos iriam utilizar da liberdade política para pressionar e se articular em relação à ação dos governos. Mas de acordo com Levine e Molina (2007), essa expectativa em grande medida não foi cumprida, já que diversos países da América Latina enfrentam declínio notável da sociedade civil.

Seguindo o mesmo diagnóstico, diversos estudos contemporâneos apresentam uma nova configuração da relação entre os cidadãos e a democracia. Dalton (2002 e 2007), Morlino (2010), Norris (2002a), Verba, Nie e Kim (1971) são autores que têm dedicado suas pesquisas a entender o complexo fenômeno da relação entre o comportamento político dos cidadãos e as características das democracias contemporâneas. A participação política mesmo sendo um dos elementos principais destacados por autores da teoria democrática como, Dahl (1997) e Pateman (1992), para garantir legitimidade e representação política dos cidadãos. Na prática, as democracias contemporâneas apresentam, geralmente, baixas taxas de participação política. Segundo os pesquisadores, há principalmente crescimento da alienação em relação à participação política vinculada às formas convencionais (DIAMOND e MORLINO, 2005; NORRIS, 2002a).

Neste capítulo, destacamos o lugar da participação política na teoria e prática democrática. Apresentamos o conceito de *qualidade da democracia*, que dialoga com o debate teórico do lugar da *participação política* no funcionamento das democracias representativas. E indicamos também na teoria democrática a temática da *desigualdade social*, frisando seus possíveis efeitos sobre a participação. Em seguida, definimos o conceito de participação política e apresentamos a discussão teórica dos preditores da participação, focalizando o modelo socioeconômico. Para finalizar, mostramos os dados descritivos das frequências de participação política no Brasil com o objetivo de analisar a dimensão do envolvimento político dos cidadãos longitudinalmente.

O lugar da participação e da desigualdade na teoria democrática

A democratização de regimes é um processo¹³ altamente complexo que envolve a transformação das instituições políticas e de seus cidadãos (ALMOND e VERBA, 1965; DAHL, 1997). A transição de sistemas políticos autoritários para democráticos pode acontecer por diversas etapas e caminhos. Huntington (1994) apontou que o processo de transições de regimes é longo e envolve a decadência e/ou desintegração de regimes autoritários, para assim ocorrer a reconstrução das instituições e do governo democrático. E na etapa seguinte, acontecer a consolidação desse sistema e depois a maturidade de seu funcionamento (LINZ e STEPAN, 1999).

Na sua forma procedimental, o sistema político institucionalmente democrático deve garantir o ciclo de eleições livres¹⁴ e competitivas, a existência de múltiplos partidos políticos e de diversos canais de comunicação e informação (LINZ E STEPAN, 1999; SHIN, 2007). A definição procedimental da democracia apresenta limite entre a forma de governo democrático¹⁵ e a forma autoritária, deixando claro que qualquer regime político que não se baseie em processos competitivos de escolha das autoridades públicas não pode ser definido como uma democracia. A democracia é por excelência o sistema de representação, com participação livre e universal da população adulta em termos de igualdade de direitos (HUNTINGTON, 1994).

Dahl (1997) em sua obra *Poliarquia: participação e oposição* ampliou a definição de democracia. O pressuposto elaborado pelo autor afirma que a característica chave deste regime é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais. Neste sentido os indivíduos devem ter oportunidades plenas de: (1) formular suas preferências; (2) expressá-las aos seus concidadãos e, ao governo através da ação individual e coletiva; (3) e tê-las igualmente consideradas na conduta do governo (p. 26).

¹³ O processo de transição dos regimes democráticos têm múltiplas direções, já que um passo em direção ao desenvolvimento democrático não resulta necessariamente na consolidação do funcionamento de democracias (LINZ e STEPAN, 1999).

¹⁴ A presença de eleições livres e competitivas não transforma as antigas instituições autoritárias em instituições democraticamente funcionais. Mas esse é um passo fundamental para o funcionamento das democracias (SHIN, 2007).

¹⁵ Linz e Stepan (1999) apontam cinco condições que o regime democrático consolidado deve ter: (I) o desenvolvimento da sociedade civil livre e ativa; (II) uma sociedade política relativamente autônoma e valorizada; (III) estado de direito para assegurar as garantias legais relativas às liberdades dos cidadãos e à visa associativa independente; (IV) a burocracia estatal que possa ser utilizada pelo novo governo democrático; (V) e a econômica institucionalizada (p. 26).

Para complementar o desenvolvimento das categorias que analisam o funcionamento das democracias, a *qualidade da democracia* é um conceito relevante para a compreensão das múltiplas dimensões dos regimes democráticos. Os estudos sobre a *qualidade da democracia* consideram o regime democrático num contínuo, e buscam analisar as várias dimensões do funcionamento das democracias. Sendo o objetivo principal identificar e avaliar as democracias contemporâneas (DIAMOND e MORLINO, 2005). A partir da dimensão da *qualidade*, pode-se avaliar o quão próximo a democracia está de atingir os seus três objetivos ideais: total liberdade política e civil; *sovereignty e* igualdade política dos cidadãos. Segundo Diamond e Morlino (2005), a democracia de *qualidade* é caracterizada (2005):

Nós consideramos uma democracia de qualidade aquela que fornece a seus cidadãos um alto grau de liberdade, igualdade política e controle da população sobre as políticas públicas e políticos através da legitimação e funcionamento legal de instituições estáveis¹⁶ (DIAMOND e MORLINO, 2005, p. 11, tradução minha).

Ao considerar os objetivos ideais da democracia, os autores elencam oito dimensões em que os sistemas democráticos podem variar, em relação à qualidade do seu funcionamento. As primeiras cinco dimensões são as procedimentais: leis¹⁷; participação¹⁸; competição¹⁹; *accountability* horizontal²⁰ e vertical²¹. As outras duas dimensões estão ligadas a igualdade de direitos civis: respeito das liberdades políticas; e a implementação progressiva igualdade política, social e econômica.

¹⁶ No original: “we consider a quality democracy to be one that provides its citizens a high degree of freedom, political equality, and popular control over public policies and policy makers through the legitimate and lawful functioning of stable institutions.”

¹⁷ O regime democrático deve garantir a igualdade dos cidadãos perante as leis. O funcionamento das regras devem ser claras e publicamente conhecidas. Sendo assim universal, estável e consistentemente aplicada a todos os cidadãos (DIAMOND e MORLINO, 2004).

¹⁸ Um regime só pode ser considerado democrático se conceder a todos os seus cidadãos adultos os direitos de participação política.

¹⁹ A democracia é o sistema político que deve haver a competição eleitoral regular, livre e justa entre os diferentes partidos políticos.

²⁰ A qualidade da democracia também requer que os políticos são responsáveis perante os outros agentes institucionais, esta dimensão prevê o controle dos *checks and balances* dos cidadãos perante o funcionamento dos governos (DIAMOND e MORLINO, 2004).

²¹ O *accountability* vertical destaca a obrigação que os políticos eleitos têm de responderem às suas tomadas de decisão e estabelecerem canais de comunicação com a população. As informações sobre as ações do governo são indispensáveis para justificar as suas ações perante os cidadãos (LEVINE e MOLINA, 2007).

Com base nas dimensões desenvolvidas por Diamond e Morlino (2005) este trabalho propõe analisar a relação entre duas dimensões: *participação* e a *igualdade (política, social e econômica)*. Questionamos quais são os fatores que influenciam o acesso para a realização da participação política no caso brasileiro. Partimos do pressuposto de que as desigualdades sociais afetam o funcionamento da democracia e, nela, da participação e representação política. Analisamos, assim, as condições de acesso à participação, destacando quais são as variáveis socioeconômicas relevantes como preditivas da participação no Brasil.

De acordo com as concepções difundidas sobre qualidade democrática, podemos avaliar a qualidade de governos a partir das relações de representação que este estabelece com os cidadãos (LEVINE e MOLINA, 2007). A questão dos direitos sociais se torna uma problemática da participação na medida em que a diferença de recursos pode influenciar a relação dos indivíduos com o governo. Os sistemas políticos que visam garantir maiores direitos sociais à população, como: o direito a assistência social, o direito ao trabalho, o direito à educação e a saúde fortalecem seu sistema de igualdade e representação política às diversas esferas da participação. Segundo Rueschemeyer (2005):

A igualdade aponta para uma das dimensões críticas das quais a democracia varia em relação a sua qualidade. A questão da igualdade política, não quer dizer igualdade em todas as áreas da vida social. Entretanto as estruturas de desigualdade social e econômica estão interligadas com a igualdade política moldando-a profundamente, direta e indiretamente²² (RUESCHEMEYER, 2005, p. 47, tradução minha).

De acordo com Lijphart (2000), Diamond e Morlino (2005) a igualdade política é fundamental para a democracia, sendo indicador importante da qualidade democrática. As tipologias de regimes democráticos muitas vezes distinguem tipos de democracia de acordo de sua posição num continuum entre dois princípios: da individualidade e da coletividade (THOMASSEN, 2007, p. 424). A diferença entre essas duas concepções reflete diversas tensões: liberdade versus igualdade; estado mínimo versus estado de direito; pluralismo versus bem comum; visão reduzida de participação

²² No original: Equality points to one of the critical dimensions along which the quality of democracy varies. What is at stake is political equality, not equality in all areas of social life. Yet the structures of social and economic inequality are intertwined with political equality, and shape it in profound ways both directly and indirectly.

política versus ampliação das formas de engajamento político. Lijphart (2000) argumenta que a igualdade política tende a prevalecer em regimes com ausência de grandes desigualdades sociais (p. 263). Os temas relativos à representação e à relação que os indivíduos estabelecem com o funcionamento das democracias também devem ser objeto de análise. Isso porque envolvem possíveis elementos que afastam os cidadãos da política, tais como: a pobreza, o nível educacional e a desigualdade de sexo e de raça (LEVINE e MOLINA, 2007).

A igualdade política, então, pode ser afetada quando as oportunidades dadas a certos grupos não são, de fato, iguais porque os grupos não têm o mesmo ponto de partida (social) (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). As desigualdades sociais alimentam um ciclo de afastamento dos cidadãos (MIGUEL, 2013), pois os mais prejudicados pelos padrões de desigualdade têm maior dificuldade de se fazer representar (nos espaços formais e informais). Miguel (2013) e Rego (2013) apontam que os elementos materiais e simbólicos se combinam para reduzir as possibilidades de ação política dos indivíduos de grupos prejudicados pelas desigualdades. O conhecimento político é fonte de poder e sua distribuição tende a ser desigual, aqueles que são favorecidos com a educação têm claras vantagens sobre os menos favorecidos, seja no acesso à informação ou na possibilidade de frequentar espaços de socialização política como o trabalho e a escola/universidade.

Dahl (1997) argumenta que as desigualdades sociais influenciam na redução das possibilidades de pluralidade política. Segundo o autor, um país que têm desigualdades extremas têm grande possibilidade de reduzir o acesso do exercício da política. Nesta perspectiva, a política governamental de democracias enfrenta o desafio de melhorar as oportunidades de acesso dos grupos desfavorecidos e de outras minorias (THOMASSEN, 2007). Segundo Rueschemeyer (2005) a organização coletiva dos indivíduos por meio das associações, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos são a fonte de energia mais promissora para a integração de diferentes grupos na política.

O estado de bem-estar social incorpora esse conceito mais amplo de democracia, que visa à garantia não só dos direitos civis e da igualdade política mas também dos direitos sociais, que são considerados elementos fundamentais. De acordo com essa perspectiva, a igualdade social mínima é considerada como direito fundamental à democracia. A redução da desigualdade social nas sociedades não acontece de forma espontânea: é responsabilidade do governo reduzir a diferença entre ricos e pobres para

que haja igualdade política. As desigualdades sociais e econômicas podem tornar muito mais difícil o envolvimento de cidadãos com baixo status econômico na defesa de seus direitos democráticos. Diamond e Morlino (2005) defendem que, para gozar da igualdade política, os cidadãos devem ter em alguma medida certa igualdade de renda e status.

Neste sentido, a desigualdade não significa uma simples diferença entre um grupo e outro. Utilizamos duas dimensões da definição de desigualdade elaborada por Miguel (2013), segundo sua definição a desigualdade significa uma assimetria no controle de determinados recursos que: (1) possuem impacto nas trajetórias possíveis relativas de indivíduos e grupos; (2) reflete padrões estruturais, não sendo efeito do acaso ou de escolhas pessoais livres (...) (MIGUEL, 2013, p. 300). Então a pobreza e a desigualdade social são condições que tendem a afastar os cidadãos dos seus direitos políticos:

Quanto mais extremas forem as desigualdades sociais e econômicas, mais desproporcional será o poder daqueles que controlam a riqueza, e portanto, a capacidade de fazer com que seus líderes respondam a seus desejos e interesses²³ (DIAMOND e MORLINO, 2005, p.27, tradução minha).

A desigualdade econômica tem consequências para a igualdade política que vão para muito além das questões de igualdade nas condições de participar das eleições. Os indivíduos com maiores recursos, sociais e econômicos, podem influenciar de maneira mais incisiva a tomada de decisão de governos (RUESCHEMEYER, 2005). De acordo com as concepções difundidas sobre a democracia, há consenso de que a qualidade da democracia deve ser avaliada na medida em que, ao longo do tempo, passou a garantir mais direitos sociais à população, como: à assistência social, ao trabalho, à educação e à saúde. O modelo socioeconômico emerge neste contexto, já que as variáveis socioeconômicas apresentam grande relevância sobre as análises do comportamento político dos cidadãos.

Segundo Miguel (2013), a desigualdade de renda é o primeiro grande eixo da produção de obstáculos ao aprofundamento da democracia. Mas além da renda, a sociedade brasileira apresenta outros eixos de permanência de desigualdades. Com relação à questão de gênero, o autor aponta que as mulheres são submetidas a múltiplas

²³ No original: “the more extreme are social and economic inequalities, the more disproportionate will be the power of those who control vast concentrations of wealth and hence their ability to make leaders respond to their wishes and interests”.

pressões que prejudicam sua constituição como sujeitos políticos. O campo político no Brasil continua marcado por um espaço de relativo domínio do masculino frente ao feminino (AYRES e OLIVEIRA, 2015). Na desigualdade de gênero, mesclam-se aos elementos materiais e simbólicos, que influenciam a redução da capacidade de ação política das mulheres (MIGUEL, 2013, p. 303; REGO e PINZANI, 2013).

Outro eixo de desigualdade destacado pela literatura é a questão racial (SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012; MIGUEL, 2013; PORTO, 2016). Porto (2016) destaca que no Brasil há uma questão histórica da população negra e parda em controlar uma parcela menor da riqueza material. Segundo a autora, o racismo também alimenta a privação dos recursos, prejudicando o grupo na competição econômica. Em razão disso, as populações negra e parda se encontram geralmente sub-representadas nas esferas de representação da política formal (MIGUEL, 2013).

Interligado a esses três eixos de desigualdade (renda, gênero e raça) Diamond e Morlino (2005) destacam a condição fundamental para a difusão da participação: trata-se da garantia da educação básica para todos os cidadãos. A educação tem a função de integrar os indivíduos na sociedade e é elemento fundamental para a construção da cultura política. Uma “boa” democracia garante o conhecimento das regras do jogo democrático à população, que minimamente deve entender o funcionamento do governo, das eleições e do processo de representação. Segundo Pateman (1992), é principalmente por meio da educação que os cidadãos são socializados e passam a se interessar pela política.

Sistemas democráticos esperam mais envolvimento dos indivíduos do que os sistemas não-democráticos, já que as democracias são destinadas a agregar as preferências políticas para a tomada de decisões coletivas. A estabilidade do funcionamento de regimes democráticos depende, em grande medida, de sua legitimidade e, portanto, da socialização política e da existência de valores democráticos entre a população (THOMASSEM, 2007). Verba, Schlozman e Brady (1995) apontam que nenhuma nação democrática tem o ideal da igualdade social ou participativa. Nos regimes políticos alguns cidadãos são mais ativos, outros não. Os regimes variam também em relação ao número de indivíduos que participam, que em plano de maior ou menor igualdade, devem ter voz para influenciar o debate e a tomada de decisão dos governantes (DAHL, 1997). O debate público e a participação são as duas dimensões da democratização.

Na literatura brasileira, existe amplo reconhecimento de que a democracia procedimental funciona, pois há: funcionamento de instituições democráticas; liberdade de organização e informação; mecanismos formais e informais para assegurar a responsabilização dos governantes; ciclo de eleições livres e limpas; competição partidária; liberdade de associação (RENNÓ, 2011; MOISÉS e MENEGUELLO, 2013). Apesar disto, em perspectiva temporal, a democracia é um fenômeno político relativamente novo no Brasil, destaca Moisés (2010). Com isso, os pesquisadores têm uma grande agenda de pesquisa tentar avançar no conhecimento do funcionamento do regime democrático brasileiro.

Definindo a participação política

Participação política faz referência às atividades que os indivíduos praticam, direta ou indiretamente, para influenciar a ação governamental, formação de governos e tomada de decisão dos líderes políticos (VERBA e NIE, 1972; VERBA, 1995; ANDUIZA e BOSCH, 2004). A expressão “participação política” compreende comportamentos muito variados: pode estar ligada ao momento eleitoral como através do voto e militância partidária; ou pode envolver a discussão política até atos que pressionem o governo diretamente. Neste estudo estamos interessados em analisar a participação política de forma abrangente, observando desde as atividades que envolvem mais recursos e que demandam mais tempo (participar de atividades comunitárias) até às formas mais simples e concretas de participação (voto).

Em termos de tipologias relativas às formas de participação, estabelecemos, de acordo com a literatura, a diferenciação entre as formas convencionais e não-convencionais (ANDUIZA e BOSCH, 2004; BORBA e RIBEIRO, 2011). A concepção da participação não-convencional surgiu porque os primeiros estudos de comportamento político estudavam as formas de participação relacionadas às estruturas institucionais da democracia representativa²⁴. As formas de participação política que não estavam

²⁴A área de comportamento primeiramente teve origem nas ciências sociais, como um campo multidisciplinar que foi ganhando espaço dentro da disciplina de Ciência Política. O trabalho de Angus Campbell et al (1960) é um exemplo desta interdisciplinaridade. Com experiência na área de psicologia na Universidade de Standford o autor é um dos primeiros pesquisadores a combinar a Psicologia à Ciência Política. O livro “*The American Voter*” é o primeiro estudo que enfatiza a relação entre partidos, candidatos e organizações com as atitudes dos indivíduos. Nesse período outras obras também passam a observar a relação e as atitudes dos indivíduos com o sistema político como os trabalhos de Berelson et al (1954), Milbrath e Goel (1965) e Dahl (1961). O ponto comum destas pesquisas está na vinculação do comportamento político à participação eleitoral. Esse primeiro conjunto de pesquisas relacionam a participação às atividades eleitorais – tais como votar, frequentar reuniões de partidos, convencer alguém a

diretamente vinculadas com o governo, foram posteriormente reconhecidas²⁵. Segundo Anduiza e Bosch (2004): “o critério que distingue os repertórios de participação política é se estes se ajustam ou não as normas sociais e aos valores dominantes de uma sociedade²⁶ (ANDUIZA e BOSCH, 2004, p.28, tradução minha)”.

Neste estudo consideramos importante distinguir as formas de participação entre convencional e não-convencional, pois buscamos compreender os canais de participação que são mobilizados pelos brasileiros. De acordo com a literatura sobre a qualidade de regimes democráticos, as atividades que envolvem organização coletiva autônoma como em partidos políticos e organizações voluntárias são politicamente relevantes para nivelar as desigualdades políticas entre os grupos sociais (RUESCHEMEYER, 2005). Essas atividades criam canais mais abertos para a contestação e promoção de novas políticas e demandas por parte dos cidadãos.

A participação convencional está ligada à estrutura institucional das democracias representativas, de uma maneira geral é vinculada ao princípio legal do momento eleitoral. Dentre as formas convencionais de participação seguimos o modelo de Milbrath e Goel (1965) e de Anduiza e Bosch (2004): (1) votar; (2) participar de uma discussão política; (3) convencer alguém a votar de determinado modo; (4) fazer contato com funcionários públicos; (5) contribuir com dinheiro para algum partido ou candidato; (6) trabalhar em alguma campanha política; (7) ser membro ativo de algum partido político; (8) participar de reuniões onde se tomam decisões políticas; (9) participar de sindicatos; (10) participar de associações.

Já a forma de participação não-convencional não utiliza os canais de participação institucionalizados, pois está ligada às formas extraoficiais de engajamento como protestos, greves e manifestações. Pippa Norris (1999), Della Porta (2003) e

votar de determinado modo, contribuir financeiramente para campanhas e candidatar-se (Milbrath e Goel, 1965). Assim, estas pesquisas estão concentradas em entender a interação dos cidadãos com o momento eleitoral.

²⁵ Com a ampliação dos repertórios de ação (movimentos sociais, boicotes, protestos e associações), Pizzorno (1993) observa-se a necessidade da expansão do conceito de participação política (apud Borba, 2005). Ao questionar a ênfase de Milbrath, que vincula a participação somente ao processo eleitoral, o autor estabelece em sua tipologia de participação a diferença entre “ação do sistema estatal” e “ação extra estatal”. A ação do sistema estatal vincula a participação às instituições e governos, já a ação extra estatal liga a participação aos movimentos sociais e a subcultura (vinculação do indivíduo com o grupo que está inserido). Segundo Borba (2005), Pizzorno (1993) aponta a participação para além da esfera estatal destacando a existência de interesses individuais e coletivos na participação – como a questão da solidariedade política, onde há ação de indivíduos em movimentos sociais e outras esferas que não necessariamente estão vinculadas direto com o governo.

²⁶ No original: Este criterio distingue las formas de participación política em función de si se ajustan o no a las normas sociales y a los valores dominantes de una sociedade.

Anduiza e Bosch (2004) destacam as formas de participação não-convencional: (1) aderir a um boicote; (2) participar de protestos; (3) bloquear o trânsito; (4) participar de manifestações; (5) aderir a uma greve; (6) participar de movimentos sociais; (7) assinar uma petição.

As formas de participação apresentadas acima podem variar em diversos graus de intensidade e frequência. Também existem diferenças no tipo de iniciativa e no esforço que exige cada forma de participação. Assim, no estudo da participação política devemos compreender que existem diferentes formas de contribuições dos cidadãos para a política (DALTON, 2002, p. 32). De acordo com a literatura, os indivíduos tendem a se conectar com as atividades que combinam com suas motivações e objetivos (VERBA, NIE e KIM, 1978). Com isso, a natureza da ação pode variar de acordo com as necessidades e objetivos dos atores políticos. Verba, Nie e Kim (1978) destacam que os diferentes modos de ação política podem ser classificados segundo alguns critérios: (I) a ação pode transmitir informações dos cidadãos sobre suas preferências políticas; (II) o ato político pode estar direcionado a um resultado social mais amplo ou para a resolução de um problema individual; (III) o tipo de conflito envolvido em cada atividade; (IV) o nível de esforço; (V) o grau de cooperação com os outros exigido pela ação (ver Quadro I).

Neste sentido, as atividades políticas têm custos diferentes em relação a ação, por exemplo, assinar uma petição exige pouco esforço e dedicação sendo uma atividade esporádica, de fácil acesso e pouca dedicação. Já o ativismo nos movimentos sociais é uma forma de participação que requer muito mais do indivíduo – como tempo, recursos e redes sociais para a ação. Esta é uma atividade que o indivíduo deve estar realmente interessado e engajado em participar, pois os custos da ação e o tempo de dedicação são muito mais altos. No Quadro I podemos observar as dimensões de algumas das formas mais importantes e conhecidas de participação política.

Quadro I: Tipos de participação política e suas características

Formas de participação política	Tipos de influencia		Recursos necessários	Resultado da ação	Nível de conflito	Grau de cooperação
	Capacidade para comunicar a informação	Capacidade de pressionar				
<i>Voto</i>	Baixa	Alta	Tempo	Coletivo	Baixo	Baixo
<i>Campanhas Políticas</i>	Variável	Alta	Tempo, Habilidade e Recursos financeiros	Coletivo	Alto	Variável/Alto
<i>Membro de partido político</i>	Variável	Variável	Tempo, Habilidade e Recursos financeiros	Coletivo	Variável	Variável/Alto
<i>Atividades comunitárias</i>	Alta	Variável	Tempo e Habilidade	Coletivo	Variável	Alto
<i>Contatar autoridades</i>	Alta	Alta	Tempo e Habilidade	Individual/Coletivo	Baixo	Variável/Baixo
<i>Manifestações e Protestos</i>	Alta	Alta	Tempo e Habilidade	Coletivo	Alto	Variável/Alto
<i>Movimentos sociais</i>	Variável	Alta	Tempo e Habilidade	Coletivo	Alto	Variável

Fonte: Dalton (2002) p. 34; Anduiza e Bosch (2004). Modificado pela autora.

Como mostra o Quadro I as atividades e ações políticas têm características e formas de agir que são muitas vezes diferentes (DALTON, 2002; ANDUIZA e BOSCH, 2004). Se observarmos as características do voto, notamos que esta é uma atividade que envolve alta pressão e influência por parte dos cidadãos, pois é através das eleições que os indivíduos formam diretamente o governo. As eleições são formas de participação bastante integradas à estrutura institucional das democracias representativas. Elas envolvem um baixo nível de iniciativa ou cooperação, já que os partidos são os responsáveis por circular a informação e torná-la acessível aos eleitores. Apesar disto, o voto é uma forma de participação extremamente importante para o funcionamento das democracias contemporâneas (URBINATI, 2008). A participação eleitoral está vinculada ao campo político propriamente dito. O voto não visa defender somente a interesses particulares, mas interfere na formulação de projetos de leis, políticas públicas e na governabilidade (NOGUEIRA, 2015, p. 647).

No Brasil, o comparecimento em eleições é obrigatório e há uma série de incentivos para os cidadãos participarem, como: a emissão da propaganda política gratuita

no rádio e na televisão; as eleições são realizadas aos finais de semana; e o Governo Federal lança propagandas que visam incentivar a participação dos eleitores. Votar traz efeitos positivos sobre o sentimento de eficácia, interesse e sofisticação política dos cidadãos. A obrigatoriedade do voto significa, segundo Elkins (2000), o encorajamento à participação sendo mecanismo importante para a socialização política dos cidadãos, principalmente em países que vivenciaram regimes militares.

Já a participação em partidos políticos e campanhas eleitorais demanda mais tempo e motivação dos participantes. Segundo estudos de Manin (2006) e Katz e Mair (2009), poucas pessoas dedicam seus recursos para participar de atividades partidárias. Também os autores apontam que, nos últimos anos, há o processo de mudança tanto na forma de organização partidária, quanto na aproximação dos cidadãos. Com a ampliação do eleitorado resultante da extensão do direito ao voto e a expansão dos canais de comunicação, houve a reconfiguração na relação dos partidos com os eleitores. Nas democracias recentes, poucos são os indivíduos que têm grande conexão com determinado partido político, frequentando as reuniões e convenções.

Apesar disto, os partidos são instituições que atuam no âmbito nacional e representam o importante papel de conectar os eleitores com seus candidatos. São funções dos partidos: a mobilização dos cidadãos ao debate político; organização de campanhas políticas; gerar vínculos de socialização entre os cidadãos com o sistema político; recrutar e selecionar candidatos; estabelecer canais de debate e comunicação (AMARAL, 2013). Como citamos acima, o ponto central da legitimidade do regime democrático reside no sistema eleitoral, e os partidos representam a ligação entre os candidatos e eleitores, sendo por excelência os instrumentos de mediação dos interesses coletivos organizados (MANIN et al, 2006; RENNÓ, 2003).

A terceira forma é a participação em grupos sociais locais, como na associação de bairro, reuniões de organizações religiosas, associações de mulheres ou donas de casa. O envolvimento dos cidadãos em atividades locais é reconhecida pela literatura do comportamento político como parte das atividades que ajudam a socialização e criação de laços entre os indivíduos de uma comunidade (PUTNAM, 2005). As reuniões das organizações são ambientes importantes para estabelecer o canal de comunicação entre as pessoas da comunidade gerando incentivos positivos para a discussão da política a nível local e nacional.

Outra forma de participação convencional que vamos analisar é o contato com políticos e funcionários de prefeituras. Entrar em contato com autoridades pode ser uma ação individual ou coletiva, pois as pessoas podem entrar em contato com as autoridades para benefício próprio ou como sendo representante de outros indivíduos. Neste tipo de ação há esforço considerável do cidadão que busca resolver algum problema, pressionar ou demandar alguma ajuda das autoridades.

Em relação à participação não-convencional, o Quadro I apresenta três tipos: movimentos sociais, assinar petições, manifestações e protestos²⁷. Participar de movimentos sociais, manifestações e protestos são ações que exercem alto nível de pressão, pois geralmente reúnem um coletivo de pessoas interessadas em influenciar o governo e instituições de uma maneira mais contestatória. As manifestações e os protestos são tipos especiais de conflito social. O conflito social está vinculado com a definição clara da existência de atores opostos que competem por recursos, e estão lutando ou negociando por demandas e políticas (TOURAINÉ, 1985).

Os cidadãos que participam de movimentos sociais e manifestações se envolvem em grupos dos quais compartilham os mesmos interesses coletivos, têm vínculo social, cultural e identidade política semelhantes (SCHLOZMAN, 2002). Então, esse é um tipo específico de comportamento político coletivo que envolve o poder de mobilização dos atores participantes. Os movimentos sociais são vistos como desafiantes do sistema político, geralmente opostos às instituições e aos atores que detêm o poder. No entanto, a autonomia dos movimentos sociais não significa que eles não se relacionam com o Estado e com as instituições de poder. Eles geralmente mobilizam ambas as dimensões, mantendo a autonomia política do movimento mas também estando abertos para diálogo com as instituições.

Nesta pesquisa, selecionamos sete tipos representantes das formas de *participação convencional e não-convencional*. São eles: voto; partidos; associações de moradores; trabalho em campanhas eleitorais; convencer alguém a votar; solicitar alguma ajuda ou pedido a um político ou funcionário e movimentos sociais ou protestos. As formas escolhidas são representantes dos seis tipos de modalidades de participação política que Verba, Nie e Kim (1978) organizaram em: (a) voto em eleições; (b) contato

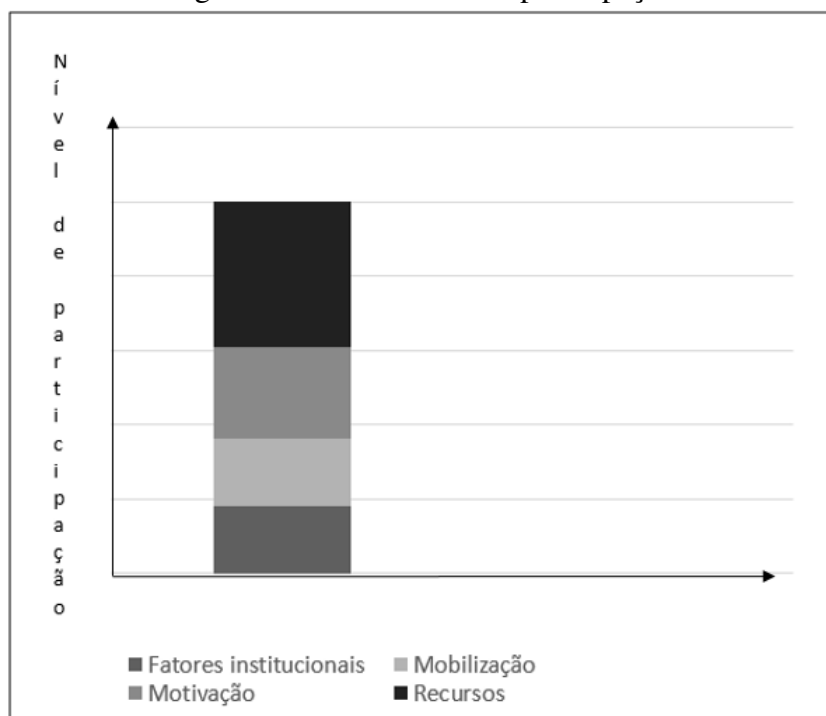
²⁷ Infelizmente não pudemos trabalhar com as diversas formas de participação não-convencional que foram descritas, pois houve a limitação nos *surveys* que não apresentaram perguntas interseccionais sobre a participação em boicotes, movimentos sociais, ONG's etc. Assim, a única variável de participação não-convencional que foi possível observar a frequência foi a variável "participar de manifestações e protestos".

com atores políticos e governamentais; (c) ativismo comunitário; (d) ativismo eleitoral; (e) comparecimento eleitoral e (f) atividade de protesto.

Fatores explicativos da participação política

A participação, como qualquer outro fenômeno de natureza política, não pode ser explicada em função de um único fator. Os elementos que podem incidir sobre a participação são diversos e de natureza muito distinta (ANZUIZA E BOSCH, 2004, p.43). A figura abaixo representa a contribuição de diferentes correntes de estudo para o entendimento do comportamento político e da participação. Os estudos da área têm mostrado que a conformação de atitudes políticas dos indivíduos e a relação que estes estabelecem com os regimes políticos é de ordem multicausal. Entre os elementos destacados pela literatura de comportamento político que estão relacionados com a participação estão: (I) os recursos; (II) os fatores institucionais; (III) a mobilização e (IV) a motivação. A Figura I apresenta os fatores elencados por Verba, Schlozman e Brady (1995) como explicativos da participação política.

Figura I: Determinantes da participação



Fonte: VERBA et al (1995) e SCHLEGEL (2011).

De acordo com os estudos empíricos de Verba, Schlozman e Brady (1995 e 2012) os recursos estão vinculados à origem social e às características individuais dos cidadãos como: o nível de escolaridade, idade, raça/cor e renda. Já por outro lado, os fatores institucionais estão ligados ao contexto político de cada país. Os efeitos dos fatores institucionais sobre a participação indicam a percepção dos cidadãos a respeito do desempenho e responsividade das instituições democráticas. Neste sentido os cidadãos podem confiar mais ou menos em instituições indicando a aproximação ou afastamento dos indivíduos do campo da política.

Em relação a motivação, esta representa o interesse ou o compromisso dos indivíduos com a política. E a percepção de que as atividades políticas, como o voto, podem influenciar a tomada de decisões de políticos e governos. Outro fator que pode motivar os indivíduos a participar é a rejeição ou descontentamento com os políticos e governo. O fator da motivação, então, está relacionado com os valores e sentimentos de cada indivíduo em relação ao funcionamento dos regimes políticos. Em relação a mobilização, este é fator que reúne grupos de pessoas que visam questionar ou pressionar governos e organizações. A mobilização política pode acontecer via movimentos sociais, manifestações, protestos e boicotes.

Se a igualdade política formal (cada pessoa um voto) é o requisito mínimo da democracia. A igualdade política substantiva dialoga com a distribuição dos recursos cognitivos entre a população indicando assim a qualidade da democracia. Na nossa análise incorporamos diversos requisitos vinculados aos recursos cognitivos dos indivíduos tal como a educação, a questão de gênero e racial para analisar a dimensão da igualdade política. Partimos do pressuposto da literatura, de que na medida em que os recursos socioeconômicos estão mais bem distribuídos, temos como consequência a maior igualdade de efeitos cognitivos positivos à democracia por parte da população (DIAMOND e MORLINO, 2005; RUESCHEMEYER, 2005).

Seguimos a linha de Verba e Nie (1972) que argumentam, como mostrado pelo diagrama dos determinantes de participação (Figura I), que o modelo socioeconômico nos mostra o primeiro passo em compreender o que leva os indivíduos a participar:

Para nós, o modelo socioeconômico representa um ponto de partida. Nós devemos começar por considerar o quanto a variância da participação política é explicada através do modelo socioeconômico²⁸ (VERBA e NIE, 1972, p. 126, tradução minha).

Neste sentido, o modelo socioeconômico reconhece que outros fatores podem influir sobre a participação política, como o funcionamento das instituições, a mobilização e as motivações dos indivíduos. A análise socioeconômica está no início de cadeia causal que visa compreender a participação política. Sendo uma análise importante para observar o nível da igualdade política e social das democracias contemporâneas.

O Modelo Socioeconômico

O foco deste trabalho está na análise dos recursos socioeconômicos. A associação entre participação eleitoral e recursos socioeconômicos na política é observada desde os primeiros estudos sobre o comportamento eleitoral (LAZARSFELD, 1948; CAMPBELL, 1960; MILBRATH e GOEL, 1965).

Os recursos, a capacidade cognitiva e a instrução são destacados pela literatura como fatores influentes no comportamento político dos cidadãos. Nas pesquisas de Verba, Schlozman e Brady (1995) e Norris (2002b) a relação entre a condição

²⁸ No original: For us, the socioeconomic model presents a base line. We shall begin by considering how much of the variance in political participation is explained by this simple socioeconomic model.

socioeconômica e a participação voltam ao debate. Os dados mostram que os cidadãos com maior status social e econômico participam mais ativamente das diversas dimensões da vida política (VERBA e NIE, 1972). Essa generalização é comprovada por estudos empíricos realizados em vários países²⁹: os cidadãos ativos e não ativos se diferenciam, principalmente, de acordo com sua situação econômica. Sendo que os cidadãos com situação pouco favorável participam menos, pois se preocupam fundamentalmente com suas necessidades básicas e problemas cotidianos, e menos com questões propriamente políticas (VERBA et al, 1993).

Segundo Verba, Nie e Kim (1978) os indivíduos são distintos em termos de renda, escolaridade e ocupação, e como esses recursos são usados na atividade política a desigualdade de recursos se torna um fator preocupante no direito de igual representação dos indivíduos. Riqueza não é o mesmo que poder político, mas os indivíduos com maior status econômico podem ter a seu favor o acesso a mais informações e o respeito social. O envolvimento dos cidadãos em atividades políticas não obrigatórias depende das motivações e dos recursos individuais. No plano individual, os recursos como riqueza, instrução e ocupação possibilitam maiores motivações para o ativismo político.

A literatura aponta, então, que a posição socioeconômica dos indivíduos define seus níveis de recursos, incidindo sobre seus valores, orientações políticas e seu comportamento (ANDUIZA e BOSCH, 2004). Verba e Nie (1972) seguem a mesma direção:

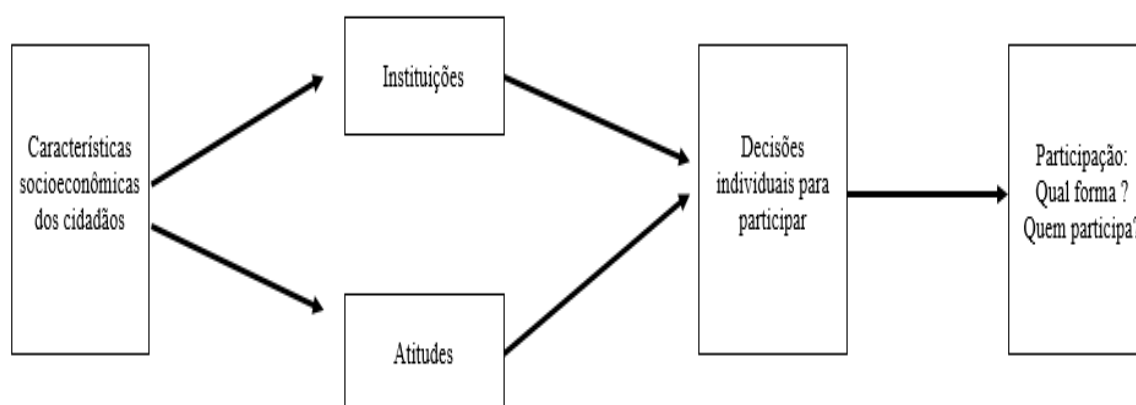
Há muitas possíveis explicações para essa relação – os indivíduos com status socioeconômico mais elevado têm participado mais da política. Esta relação se dá porque eles têm: mais habilidades, mais recursos, maior consciência sobre a política. Eles também estão mais expostos e têm mais acesso às comunicações sobre a política. E geralmente esses indivíduos interagem com outros que participam. As pessoas com status social mais elevado desenvolvem orientações cívicas como a preocupação com a política e o sentimento de eficácia. Todas essas orientações por sua vez levam à participação política³⁰ (VERBA e NIE, 1972, p. 126, tradução minha).

²⁹Verba et al (1978) ao realizar um estudo comparativo em sete países - Estados Unidos, Holanda, Áustria, Nigéria, Índia, Japão e Iugoslávia - sobre as formas e a influência dos recursos na participação política analisa que os cidadãos ativos e não ativos se diferenciam, principalmente, de acordo com as necessidades econômicas.

³⁰ No original: There are many explanations for this relationship – the higher-status individual has a greater stake in politics, he has greater skills, more resources, greater awareness of political matter, he is exposed to more communications about politics, he interacts with others who participate. Individuals of higher social status develops such civic orientations as concern of politics, information, and feelings of efficacy, and these orientations in turn lead to participation.

O status econômico elevado proporciona recursos que diminuem os custos da participação, e gera também atitudes mais favoráveis aos indivíduos para que participem da vida política, como: o sentimento de eficácia, compromisso, dever cívico e interesse pela política. Segundo a literatura, existe relação direta e indireta em relação aos recursos e a participação (RUESCHEMEYER, 2005). Neste sentido a pobreza e as desigualdades sociais fazem-se refletir na participação política. O nível de escolaridade, a renda e a ocupação dos indivíduos definem o status econômico e os recursos dos cidadãos (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). O modelo socioeconômico analisa essa relação como mostra o diagrama abaixo (Figura II).

Figura II: Diagrama do Modelo Socioeconômico



Fonte: VERBA e NIE (1972). Modificado pela autora.

O diagrama da Figura II considera as forças que podem levar à participação dos indivíduos na política. Nota-se que os recursos socioeconômicos são os elementos iniciais na cadeia causal que leva à atividade política dos cidadãos. Verba, Schlozman e Brady (1995) defendem que o caminho principal para analisar a participação ao longo das gerações é através do fator socioeconômico. Por exemplo, no Brasil os estudos indicam que o nível educacional dos pais influencia a escolaridade de seus filhos, isso significa que pessoas cujos pais têm alta escolaridade têm chances mais elevadas altas de permanecer neste grupo do que pessoas cujos pais têm baixa escolaridade (RIBEIRO, 2014).

No plano individual, os recursos como riqueza, instrução e ocupação possibilitam, segundo o modelo, maiores motivações para o ativismo político (VERBA, NIE e KIM, 1978). De acordo com essa literatura, não é o status social *per se* que estimula

a participação, mas que este está relacionado com as habilidades e orientações dos indivíduos. Schlozman, Verba e Brady (2012) apresentam o conceito de *voz política* que emerge neste debate das consequências da desigualdade social para a participação política e como essa relação interfere nas democracias contemporâneas:

A nossa preocupação é com a igualdade de *voz política* mais do que a quantidade da voz política. Embora seja importante para a democracia a existência de oportunidades para a livre expressão da voz política e níveis suficientemente altos de participação, a distribuição da participação entre os indivíduos e grupos é algo também significativo. Igualdade de voz não requer um alto nível de participação política. Ela requer somente a existência da atividade representativa³¹ (SCHLOZMAN VERBA e BRADY, 2012, p. 5, tradução minha).

Neste sentido, as pesquisas empíricas reforçam a problemática da pobreza e da desigualdade social para o funcionamento dos regimes democráticos (ANDUIZA e BOSCH, 2004). Naturalmente que os recursos não afetam todas as formas de participação da mesma maneira. As formas de participação que exigem mais esforço e iniciativa dos indivíduos são, de acordo com a literatura, as mais afetadas pela desigualdade de recursos. Assim, por exemplo, segundo a literatura, o status socioeconômico não deveria ter impacto muito alto sobre a participação eleitoral. Mas deveria afetar as formas de participação que envolvem custos mais elevados como as reuniões e associações, que demandam mais tempo e recursos dos cidadãos.

Questionando os argumentos da perspectiva convencional no Brasil, o estudo de Schlegel (2010) investigou a relação da educação e o comportamento político dos brasileiros. Para isso, o autor realizou um estudo longitudinal - de 1989 a 2006 - com o objetivo de observar a relação entre a educação e os comportamentos políticos desejáveis para a vivência democrática. A proposta central de sua pesquisa era analisar a recompensa política da educação, observando três frentes: participação, apoio aos princípios democráticos e confiança nas instituições democráticas (p.14).

As evidências do seu trabalho indicaram que a elevação da escolaridade impactou o comportamento político do brasileiro, mas não da forma prevista pela

³¹ No original: Our concern is the equality of political voice rather than the amount of political voice. While it matters for democracy that there be ample opportunities for free expression of political voice and sufficiently high levels of participation across various acts, the distribution of the participation across individuals and groups is also significant. Equal political voice not require universal and even a very high level of activity. It requires only representative activity.

perspectiva convencional. Segundo o autor, sua análise mostrou retorno declinante para a escolaridade, pois a capacidade cognitiva dos indivíduos indicou ter efeito independente da escolaridade na conformação dos comportamentos políticos. Segundo o autor, a perspectiva convencional superestima os efeitos esperados para o crescimento da escolarização. Para Schlegel (2010), a teoria que dialoga com os efeitos positivos da escolaridade para a participação parte da presunção de que os efeitos políticos da escolarização têm caráter exclusivamente acumulativo e aditivo no comportamento político dos cidadãos (p.297-298). Apesar do estudo de Schlegel (2010) não comprovar o efeito positivo da variável “escolaridade” na participação política para o caso brasileiro. Consideramos importante observar os efeitos desta variável num momento de mudança e inclusão educacional que ocorre no Brasil a partir, principalmente, dos anos 2000.

Participação Política no Brasil

Diversas pesquisas indicavam que no final do século XX as sociedades pós-industriais enfrentariam a redução dos canais tradicionais de participação política. Isso incluiria o declínio da participação eleitoral, aumento do sentimento anti-partidário e redução das organizações sociais. O afastamento dos cidadãos das instituições afetaria novas e velhas democracias de diferentes modos: distanciamento dos cidadãos da política; redução da participação via instituições; desconfiança e desinteresse político (MANIN, 2006). Esse diagnóstico pessimista do funcionamento de democracias representativas fez com que diversos autores dedicassem projetos de pesquisa para compreender o lugar da participação política nas democracias contemporâneas (NORRIS, 2002ab; VERBA e NIE, 1972; DALTON, 2007).

Norris (2002ab), Dalton (2007), Verba e Nie (1972) utilizaram as análises comparativas para observar o comportamento político dos cidadãos de diversos países, com culturas e hábitos diferentes para analisar o funcionamento de novas e velhas democracias e a interação dos cidadãos com esses ambientes políticos. Seus estudos apontam: apesar de mais críticos ao funcionamento de democracias, os cidadãos em sua maioria continuam apoiando e participando dos regimes democráticos. Norris (2002a) demonstra que para diversos países não houve queda na participação eleitoral, e que ao contrário disto, vários países encontram-se em situações de crescimento do número de votos. A autora também nota que houve ascensão de caminhos alternativos de

participação como através dos protestos, manifestações, movimentos sociais, participação em ONG's, etc.

O estudo de Norris (2002b) observa que nas novas democracias, da Ásia e América Latina apresentaram crescimento das taxas de participação eleitoral ao longo dos anos. O crescimento econômico destes países, segundo a autora, trouxe diversas mudanças positivas para o funcionamento de governos em particular por meio do aumento do nível de educação e alfabetização da população. O fator educacional, aponta a autora, é de extrema importância para a formação das habilidades básicas que facilitam a socialização política, o sentimento de eficácia e o acesso de informação para os indivíduos.

Em contraponto, os regimes democráticos consolidados estão enfrentando redução na participação via instituições. Na década de 1990, em vários países, houve queda nos índices de participação partidária. Nas democracias consolidadas, as razões para a queda da participação via partidos são diversas: o aumento do número de partidos *catch all*; o crescimento do nível de escolaridade dos cidadãos, atingindo o ensino superior e se tornando mais críticos ao funcionamento dos governos; e a ampliação do tamanho do eleitorado. Os fatores apontados pela literatura são os mais diversos, e ainda não há consenso sobre a real causa da redução da participação via partidos em alguns países de economias pós-industriais (NORRIS, 2002a; DALTON, 2007).

Apesar disso, os estudos recentes observam que a participação política passa por processo de expansão e fragmentação das oportunidades de envolvimento político. Segundo Norris (2002a) as diferentes formas de participação podem coexistir no funcionamento de democracias representativas. A autora aponta que há o interessante movimento dos cidadãos utilizarem mais as vias não-convencionais para a mobilização política. Sendo que a política de protesto, como canal de expressão, está em ascensão em diversos países, sendo utilizado principalmente pelos cidadãos mais escolarizados e com altos níveis de renda.

Para compreender as complexas mudanças das sociedades, nas últimas décadas os pesquisadores da área de comportamento político utilizam cada vez mais os modelos estatísticos e as técnicas de análise de *surveys*. A expansão desses estudos gerou grande acúmulo de informações no nível da participação política em todo o mundo. E a aplicação de *surveys* facilitou o entendimento do comportamento político dos cidadãos nos mais diversos regimes políticos. Diversos estudos concentram-se atualmente em

comprar as formas e tipos de participação que são utilizados por cidadãos nos mais diferentes contextos políticos (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995; RIBEIRO e BORBA, 2015).

No Brasil há poucos trabalhos que estudam longitudinalmente a trajetória da participação. Apesar disto, o país foi descrito pela literatura como pouco participativo e marcado, sobretudo, pela baixa participação política da população de baixa renda (FERREIRA, 1999a). Ferreira (1999a) analisa a dinâmica associativa e de contato pessoal dos cidadãos com os políticos entre 1988 e 1996. Em seu estudo o autor encontra baixa taxa de interação entre os cidadãos com os políticos, apesar do processo de reabertura política e redemocratização das instituições. Segundo Ferreira (1999a) os baixos índices de participação política estão vinculados principalmente ao descrédito que os indivíduos têm na política como mecanismo de representação e resolução de conflitos.

Na Tabela I apresentamos os dados descritivos da participação política. Nela buscamos observar os percentuais de participação ao longo dos anos, com o objetivo de analisar o comportamento político da população brasileira. Também temos como objetivo investigar a participação política dos brasileiros de maneira comparada, para isso utilizamos a recente pesquisa de Silva (2014) que traz um panorama dos percentuais médios da participação política em países americanos e caribenhos³². O trabalho do autor utiliza também o survey do Lapop e trabalha com as mesmas variáveis de participação. A partir dos dados da pesquisa de Silva (2014) podemos fazer um exercício de comparação entre os percentuais de participação política para o Brasil e os outros países da América e Caribe.

³²A pesquisa de Silva (2014) analisa de maneira comparada o papel da corrupção no engajamento dos cidadãos americanos e caribenhos em atividades participativas. O autor utiliza das ondas (2004 a 2010) de estudo do Lapop. O estudo do autor utiliza da metodologia comparativa ao analisar a relação entre a corrupção e a participação para 26 países americanos e caribenhos.

Tabela I: Níveis de Participação Política no Brasil (em porcentagens)

Participação Convencional	1993	2006	2008	2010	2012	2014
Votar em eleições	84,9	83,9	84,6	82,8	88,5	76,8
Partido ou movimento político	11	8,1	10,2	8,4	6,9	10
Solicitar ajuda ou enviar pedido a algum político ou funcionário	11,4	11,7	16,6	11,2	11,2	13,9
Solicitar ajuda de algum deputado federal, distrital, estadual ou senador	-	7,9	7,9	4,6	4,7	-
Solicitar ajuda de alguma autoridade local	-	17,5	20,3	15,8	12,2	18,4
Encaminhar algum pedido na prefeitura	-	4,3	1,9	2,6	1,1	1,1
Assistir a alguma audiência pública na Câmara dos Vereadores	-	-	9,2	8,3	1,1	8,7
Tentar convencer a outras para que votem em algum partido ou candidato	47,2	37,6	45	40,8	39,4	-
Trabalhar para algum partido ou candidato durante as campanhas eleitorais	29,3	13,8	13,1	11,9	11,7	-
Reuniões de alguma organização religiosa	35,4	55,4	60,7	58,9	62,8	71,5
Contribuir para a solução de algum problema de sua comunidade	30,9	29,1	37,4	25,6	25,7	31,1
Associação de pais da escola ou colégio	-	32,7	36,1	32,7	29,9	35,6
Associação de bairro ou junta de melhoras para a comunidade	16,1	14,3	19,6	13,9	12,3	16,1
Participação Não-Convencional						
Manifestação e/ou protesto	23	4,9	5,4	5,9	4,7	7,7

Fonte: Cedec e Lapop. Elaborado pela autora. Na tabela os pontos vazios representam os anos que não foram aplicadas as questões.

Os dados da Tabela I revelam que, de uma maneira geral, as porcentagens de participação se mantiveram relativamente estáveis ao longo dos anos. As formas de participação que os brasileiros estão mais envolvidos são: votar em eleições, conversar sobre política com outras pessoas, tentar convencer alguém a votar em determinado partido ou candidato, comparecer a reuniões de organizações religiosas e frequentar reuniões de bairro e escola. Observa-se também que os brasileiros participam mais ativamente das formas convencionais.

Votar em eleições: a taxa média de participação nas eleições presidenciais no Brasil, ao longo dos anos é de 83,5%. Norris (2002b) em seu livro *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism* apresenta os dados de votação para eleição presidencial de uma série de países de democracia consolidada – Estados Unidos, Itália, Canadá, França, Inglaterra, entre outros – para esses países a média das porcentagens de votação é de 78,8% (ver p. 85). Próxima a esta porcentagem, o estudo de Silva (2014) aponta que a média do percentual comparecimento às eleições dos países americanos e caribenhos é de 75,5% (ver p. 55). Assim, se compararmos esses dados podemos notar que o Brasil tem comparecimento eleitoral mais elevado do que a média registrada nas democracias consolidadas e dos países da América do Sul e Caribe.

Destacamos que a obrigatoriedade do voto no caso brasileiro é um estímulo importante para a participação eleitoral. O ciclo das eleições no Brasil mostram que há ampla participação do eleitorado nas discussões e mobilizações políticas nos períodos de campanha. Assim, as altas taxas de participação eleitoral no país ao longo dos anos representa que a reabertura democrática estimulou os cidadãos à participação. Para além da obrigatoriedade do voto, o Governo Federal brasileiro utiliza dos canais de comunicação para afirmar a importância das eleições, visando assim incentivar os indivíduos a comparecerem às eleições. O fim do regime ditatorial e a permanência dos ciclos regulares das eleições são elementos que reativaram a vida política da população, que conseguiu manter elevadas taxas de participação eleitoral.

Em relação à queda de 12 pontos na taxa de comparecimento eleitoral de 2014 em comparação com 2012 pode ser explicada pelo período da aplicação do survey de 2014. O Survey de 2014 do Lapop é aplicado no início do ano, assim não captura o resultado das eleições de 2014 que acontecem em outubro. A pergunta do survey de 2014 sobre: O(A) sr./sra. votou nas últimas eleições presidenciais? É referente às eleições

presidenciais de 2010, assim devido a distância do questionamento os correspondentes podem ter afirmado uma taxa de participação inferior.

Frequentar ou ser membro de partidos políticos: a média ao longo dos anos de comparecimento em reuniões ou atividades partidárias é de 8,7%. Este dado mostra, se compararmos com outros países, que a participação partidária no Brasil é relativamente alta. Utilizamos o estudo de Teorell, Torcal e Montero (2007) para realizar essa comparação. Ao analisar o envolvimento de cidadãos em partidos políticos em diversos países europeus - Dinamarca, Alemanha, Noruega, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suíça, Romênia, Eslovênia, Espanha, Moldávia e Suécia – os autores revelam que as porcentagens de participação em partidos mais altas são da Noruega (10%), Suécia (8%) e Suíça (9%). Todos os outros países mantiveram níveis de interação partidária abaixo destas porcentagens (TEORELL, TORCAL e MONTERO, 2007, p. 338-339).

Portanto, quando comparamos os dados, podemos perceber que a porcentagem brasileira de interação com partidos é relativamente alta, pois atingimos proporções semelhantes de participação partidária aos de países que têm alto Índice de Desenvolvimento Humano e longa experiência democrática e partidária. Assim, apesar do Brasil ter recente experiência política com a democracia e realidade econômica distinta em relação a estes países, o dado sobre atividade partidária mostra que os brasileiros utilizam também os partidos como canal de participação.

Encaminhar algum pedido na prefeitura: essa é uma atividade política que pode envolver um pedido coletivo ou individual dos atores. A importância desta forma de participação está na relação que os indivíduos estabelecem com a política local. Os dados mostram, a média de 2,2% de participação, que os brasileiros pouco interagem com as prefeituras locais. Nesse sentido, solicitar alguma ajuda ou enviar alguns pedido as prefeituras é uma atividade pouco recorrente entre os brasileiros. Outra característica que podemos notar na Tabela I é que há ao longo dos anos uma queda na taxa deste tipo de participação. Pois, se comprarmos o ano de 2006 que tinha taxa de participação de 4,3% com 2014 que tem 1,1% houve queda neste tipo de atividade. Assim, aparentemente com o passar do tempo os cidadãos estão interagindo cada vez menos com as prefeituras.

Reuniões de alguma organização religiosa: a média desta forma de participação é de 57,45% ficando atrás somente do voto em eleições presidenciais. A alta taxa de participação em organizações religiosas pode ser explicada pela multiplicidade de organizações religiosas no Brasil, segundo Burity (2008) o contexto das crises

econômicas e sociais não só no Brasil, mas como em outros países ocidentais reaproximou os indivíduos das religiões. Para o autor, a partir de 1980 há no Brasil um movimento da constatação da presença de novos grupos e organizações religiosas que passaram a contestar o monopólio do catolicismo romano no país (BURITY, 2008, p. 87). Também houve para Burtiy (2008) fortalecimento na interação entre governos e organizações religiosas na implementação de programas sociais ou na representação dos cidadãos em conselhos para todos os níveis – federal, estadual e municipal. Os dados e a literatura, evidenciam que há na contemporaneidade a presença múltiplas interfaces entre as organizações religiosas e as outras organizações da sociedade civil, em que o tema da religião interage com a política e a reivindicação de espaço e direitos.

Solicitar ajuda ou enviar pedido a algum político ou funcionário: a ação política que indica contato com políticos têm na literatura diferentes interpretações. Nos estudos de comportamento na América Latina esta variável muitas vezes é utilizada para prever relações clientelistas dos políticos com seus eleitores; já outra vertente da literatura traz pontos positivos no estabelecimento de algum vínculo entre os candidatos e atores políticos no momento pós-eleitoral. Os dados no caso brasileiro mostram que ao longo do tempo houve certa estabilidade desta forma de participação entre os brasileiros. Em 1993 e 2006 a média de participação era de 11,7%, em 2010 e 2012 passou para 11,2% e em 2014 foi para 13,9%.

Assistir a alguma audiência pública na Câmara dos Vereadores: participar de audiências públicas mostra o interesse da população em influenciar a tomada de decisão dos vereadores que estão sendo assistidos - de “vigiar” os projetos e discussões. Neste sentido, esta é uma ação política, pois visa pressionar nas decisões políticas que ali são tomadas. Os dados mostram que a média da participação ao longo dos anos é de 6,8% (Tabela I). Considerando os dados apresentados por Silva (2014), esta taxa de participação é relativamente baixa, quando comparada aos países americanos e caribenhos, que têm média de participação em audiências públicas de 11,8%.

Apesar de esta porcentagem não ser alta no caso brasileiro, se observarmos os altos custos de comparecer às audiências - que envolvem tempo e dinheiro, principalmente – podemos concluir que, relativamente, esta é uma porcentagem de participação relevante, pois mostra que alguns cidadãos dedicam diversos recursos para compreender e estar a par dos assuntos políticos locais.

Tentar convencer outras pessoas a votar em algum partido ou candidato: influenciar na escolha do voto envolve desde a atitude militante de um membro de partido, a relações familiares ou preferência por candidato ou política. Segundo a literatura essa é uma atividade recorrente de contextos democráticos onde os cidadãos geralmente participam do processo eleitoral buscando defender suas opções políticas e influenciar seus próximos. A porcentagem média dessa forma de participação no Brasil é de 42% (Tabela I). E a média dos países americanos e caribenhos é de 34,6% (SILVA, 2014). Assim, em comparação com os outros países americanos e caribenhos, a porcentagem desta participação é mais elevada no caso brasileiro.

Trabalhar para algum partido ou candidato durante as campanhas eleitorais: esta atividade envolve o cidadão ser militante de algum partido político; ou quando não tem vínculo partidário, mas utiliza do período de campanha para conseguir emprego temporário. No Brasil, o percentual de pessoas que já trabalharam em alguma campanha teve queda ao longo do anos. Em 1993 a porcentagem era de 29,3% e, em 2012, caiu para 11,7% (ver Tabela I). A queda da taxa desta atividade pode expressar duas conjunturas: (i) a primeira é a queda do número de militantes ou de cidadãos que trabalhavam para algum partido com o objetivo de defender seus ideais políticos; (ii) a segunda é a queda do número de pessoas que buscam o emprego informal e temporário. De acordo com a literatura, a primeira hipótese é a mais provável, trabalhar em campanhas políticas é uma atividade que envolve tempo e dedicação. Nas democracias contemporâneas poucos são os indivíduos que têm um vínculo forte com os partidos, geralmente a população reconhece as legendas e os candidatos. Mas dificilmente criam vínculos fortes a ponto de dedicar seu tempo e recursos às campanhas (MANIN, 2006). Apesar da redução da média da participação em campanhas políticas no Brasil, esta taxa continua relativamente alta, aproximadamente 16%. Isso porque em países americanos e caribenhos, a média de participação nesta área é de 10,5%, segundo dos dados de Silva (2014, p. 55).

Participar de manifestações e protestos: a participação em manifestações foi a variável que apresentou maior variação ao longo dos anos. A elevação da taxa para os anos de 1993 e 2014 provavelmente está relacionada com o contexto político de cada período. A alta porcentagem (23%) em 1993 deve estar relacionada com as movimentações do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Em 1992 o volume crescente de acusações de corrupção abalou o prestígio do presidente eleito em

1989. Acusado de associação em esquema de corrupção gerenciado pelo tesoureiro de sua campanha eleitoral e com a abertura do processo de impeachment começa uma onda de manifestações populares pelo país, aponta Sallum Jr. e Casarões (2011). Segundo os autores as manifestações tiveram representantes principalmente da classe média, jovens estudantes secundaristas e universitários.

Já a elevação da taxa (7,7%) em 2014 provavelmente está vinculada às manifestações que ocorreram em junho de 2013 em várias cidades do Brasil. Essas manifestações tinham inicialmente como objetivo contestar os aumentos nas tarifas de transporte público. Porém, após episódios de forte repressão policial contra os manifestantes, o número de manifestantes aumentou e o discurso da manifestação passou a englobar diversas outras demandas como: denuncia à violência policial, crítica aos gastos públicos com os eventos internacionais (copa do mundo), qualidade dos serviços públicos, indignação com a corrupção política e com os partidos. Essas foram algumas das diversas pautas que foram levantadas nas manifestações de 2013 que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”.³³

Mesmo com o aumento da intensidade da participação em manifestações e protestos em 1993 e 2014, quando comparamos os dados da média brasileira (8,6% ver Tabela I) com os dados da média dos anos dos países americanos e caribenhos (12,5%). Nota-se que as taxas de participação em manifestações e protestos no Brasil são inferiores às taxas de participação dos países americanos e caribenhos. Neste sentido, os dados só apresentam aumento em momentos específicos vinculados ao contexto político.

Conclusões preliminares

A partir da definição de participação política, apresentamos neste capítulo as formas de participação convencional e não-convencional. A partir das diversas categorias de participação destacamos o percentual de participação dos cidadãos no Brasil. Os dados revelaram que não há grandes mudanças no perfil de participação dos cidadãos nos últimos anos. As frequências não tiveram grandes alterações, mostrando assim que o

³³“Em 2013, a política brasileira foi sacudida por uma grande mobilização de massa que teve como gatilho o aumento das tarifas de transporte coletivo. Os protestos de Junho de 2013 foram um daqueles momentos nos quais a capacidade de intervenção da sociedade sobre a política se amplia, varrendo para longe as frágeis certezas que balizam o jogo rotineiro da política institucional” (TATAGIBA, 2014, p.35). Os protestos mostram a dificuldade dos governos e partidos de construir diálogos com os indivíduos e principalmente com os jovens.

comportamento políticos dos brasileiros continua principalmente vinculado às instituições formais e às associações comunitárias.

Para compreender as taxas de participação política no Brasil, utilizamos da comparação com outros estudos sobre participação. Destacamos o trabalho de Silva (2014) como a principal fonte. E concluímos que, se comparado com outros países da América Latina e do Caribe, o Brasil apresenta, relativamente, altas taxas de participação no que tange ao comparecimento em eleições, ao trabalho em campanhas políticas e a tentar convencer alguém a votar em determinado partido ou candidato.

A atividade partidária é também uma forma de participação que apresenta taxa relativamente alta de participação. Assim, diferentemente, do que vem sendo discutido em relação ao afastamento e apatia dos indivíduos com os partidos (NORRIS, 2002b). Os dados mostram que ao longo do tempo os brasileiros continuam sendo membros e frequentando reuniões de partidos políticos, assistindo a audiências públicas e votando em eleições. A ideia de que os partidos são instituições desgastadas e que os cidadãos têm pouco interesse em interagir com as agremiações não foi comprovada.

Apesar disso, os dados sobre o trabalho em campanhas políticas mostra que há um limite na participação partidária. Manin (2006) aponta que durante muitos anos a representação parecia ser baseada em uma relação estável de confiança entre os eleitores com os partidos políticos. Pois os eleitores se identificavam e eram fiéis com suas agremiações. Nos últimos anos, segundo o autor, há um processo de mudança tanto na forma de organização partidária, quanto na aproximação dos cidadãos. Com a ampliação do eleitorado resultante da extensão do direito ao voto, houve a reconfiguração da relação entre os partidos com os eleitores sendo mais difícil o estabelecimento de um vínculo que envolva os cidadãos a participar das atividades partidárias. Acreditamos que o caso brasileiro segue a tendência apontada por Manin (2006), apesar de comparecer às eleições poucos cidadãos utilizam seus recursos para trabalhar em campanhas políticas.

Com isso, não foi comprovada a tendência de que há redução das formas de participação via instituições convencionais no Brasil. Segundo Norris (2002a) e Dalton (2002 e 2007) as democracias contemporâneas têm enfrentado mudança no perfil da participação, sendo que os cidadãos estão utilizando cada vez mais os canais não convencionais como forma de expressão política. Apesar de a literatura apontar para a redução da participação via instituições convencionais, no caso brasileiro as taxas mais elevadas de participação estão vinculadas às instituições formais e às associações

comunitárias. Sinalizamos duas possíveis explicações para a manutenção das taxas de participação convencional dos brasileiros. A primeira destaca os incentivos institucionais que há no Brasil para que os indivíduos utilizem os canais formais. Por exemplo no país as eleições sempre foram alvo de grande mobilização política e de campanhas para o comparecimento e participação. Esses incentivos podem ter estimulado os cidadãos a participarem também nas atividades que estão mais relacionadas com o processo eleitoral em si.

A segunda explicação é que os protestos e as manifestações muitas vezes recebem, segundo Canclini (2002), estímulos opostos, principalmente por parte da mídia que atribui características negativas e pejorativas a este tipo de atividade política. Barnes et al (1979) aponta a falta de reconhecimento das manifestações e protestos como formas de expressão política acontece em vários países. Neste sentido as taxas mais reduzidas desta forma de participação está provavelmente vinculada com a baixa aceitação destes canais de mobilização.

Outro ponto importante, neste caso, é a limitação das variáveis de participação não-convencional nos *surveys*. Nossa pesquisa não conseguiu encontrar *surveys* aplicados a nível nacional que tivessem utilizado questões longitudinais sobre: movimentos sociais, ONG's, petições e greves. Assim, este estudo deixa uma lacuna em aberto. As pesquisas internacionais já vêm pautando a um certo tempo a importância de compreender a participação política de uma maneira mais ampla. Segundo Norris (2002a), os cidadãos estão constantemente mudando os repertórios de ação política, e cabe aos cientistas políticos a tarefa de analisar os motivos e os efeitos desses canais de participação no funcionamento das democracias contemporâneas.

Capítulo II. Desigualdades Sociais no Brasil

No final do século XX, o Brasil permanecia entre as nações com maior desigualdade de renda do mundo e os mais baixos níveis de escolaridade média (FILHO e KIRSCHBAUM, 2015). Somente sobre o funcionamento do regime democrático vem sendo observada a redução das desigualdades sociais e econômicas em múltiplas dimensões relevantes: (1) aumento do salário mínimo; (2) ampliação do acesso ao ensino fundamental; (3) expansão da rede de energia elétrica e da coleta de lixo; (4) queda da associação entre pobreza e falta de acesso a serviços; (5) redução das desvantagens de mulheres e não brancos no mundo escolar e do trabalho; (6) atenuação da desigualdade nas condições de vida entre regiões ricas e pobres (ARRETCHE et al, 2015, p.424).

De acordo com a pesquisa “Trajetórias das Desigualdades” de Marta Arretche et al (2015), no Brasil o funcionamento da democracia diminuiu a desigualdade de renda entre os mais ricos e os extremamente pobres. A redução da desigualdade é explicada principalmente pelas políticas sociais e pelo plano de aumento do salário mínimo. Segundo Arretche et al (2015) a recente trajetória de redução de desigualdades no Brasil é marcada pela combinação de políticas distintas, não sendo explicada por um mecanismo isolado. Pois a desigualdade entre os estratos sociais resulta de fatores que não estão ligados diretamente à renda ou à escolaridade, mas que inclui outros fatores sociais e culturais como as diferenças de atividade e salário por sexo, cor e região.

No Brasil, observamos nos últimos anos uma maior igualdade de acesso à educação, principalmente até o ensino médio, redução do contraste da infraestrutura das áreas pobres e ricas e da desigualdade no acesso a serviços (BARROS, 2015; ARRETCHE et al, 2015). A literatura destaca a importância do Plano Real e das políticas sociais dos governos petistas para o combate da pobreza e da desigualdade de renda no país (NERI, 2006; REGO e PINZANI, 2013). Nota-se que partir dos anos 2000, a redução da pobreza e da desigualdade têm se tornado um dos principais objetivos do governo brasileiro.

O debate do impacto da desigualdade para o campo social e político emergem como preocupações centrais de diversos países que buscam avançar no desenvolvimento de projetos de bem-estar social. Neste sentido, as políticas sociais são de grande importância para promover e proteger socialmente os grupos em situação de pobreza e vulnerabilidade social (REGO e PINZANI, 2013). Admitimos que as políticas sociais são

compostas por um conjunto de programas e ações dos governos, que se manifestam em oferta de bens e serviços ou por meio da transferência de renda. O objetivo das políticas sociais é de atender as necessidades e os direitos sociais que afetam vários dos componentes das condições básicas de vida da população.

As políticas sociais constituem, em cada país, sistemas de proteção e promoção social podendo ser formuladas com maior ou menor abrangência (CASTRO, 2013). Nota-se que ao longo dos anos há ampliação das iniciativas do Governo Federal brasileiro, no desenvolvimento de um conjunto diversificado de políticas públicas. Observar essas mudanças sociais no Brasil é um ponto interessante, para compreender o comportamento político dos cidadãos. A abordagem desenvolvida neste trabalho traz, para a área do comportamento político, as dimensões das variáveis econômicas, sociais e demográficas que constroem a posição social dos indivíduos, e, assim, permite analisar os recursos utilizados por esses para a participação política (SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012).

As hipóteses da abordagem socioeconômica associam que, quanto maior a distribuição do acesso aos recursos socioeconômicos, maiores são as probabilidades de igualdade na participação política. Observar as desigualdades é fundamental para analisar se os recursos estão bem distribuídos na sociedade, e se a população tem o mínimo de bem-estar social necessário à inclusão cidadã. Há ampla literatura nacional e internacional que utilizam tal abordagem nos estudos sobre o comportamento político e a qualidade do funcionamento de democracias contemporâneas, para compreender os fatores que influenciam a participação e envolvimento político (DALTON, 2002; NORRIS, 2002b; BORBA e RIBEIRO, 2015; FUKS, 2011; REGO e PINZANI, 2013; SILVA, 2014; SCHLEGEL, 2010; BUENO, 2012).

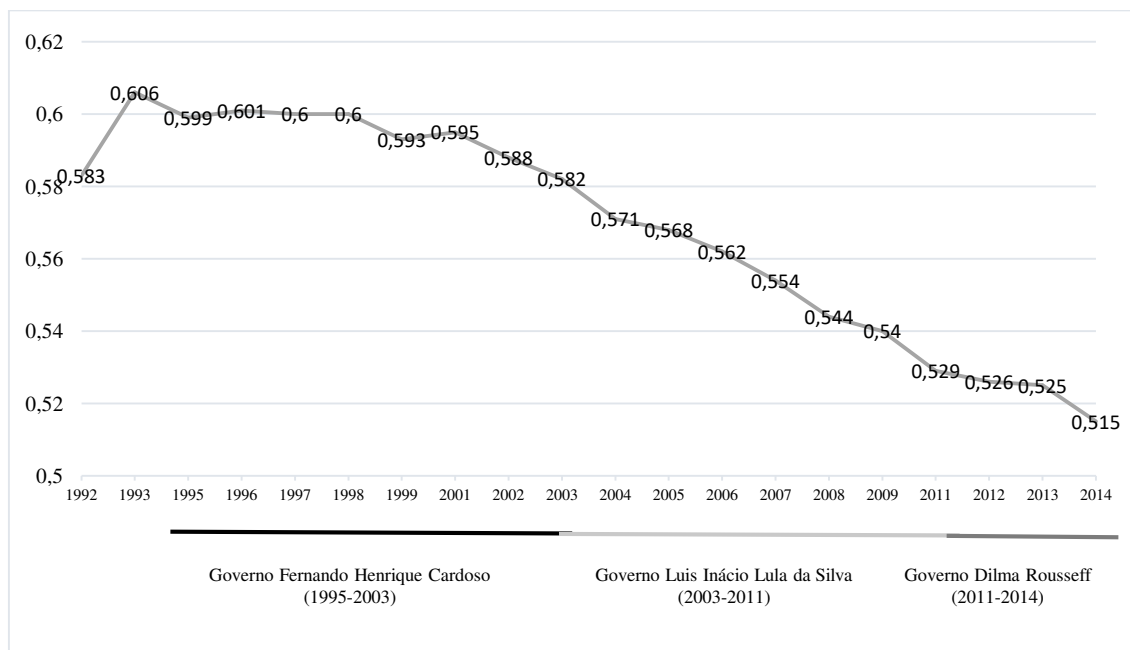
Este estudo reúne diversas pesquisas e visões da literatura sobre as mudanças sociais no Brasil nos últimos anos. Por meio destas análises buscamos observar os contextos de mudanças sociais e econômicas no país. Trabalhamos, neste capítulo, com seis dimensões socioeconômicas: renda, escolaridade, cor/raça, sexo, região e idade. A finalidade é fazer uma breve referência sobre a situação socioeconômica dos brasileiros no período anterior e posterior a aplicação dos programas de combate à pobreza, desenvolvido nos últimos anos pelos governos Lula e Dilma. Para isso, dialogamos com os estudos demográficos e sociológicos existentes no Brasil e utilizamos os dados dos últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para acompanhar os avanços sociais no processo de redução das desigualdades socioeconômicas no Brasil.

Desigualdade de Renda

Em consonância com os desafios crescentes em relação à participação nas democracias contemporâneas, esta pesquisa analisa a dinâmica da participação a partir de duas conjunturas políticas: (i) meados dos anos 90, quando o país foi governado, a nível Federal, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o qual conquistou estabilidade econômica, reduziu a inflação a níveis historicamente baixos e saneou as contas públicas; (ii) anos 2000, período que houve a ascensão de um novo grupo político no poder nacional, o Partidos dos Trabalhadores (PT), que fortaleceu o sistema de proteção social, com maiores investimentos estatais em infraestrutura e projetos sociais que combatessem a pobreza diretamente (RENNÓ et al, 2011).

Nos últimos anos, principalmente a partir de 2001, o Brasil entrou para um ciclo de declínio da desigualdade de renda (NERI, 2006). O Gráfico I mostra as mudanças sociais relativas a redução da concentração de renda, para os anos de 1992 a 2014.

Gráfico I: Coeficiente de Gini³⁴ - Brasil, 1992 a 2014

O coeficiente de Gini aponta o grau da concentração de renda em determinado grupo ou país. Este mede a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O coeficiente começou a ser medido no Brasil em meados nos anos 1970, e ao longo dos anos 1990 ele variou muito pouco permanecendo entre 0,6 e 0,595. A manutenção de altas taxas de concentração de renda está relacionada, em grande medida, com as políticas e a agenda de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (LAHÓZ, 2002). As reformas de seu governo orientadas para o mercado, por meio: das privatizações de empresas, da desregulamentação das esferas antes regulamentadas pelo Estado, do controle da inflação, da abertura comercial e financeira contribuíram para a manutenção do quadro de desigualdade econômica (CODATO, 2005).

Somente a partir de 2001 há queda do coeficiente, período no qual se inicia o processo de redução no nível de desigualdade frente às séries dos últimos anos. Comin (2015) indica que esta queda é referente a redução da desigualdade de renda do mercado de trabalho, pelo ciclo positivo de geração de empregos formais, elevação da renda,

³⁴ Índice de Gini: é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Fonte: <
http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23
 >. Acessado em 03/02/2015.

melhora no perfil da educação formal e maior entrada das mulheres no mercado de trabalho (p. 368). O governo do Fernando Henrique (1995-2003) gerou crescimento importante do rendimento real das pessoas, tanto por causa do seu desempenho econômico favorável quanto pelo sucesso do seu plano de estabilização (NASSIF, 2002). O aumento da renda, para alguns grupos sociais, permitiu grande crescimento do consumo da população. Apesar disto, a desigualdade manteve-se praticamente estável, como podemos observar no gráfico I. A manutenção dos níveis de concentração ocorreu pela baixa preocupação do governo FHC em políticas de desconcentração de renda destaca Lahóz (2002).

Neri (2007) aponta que o governo Lula (2003-2011) deu continuidade a estabilidade e mais enfaticamente procurou redistribuir a moeda através de uma estrutura de programas sociais. Os gastos com os programas sociais já existiam no governo FHC:

O governo brasileiro, em seus três níveis, gastou, em 1998, cerca de 21% do PIB na chamada “área social” – um montante alto em qualquer padrão de comparação (gastos sociais são aqueles realizados nas áreas de saúde, educação e seguridade social). Trata-se do maior gasto da América Latina. Portanto, não é verdade que o gasto público (do governo FHC) seja baixo (LAHÓZ, 2002, p. 84).

Mas o ponto de virada é que os gastos com as políticas sociais do governo FHC nem sempre resultaram melhora na condição de vida das pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Os programas compensatórios sofriam falta de “focalização”. O governo Lula e Dilma observaram a necessidade de melhorar o direcionamento dos gastos sociais, lançando alguns programas capazes de redistribuir a renda e de melhorar a condição de vida das pessoas que moram nas áreas mais afastadas e esquecidas:

Como exemplos nessa direção temos o PAC de educação e a nova agenda que desponta na área de saúde, que envolve não só ações setoriais como outros efeitos indiretos, a começar por unanimidades como a provisão de saneamento básico passando a áreas mais polêmicas como controle de natalidade (...) (NERI, 2007, p. 21).

Os programas de transferência de renda e de redução do analfabetismo influenciaram positivamente nas mudanças da estrutura produtiva sócio ocupacional do

país. Como o Bolsa Família, implementado em 2004 pelo Governo Federal, uniu os programas de transferência de renda:

O Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Art. 2 (Portal Bolsa Família³⁵).

Com a união dos benefícios financeiros, o programa foi destinado às famílias que se encontravam em situação de extrema pobreza, com o objetivo de contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. Desde seu lançamento, o Bolsa Família se tornou instrumento central na busca da superação da pobreza no país (REGO e PINZANI, 2013; CAMPELLO, 2014). Pois para além da transferência de renda, a estratégia do programa é ampliar a oferta de serviços para a população que se encontra nas áreas mais afastadas e com menos recursos. Segundo os estudos de Bohn et al (2014), o Bolsa Família³⁶ possui diversas políticas que são complementares e integradas, que visam à introdução principalmente dos adultos no mercado de trabalho. Além disso, o objetivo do programa é promover a inclusão social por meio da superação da situação de vulnerabilidade econômica das famílias.

Rego e Pinzani (2013) também destacam que os programas sociais, como o Bolsa Família, representa um importante instrumento de formação cívica:

A ideia de um igual direito de participação política, que caracteriza nossas democracias, se fundamenta num princípio ético, a saber, o princípio do igual respeito: cada um possui os mesmos direitos que os outros no que diz respeito à participação na vida política de sua comunidade, porque cada um merece a mesma atenção e a mesma consideração (isso quer dizer: o que merece a mesma atenção e consideração são os indivíduos, assim como seus interesses, suas preferências, suas necessidades, etc) (REGO e PINZANI, 2013, p. 78).

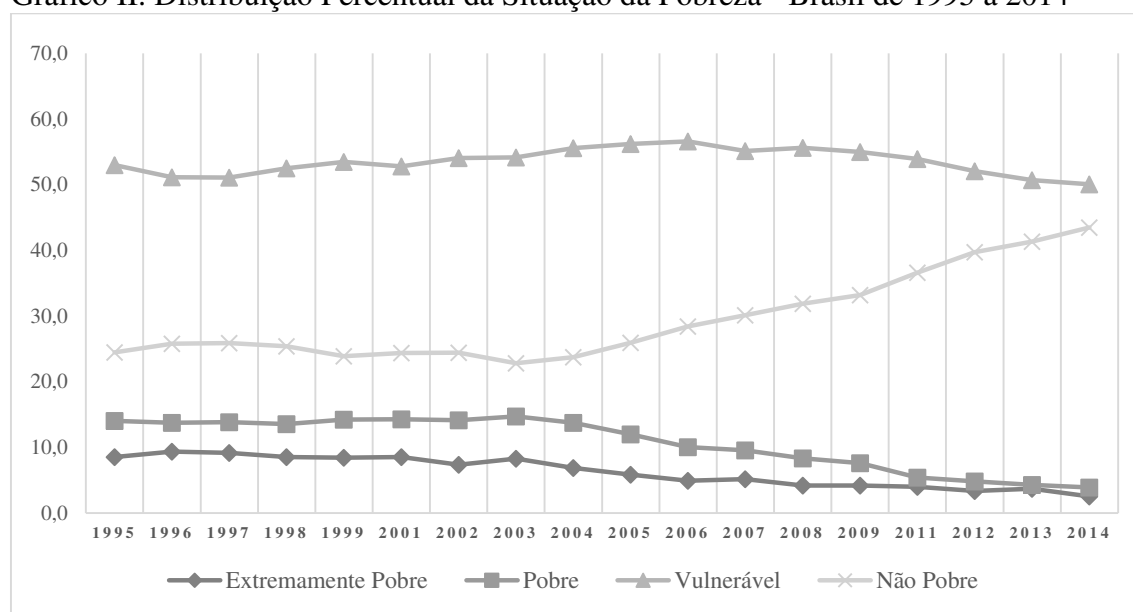
³⁵Portal Bolsa Família. Disponível em: ftp://ftp.datasus.gov.br/ftpbolsa/download/Lei_Bolsa_Familia_10_836_09_01_2004.pdf. Data do acesso: 02/02/2017.

³⁶Bohn et al (2014) apontam que o programa visa agir em três frentes: o primeiro é acabar com a fome, com a transferência de renda direto para os beneficiários; o segundo é criar direitos sociais básicos relacionados com a saúde e a educação; e o terceiro é visar a integração dos adultos ao mercado de trabalho (p.117).

Neste sentido as políticas sociais são instrumentos para promover a autonomia individual, estas integram os cidadãos à comunidade garantindo à cidadania por meio das oportunidades materiais e do acesso à recursos como a escolaridade, saúde e bem-estar social.

Acompanhando o debate da ação das políticas sociais, no Gráfico II podemos observar a porcentagem dos cidadãos brasileiros que saíram da situação de pobreza no Brasil para os anos de 1995 a 2014. Os dados do perfil da pobreza têm como objetivo descrever e comparar as características da população pobre, de forma a caracterizar a multidimensionalidade da pobreza (SOUZA e OSORIO, 2013). No perfil apresentado pelo gráfico são investigadas uma série de características – geográficas, demográficas, educacionais e ocupacionais de quatro estratos definidos a partir da renda domiciliar *per capita*, são estes: extremamente pobres (famílias com renda inferior a 70 reais); pobres (com renda maior ou igual a 70 reais, e inferior a 140 reais); vulneráveis (com renda igual a 140 reais e menor que 560 reais); e não pobres (com renda maior ou igual a 560 reais) (BRASIL, 2015).

Gráfico II: Distribuição Percentual da Situação da Pobreza - Brasil de 1995 a 2014



Elaborado pela autora, a partir das tabulações do Ipea.

O Gráfico II acima mostra avanços na redução do perfil da pobreza no Brasil. A porcentagem de indivíduos que se encontrava na linha da extrema pobreza era de 8,5% em 1995 e passou para 2,6% em 2014. Houve, também, declínio em relação ao percentual de pobres, que em 1995 representava 14,1% da população e em 2014 passou para 3,9%.

Podemos observar que todas as categorias ligadas à pobreza tiveram recuo e, em contraponto, houve aumento da porcentagem da categoria “não pobre” em 19 pontos em percentuais, de 1995 a 2014. Os números positivos indicam avanços na possibilidade de erradicação da extrema pobreza, e os dados mostram que todas as categorias tiveram ganho real de renda. Segundo a literatura (ARRETCHE et al, 2015), os programas de transferência condicionada de renda tiveram papel central na redução dos percentuais de desigualdade.

Neste sentido, podemos observar as transformações econômicas positivas nos últimos anos. Os Gráficos I e II apontam que as mudanças atingiram questões fundamentais para a melhoria das condições de vida da população. Segundo Hunter e Sugyama (2014), as políticas de bem estar social têm grande potencial para integrar os cidadãos socialmente, e estimulá-los para que venham participar de forma mais ativa da vida política. Ribeiro (2014) destaca:

Em 1994, se iniciou uma tendência de diminuição da desigualdade de renda no Brasil, que se acentuou ainda mais a partir de 2002. Houve aumento generalizado da renda, que fez com que mais de 50% da população passasse a estar no meio da distribuição. Com estas modificações o governo começou a divulgar aumento da classe média no Brasil. (...). (...) a distribuição de renda no Brasil indica que houve um aumento significativo do número de pessoas e famílias com renda. A pobreza, medida em termos de renda, também diminuiu significativamente (p. 182).

Destacamos a importância das políticas sociais em permitir os indivíduos a realizarem seus potenciais produtivos. O Plano Real foi bem sucedido em baixar e controlar a inflação, proporcionando melhores condições de vida para população e aumentando a capacidade de consumo e o acesso aos bens duráveis. As políticas sociais, dos governos Lula e Dilma, foram mais focalizadas e permitiram a ampliação desta situação para as camadas mais pobres e afastadas dos grandes centros.

Escolaridade

Além da variável renda, a educação é identificada como um dos fatores prioritários para o combate da desigualdade (REIS, 2000). Autores argumentam que as políticas educacionais são diretamente responsáveis pela diminuição da desigualdade no país (RIBEIRO, 2006; GUIMARÃES, BARONI e BRITO, 2015). A relação entre a

educação e distribuição de renda é objeto de análise há muito tempo no campo das Ciências Sociais. Guimarães, Baroni e Brito (2015) destacam que a elevação no nível de escolaridade da população, reduz os diferenciais de salário associados a alta escolaridade.

Neste sentido, as mudanças educacionais são importantes para explicar os avanços que a sociedade brasileira teve ao longo do século passado, pois a educação é um fator que impacta o mercado de trabalho, afeta a fertilidade, criminalidade e cidadania. Na abordagem socioeconômica a educação tem também papel central. Já que segundo esta abordagem, o ambiente da escola e da universidade, assim como do trabalho, contribuem para a socialização política dos cidadãos, ajudando na aquisição de competências cívicas e no interesse em política (PATEMAN, 1992; VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995).

O Brasil apresentou nas últimas décadas uma expansão educacional, que melhorou de forma geral todos os seus indicadores na área. Por exemplo, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais era de 20,1% em 1991, passando para 14,7% em 1996 e, em 2014, atingiu a taxa de 8,3%. A expansão do sistema educacional pode ser observada em todos os níveis de matrícula – desde o ensino fundamental até o nível superior, segundo Filho e Kirschbaum (2015) os fatores que ajudam a explicar o aumento da escolaridade são:

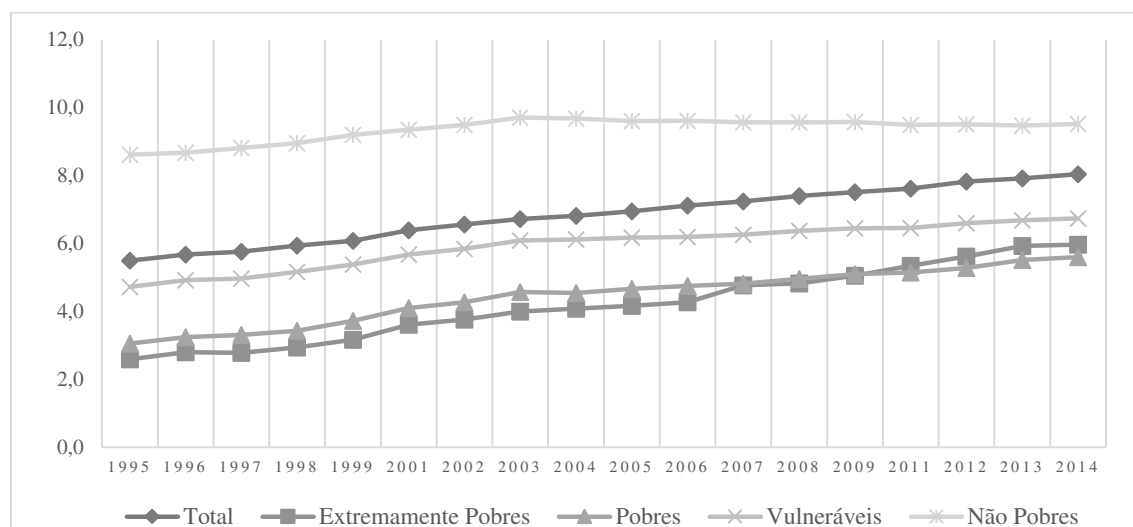
Transição demográfica acelerada devido à redução da taxa de fertilidade entre 1960 e 1991; descentralização da gestão e dos recursos educacionais trazidos pela Constituição de 1988; o Fundef, estabelecido em 1998, que transferiu recursos de municípios ricos com poucos alunos para municípios pobres com muitos alunos; programas de transferência de renda (Bolsa Escola e Bolsa Família), que condicionam a entrega de recursos à permanência dos alunos na escola; e os programas de progressão continuada (não repetência) que foram introduzidos ao longo da década de 1990. Por fim, o aumento da parcela de pessoas com ensino superior deve-se, em grande parte, à flexibilização das regras de abertura de novas faculdades particulares, ocorrida a partir dos anos 1990, que atendeu prioritariamente à população de classe baixa, a qual ansiava pelo acesso ao diploma. (FILHO e KIRSCHBAUM, 2015, p. 118)

No Gráfico III, podemos observar a evolução da média dos anos de estudo das pessoas com 15 anos ou mais de idade. Para o ano de 1995, a média dos anos de estudo era de 5,5 anos e em 2014 passou para 8 anos. Notamos, assim, que a população como um todo aumentou o nível de escolaridade. Já que para todas as categorias houve crescimento da trajetória educacional. Porém, o aumento dos anos de escolaridade para

todas as categorias não resultou redução da desigualdade dos anos de estudo entre os “pobres” e “extremamente pobres” quando comparado a categoria “não pobres”. Em 1995, a diferença dos anos de estudo entre os grupos dentro da linha da pobreza para os grupos que estão fora da linha da pobreza era de cinco anos. Em 2014 a diferença cai para aproximadamente três anos e meio de estudo.

Como Ribeiro, Ceneviva e Brito (2015) destacam, a origem social dos jovens têm ainda grandes chances de moldar sua progressão educacional. Assim, pertencer às categorias vinculadas a pobreza, tende ainda a ser um empecilho para que os indivíduos conquistem a mesma trajetória educacional daqueles que estão em melhor situação econômica (fora da linha da pobreza). Apesar disto, segundo os autores, os efeitos da origem social já diminuíram em relação à entrada nos níveis básicos de ensino. Mas a partir da entrada no ensino médio, a diminuição da desigualdade de oportunidades educacionais vinculada à origem social não é tão clara.

Gráfico III: Média de Anos de Estudo da População de 15 anos ou mais de idade e Situação de Pobreza - Brasil, 1995 a 2014



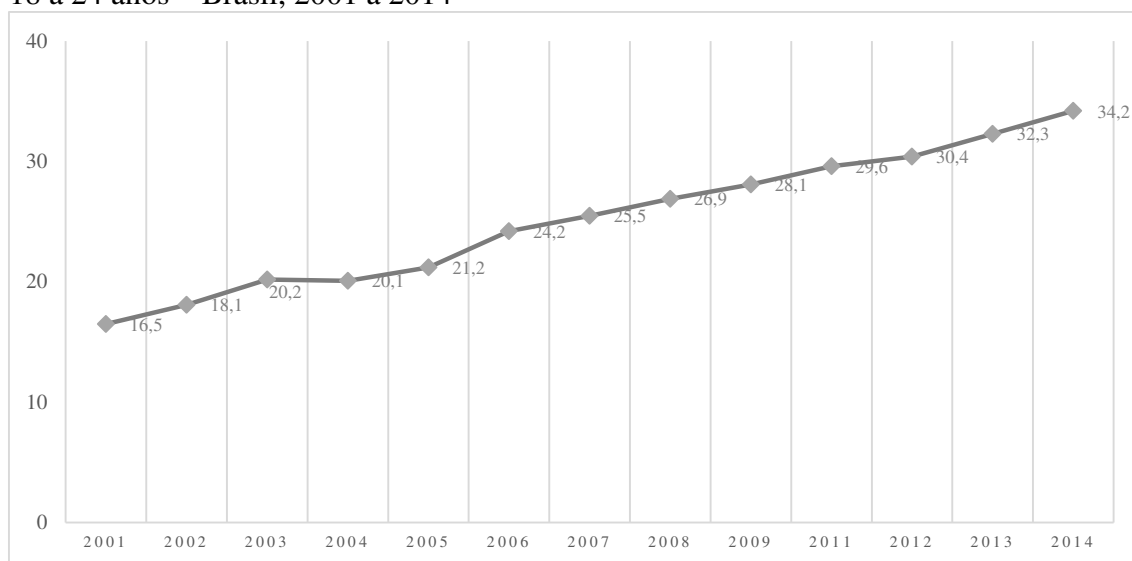
Elaborado pela autora. Fonte: Ipea dados.

Com o objetivo de reduzir a desigualdade das oportunidades educacionais entre os estratos sociais, o Governo Federal, a partir de meados da década de 2000, passou a implementar diversas ações afirmativas para a entrada de jovens no ensino superior. Barros (2015) aponta que essas iniciativas governamentais deram fôlego na expansão do ensino superior. Em 2004 foi criado o Programa Universidade para Todos (ProUni) que tem como finalidade conceder bolsas de estudo para cursos superiores nas universidades

privadas (BRASIL, 2009). O ProUni facilitou a entrada de estudantes com baixa renda na universidade. O programa é uma iniciativa que concede bolsas no ensino superior privado aos estudantes do ensino médio da rede pública ou particular de ensino, a bolsa é integral para os estudantes que têm renda familiar inferior a três salários mínimos per capita. E o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) que foi criado em 1976 pelo regime militar, no período denominado de Crédito Educativo, sendo posteriormente remodelado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e ampliado em 2002 pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva. O programa concede financiamento para os estudantes matriculados em cursos superiores de universidades particulares.

O ProUni, no seu primeiro ano de funcionamento, ofertou 112,3 mil bolsas. Em 2009 houve o crescimento para 247,6 mil e 2012 com 284,6 mil bolsas (BRASIL, 2009 e 2014). Já o Fies em 2014 contemplou 24% dos estudantes matriculados em instituições de ensino superior privadas. Com isso, no Brasil, as políticas de ação afirmativa no ensino superior foram se consolidando ao longo da última década. As ações afirmativas, como medidas redistributivas, cumprem o papel de beneficiar os grupos sociais desfavorecidos, ampliando a oportunidade do acesso destes a melhores condições de vida. Como resultado dessas ações, a educação superior tem registrado crescimento contínuo das matrículas desde 1993. Segundo a literatura, aumento da demanda por este nível de ensino é decorrente da universalização do ensino fundamental e da expansão do ensino médio (RIBEIRO; CENEVIVA e BRITO; 2015). Além disso, houve retorno da população que já estava fora do sistema de ensino e que reingressou para cursar a educação superior (BRASIL, 2015).

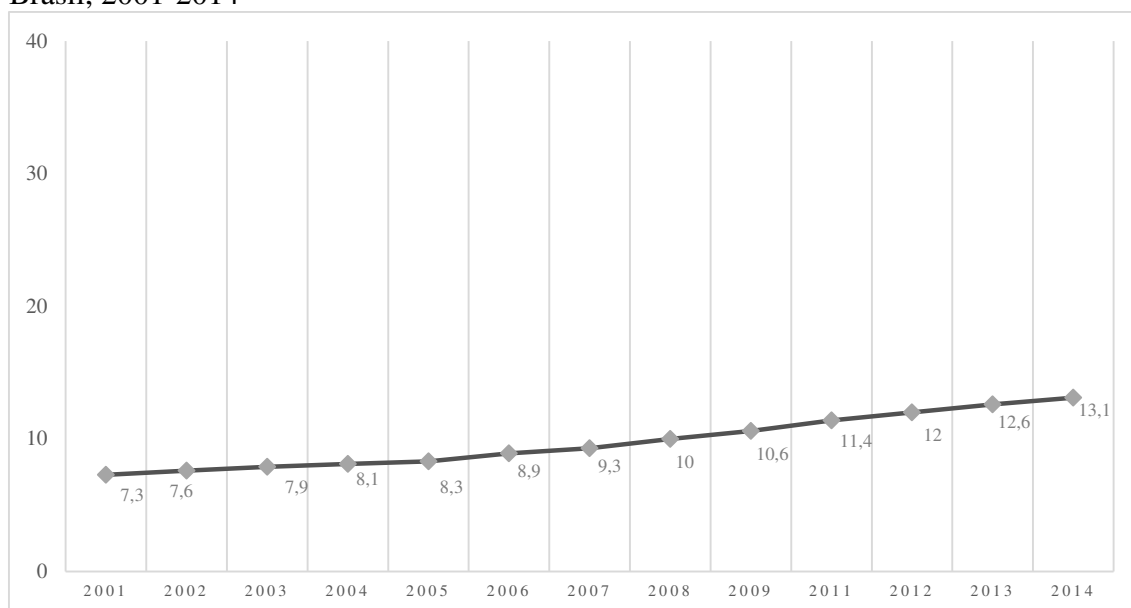
Gráfico IV: Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos – Brasil, 2001 a 2014



Elaborado pela autora a partir dos dados do Plano Nacional de Educação. Dados relativos a da taxa bruta de matrícula.

Os diversos incentivos para a entrada da população na universidade, como a facilitação do crédito e a parceria com instituições privadas ampliou o número das matrículas. Atualmente, 34,2 % da população com idade de 18 a 24 anos ingressa nas universidades. Ampliar a entrada de novos estudantes foi uma tarefa importante porém manter os estudantes na faculdade tem-se tornado um desafio ainda maior. O Gráfico V mostra que somente 13,1% dos estudantes conseguiram, em 2014, concluir o ensino superior. Assim, mais da metade dos ingressantes desistem, trancam ou abandonam os cursos superiores.

Gráfico V: Porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais com nível superior completo – Brasil, 2001-2014



Elaborado pela autora a partir dos dados do Plano Nacional de Educação.

Os dados mostram que há limite na ação das políticas afirmativas para a permanência dos estudantes no ensino superior. O processo da democratização do ensino superior facilitou a entrada de estudantes para a universidade, mas não garantiu a permanência estudantil. Somente em 2007 foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como objetivo reduzir a evasão estudantil atuando nas áreas de concentração das desigualdades sociais. O PNAES destina auxílio mensal para facilitar a permanência do aluno na universidade, auxiliando assim com os gastos escolares. O programa é uma iniciativa para a redução da taxa de abandono do ensino superior.

Apesar da alta taxa de evasão dos estudantes do ensino superior, a expansão do acesso à escola representou grande avanço para a redução das desigualdades. Ribeiro, Ceneviva e Brito (2015) destacam que em termos de mobilidade social a educação é um componente de extrema importância. O aumento da escolaridade influencia na mobilidade social, na medida que torna mais tênue a ligação entre origem e destino social (RIBEIRO, 2006). As políticas sociais têm grande relevância em relação ao aumento da inclusão de grupos populacionais cada vez maiores nas escolas e universidades (CASTRO, 2013). As condições de ingresso estão longe das ideais, mas se observa melhoras nos últimos anos:

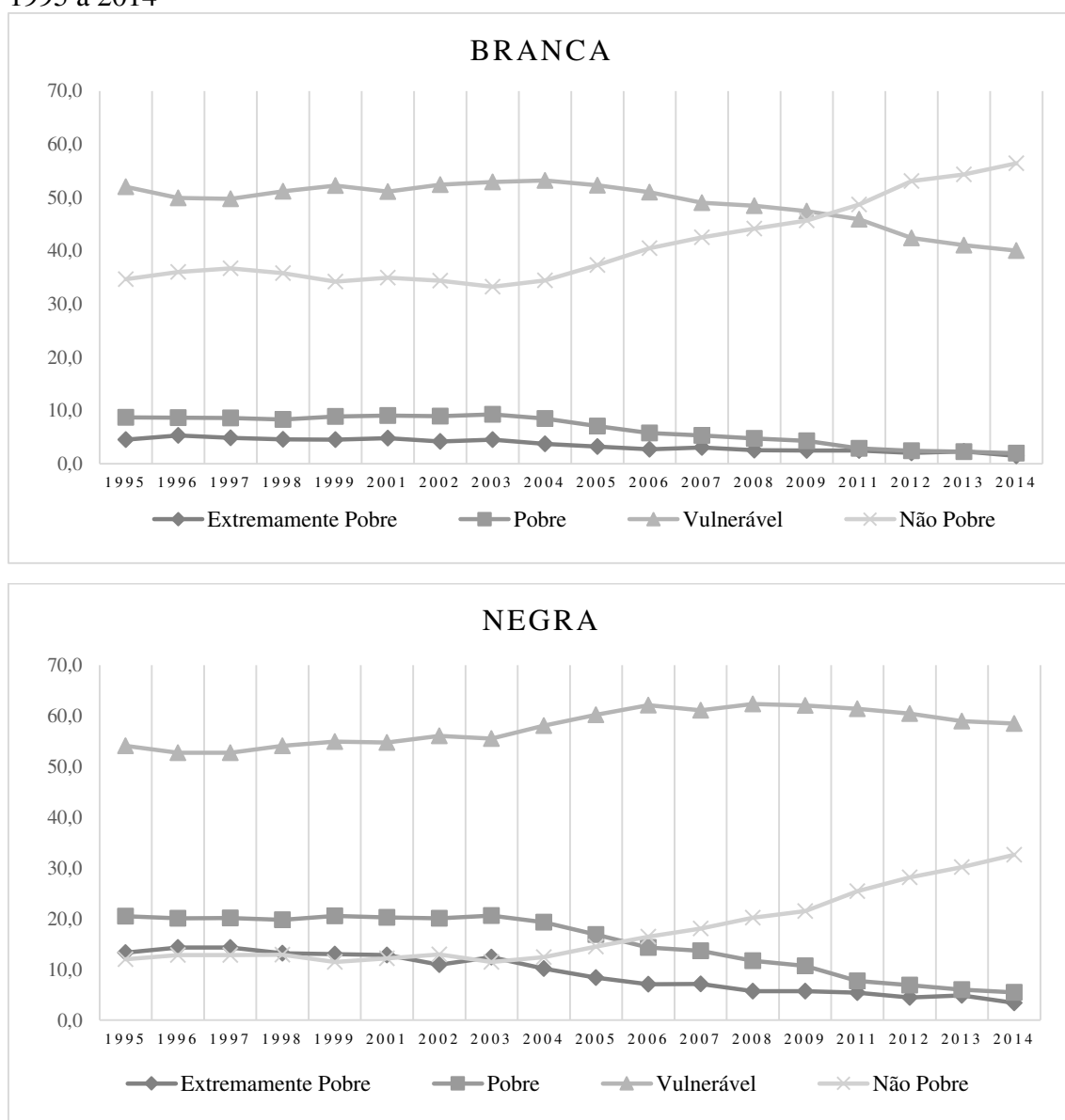
O número de matrículas ampliou-se em todos os níveis educacionais. Para tanto conta com serviços públicos estruturados de alfabetização, educação básica, educação superior e pós-graduação. O número de escolas disponíveis no sistema chega próximo a 180 mil. Na educação básica estão empregados cerca de 2 milhões de professores – dos quais 1,6 milhão na rede pública. No ensino superior, são quase 340 mil docentes – 120 mil em instituições públicas. Este aparato físico e humano se faz acompanhar da distribuição de alimentos e refeições, livros e materiais didáticos, de serviços de transporte escolar e do acesso aos meios digitais de aprendizagem e à internet para alunos da rede pública da educação básica (CASTRO, 2013, p. 174).

Desigualdade racial

A condição racial é outro atributo importante no entendimento das desigualdades sociais em geral (LIMA e PRATES, 2015). Em relação às desigualdades raciais, os dados mostram que ao longo dos anos há um processo acumulativo de desvantagens socioeconômicas para o negros e pardos. Para reverter esse quadro, Ribeiro (2006) defende que a ascensão social e a redução das desigualdades de oportunidades na educação é um dos fatores mais importantes para promover mobilidade social. Os autores destacam duas perspectivas sobre as mudanças recentes das desigualdades sociais: houve avanços educacionais positivos para a queda da desigualdade de raça e renda; e redução das diferenças entre os grupos raciais para a redução das desigualdades de forma geral (p. 168).

Em relação à linha da pobreza, a população branca e negra reduziu as porcentagens, porém os dois grupos não tiveram o mesmo ponto de partida. Em 1995, 13,3% da população branca estavam abaixo da linha da pobreza (somadas as categorias “extremamente pobres” e “pobres), já a população negra e parda representava 33,9%. Assim proporção de pretos e pardos abaixo da linha da pobreza em 1995 era quase três vezes maior do que da população branca.

Gráfico VI: Distribuição Percentual da Situação da Pobreza, segundo raça/cor - Brasil de 1995 a 2014



Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipea. Notas: a população negra é composta por negros e pardos.

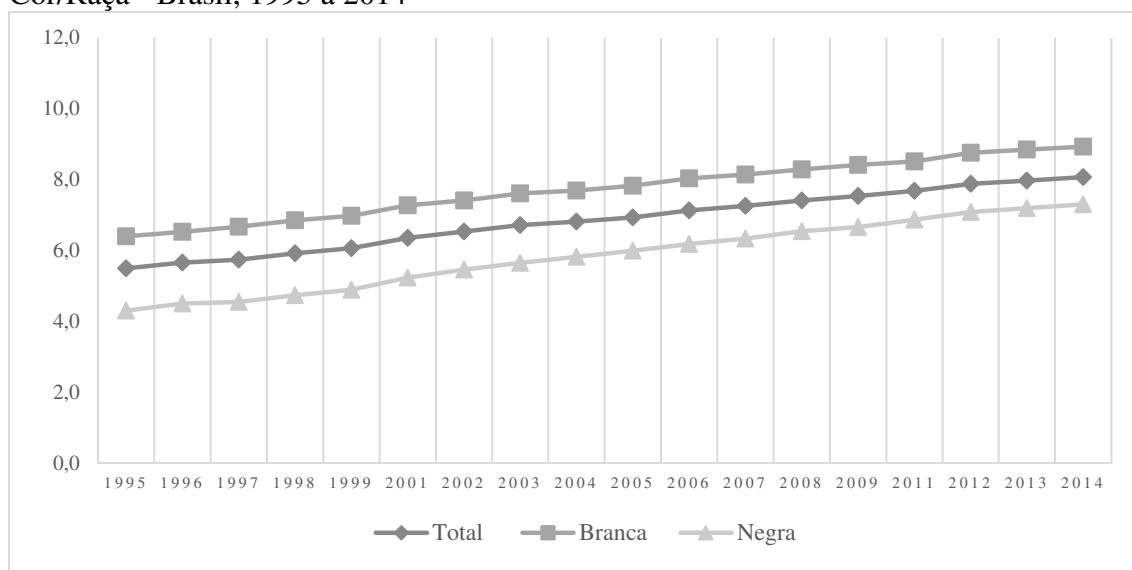
Assim, os dados apontam que havia grande diferença na concentração de negros e brancos na linha da pobreza em 1995. E que ao longo dos anos houve expressiva redução da pobreza no Brasil para ambos os grupos. Em 2014 o percentual de brancos na linha da pobreza reduziu para 3,5% e da população negra para 8,9% da população. Em contrapartida houve aumento do percentual dos cidadãos considerados “não pobres”. Apesar dos resultados positivos para a redução do percentual das desigualdades raciais podemos observar a persistência de assimetrias de renda entre os brancos e negros. Em 2014 a porcentagem de diferença entre a população negra e branca que fazem parte da

categoria “não pobre” é de 57,6% pontos percentuais. Então os brancos possuem o dobro de chances de ter mais renda do que os negros.

A população branca então continua com renda mais elevada, sendo que essa diferença se torna mais acentuada quando são analisados os estratos educacionais mais elevados. Neste sentido, a literatura destaca que ainda há persistência da discriminação no mercado de trabalho, dificuldade de acesso e conclusão do ensino superior e que os pretos e pardos podem estar recebendo uma pior qualidade de ensino. Sabe-se que há um grande diferencial entre a qualidade do ensino das escolas públicas para as privadas, e os brancos tendem a estar sub-representados nessas últimas (FILHO e KIRSCHBAUM, 2015; LIMA e PRATES, 2015). Segundo os estudos na área, também a escolaridade dos pais tende a ser maior entre os brancos do que entre os pretos e pardos (ALBERNAZ, FERREIRA e FRANCO; 2002). A discriminação racial é um mecanismo que gera desigualdades por meio da desqualificação competitiva dos negros, preservando os privilégios e os ganhos materiais e simbólicos para os brancos (LIMA e PRATES, 2015). Os achados mostram que as desigualdades raciais diminuíram, mas que dado seu alto índice nos anos 1990, ainda há grandes diferenças entre os aspectos socioeconômicos entre a população branca e a negra.

Quando observamos a educação, há redução na assimetria entre negros e brancos segundo a média dos anos de estudo. Em 1995, a população branca estudava na média dois anos a mais do que a população negra e parda. Em 2014, houve relativa redução dos anos de estudo entre os grupos de cor. A diferença de escolaridade entre os grupos de cor diminuiu para 1,5 anos de estudo. Há então um pequeno avanço na redução das desigualdades raciais no campo da educação nos últimos anos, apesar disto notamos que ainda a população branca continua com escolaridade mais elevada do que a população negra e parda.

Gráfico VII: Média de Anos de Estudo das Pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo Cor/Raça - Brasil, 1995 a 2014



Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipea. Notas: a população negra é composta por negros e pardos.

No que diz respeito às desigualdades raciais, são especialmente relevantes as políticas de ação afirmativa para a ampliação da escolaridade, principalmente no ensino superior destacam Lima e Prates (2015). Já que as análises recentes revelam que o preconceito racial se torna mais forte na medida em que subimos na hierarquia de classes, a desigualdade de oportunidades de mobilidade racial está principalmente nas classes mais altas (RIBEIRO, 2006).

Nesse sentido, a Política de Cotas Raciais implementada em meados dos anos 2000 foi uma importante ação afirmativa de ingresso ao ensino superior. A lei estabelece reserva de vagas para estudantes da escola pública pelo critério de renda e origem étnico-racial. Essa política afirmativa reconhece o papel que a discriminação exerce na vida das pessoas negras, e busca reduzir as diferenças de acesso de brancos e negros ao ensino superior (BRASIL, 2015). A Lei de Cotas reforçou a importância das especificidades dos grupos populacionais em maior situação de vulnerabilidade, obrigando a inclusão de cotas para os negros, pardos e indígenas para o ingresso no ensino superior.

A literatura e os dados revelam que a condição racial é um atributo relevante no entendimento das desigualdades sociais. As políticas de ação afirmativa implementadas sob o funcionamento do regime democrático são componentes fundamentais para a redução da desigualdade de raça, pois atuaram principalmente em duas frentes: (I) ampliando o acesso ao ensino superior, através da política de cotas, do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil

(Fies); (II) implementando programas de transferência de renda e políticas de melhoria do bem-estar social. Uma constatação é a de que as iniciativas do Governo Federal, como apontadas acima, fizeram considerável esforço na formulação de medidas para a redução da desigualdade de raça principalmente nos contingentes de famílias de baixa renda.

Desigualdade de gênero

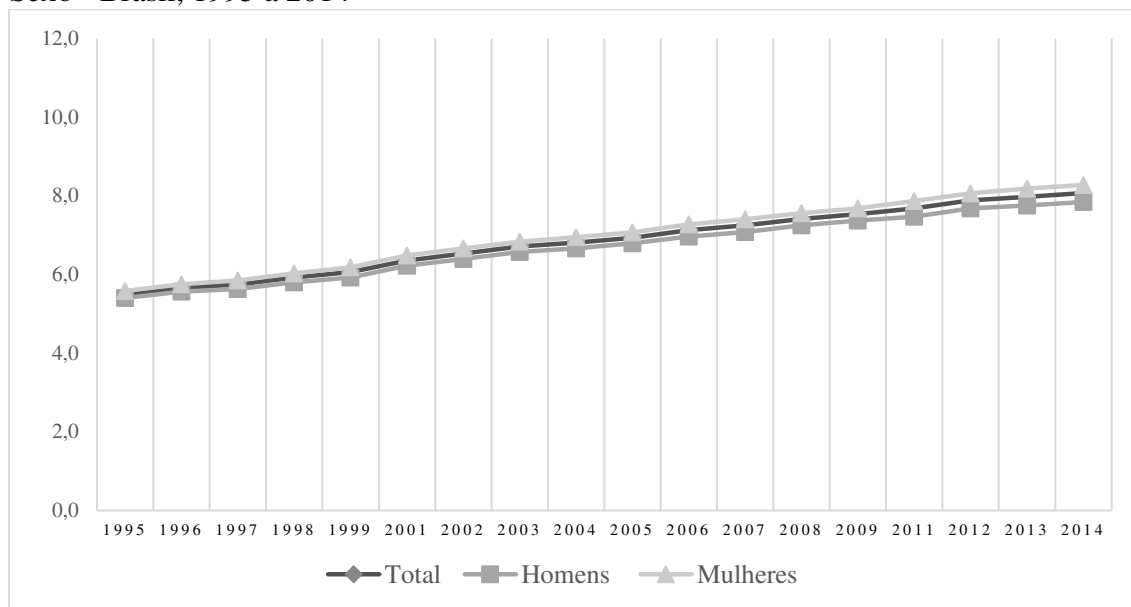
No amplo debate que existe sobre as transformações contemporâneas na vida das mulheres e de suas famílias, entre as várias contribuições feitas pelos estudos de gênero na abordagem sobre o trabalho feminino, podemos destacar: (a) a visibilidade e a problematização da presença feminina no mercado de trabalho em suas diferentes ocupações; (b) o debate acerca da divisão sexual do trabalho ressaltando as múltiplas desigualdades existentes nas formas pelas quais homens e mulheres desempenham seu trabalho produtivo e reprodutivo³⁷; e (c) a reflexão sobre os impactos da globalização econômica e reestruturação produtiva na vida das famílias e, no impulso que este contexto teve para a inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho (NEVES, 2013).

A intensidade e constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho ganham evidência em meados da década de 1970, quando houve a conquista de melhores empregos por parte das mulheres mais escolarizadas (BRUSCHINI, 2007). Em seus trabalhos Bruschini (2006; 2007 e 2009) aponta que o ingresso das mulheres nas universidades viabilizou novas oportunidades de trabalho possibilitando a elas assumirem cargos mais qualificados no mercado de trabalho e, conseqüentemente, com melhores condições salariais. Com isso, nas últimas décadas do século XX, o Brasil presenciou importantes transformações demográficas, culturais e sociais que se associam ao aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e nas universidades (BRUSCHINI, 2007). Houve a incorporação feminina aos níveis mais altos de educação. As mulheres, em 2014,

³⁷ Desde meados do século XX, a partir do ativismo e da crítica social feminista, observa-se, principalmente nas sociedades ocidentais, um maior questionamento sobre o entendimento do valor social do trabalho que é realizado na esfera privada, no espaço doméstico, desempenhado quase que exclusivamente por mulheres. Com o desenvolvimento dos estudos feministas colocou-se em debate a necessidade do reconhecimento das atividades domésticas enquanto trabalho, problematizando o conceito que era usado, até então, apenas para se referir ao trabalho remunerado, exercido basicamente por homens. BRUSCHINI (2006; 2009) afirma que a importância das atividades de cuidado desempenhadas no ambiente doméstico e da reprodução foram por muito tempo inviabilizado, sendo o valor sociocultural do trabalho doméstico atrelado a ideia naturalizada da responsabilidade feminina pelos cuidados com a casa, os filhos, marido e família. As reivindicações dos debates feministas deram visibilidade para a importância das atividades domésticas passando, por exemplo, a ser pensadas enquanto trabalho *reprodutivo*.

apresentavam, na média, mais anos de estudo do que os homens, respectivamente 8,3 e 7,8. Nota-se também que a média dos anos de estudo cresce de maneira similar entre os grupos, não demonstrando diferenças significativas ao longo dos anos.

Gráfico VIII: Média de Anos de Estudo das Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por Sexo - Brasil, 1995 a 2014



Elaborado pela autora. Fonte: Ipea dados.

Para medir a presença feminina no mercado de trabalho utiliza-se o indicador da taxa de participação, que aponta a proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que estão inseridas no mercado de trabalho em relação à população em idade de trabalhar. Apesar dos avanços em relação a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, o Gráfico IX evidencia ainda há presença da desigualdade de participação entre homens (79%) e mulheres (57%), em 2014. Assim, a despeito das mudanças na família no decorrer do século XX, a desigualdade de gênero continua a marcar as questões relativas à inserção no mercado de trabalho. Pois, os homens têm mais chances de participar do mercado de trabalho do que as mulheres (Gráfico IX). Mesmo que as mulheres tenham avançado conquistando níveis de escolaridade até maiores do que os homens (Gráfico VIII), os privilégios para a entrada no mercado de trabalho permanecem para o sexo masculino (RIBEIRO e SCHLEGEL, 2015).

Gráfico IX: Taxa de Participação no Mercado de Trabalho, pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo - Brasil, 1995 a 2014



Elaborado pela autora. Fonte: Ipea dados.

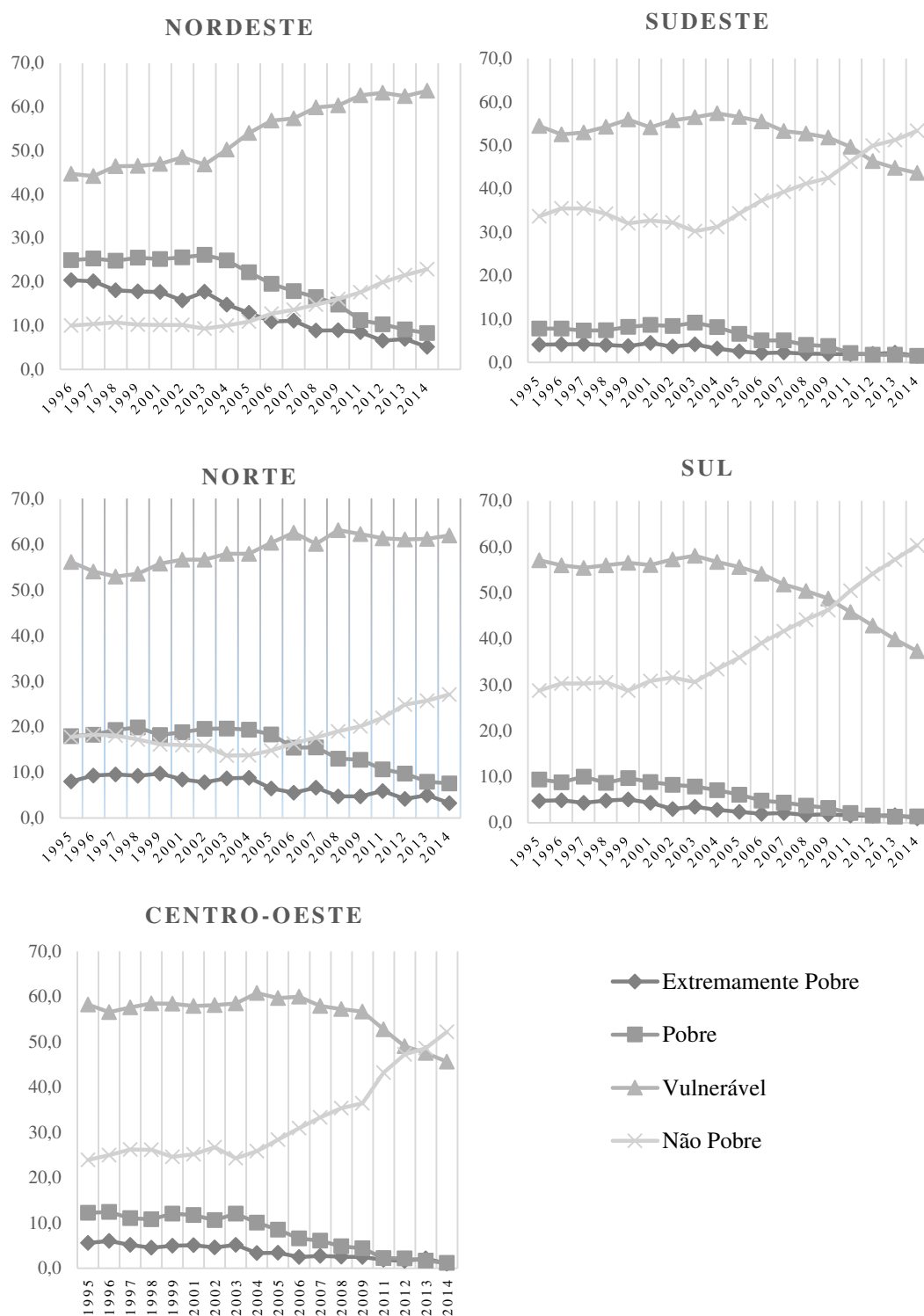
Desigualdade Regional

Na década de 1990, as taxas de pobreza estavam mais elevadas em todas as regiões do país – até mesmo para as regiões Sul e Sudeste. A dificuldade de acesso aos serviços essenciais e as altas taxas de pobreza caracterizavam todo o território nacional. Mas, nos últimos anos, Arretche et al (2015) destacam que houve avanços em todas as dimensões de bem-estar social nos municípios brasileiros com o aumento da renda e do capital humano e físico. Também a desigualdade em relação à formação educacional e infraestrutura física (energia elétrica, água, esgoto e coleta de lixo) declinaram sistematicamente para todas as regiões. Os dados abaixo (Gráfico X) mostram a distribuição da situação da pobreza segundo as regiões brasileiras. De forma geral podemos observar que houve melhorias em todas as categorias em relação a situação de pobreza da população. Nota-se que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são as que menos concentram a população em situação de pobreza.

Houve também redução das taxas de “extremamente pobre” e “pobre” para as regiões Norte e Nordeste. Mas, o ponto de contraste é que o percentual de vulnerabilidade da população destas regiões ainda são mais altos quando comparados às regiões Sul e Sudeste. Os gráficos mostram o sentido oposto ao crescimento. Enquanto o Norte e o Nordeste crescem em relação ao número da população que adentra para a categoria de vulnerabilidade; nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste observamos queda

do número de vulneráveis e aumento do percentual de “não pobres”. Apesar das melhorias gerais na situação de bem-estar social para a população, nota-se que as regiões continuam apresentando desigualdades na distribuição de renda. A população que sai da condição de pobreza se concentra principalmente na região Sul e Sudeste, tendo ainda grande concentração de “vulneráveis” – população com renda igual a 140 reais e menor que 560 – nas regiões Norte e Nordeste.

Gráfico X: Distribuição Percentual da Situação da Pobreza, segundo a região - Brasil de 1995 a 2014

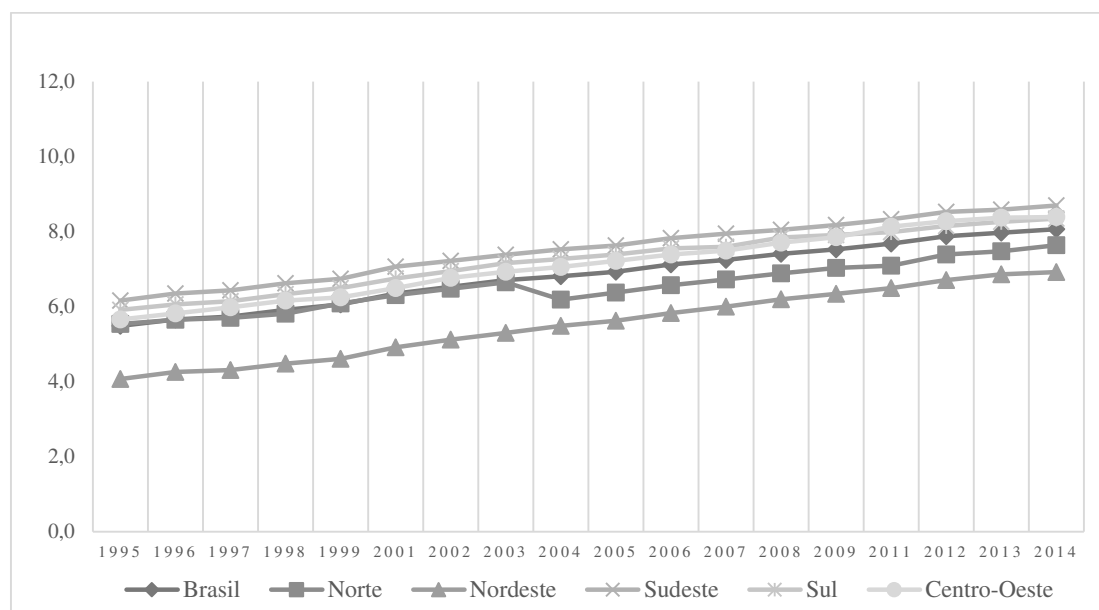


Elaborado pela autora. Fonte: Ipea dados

Outra variável que podemos utilizar para observar as diferenças regionais é o nível de escolaridade da população. Pois se partimos do pressuposto que a escolaridade

impacta o comportamento político, as diferenças nos níveis de escolaridade das regiões devem também ser consideradas. Na década de 1990, os estudos destacavam que havia grandes variações geográficas em relação a escolaridade da população. Mas, em 2014 as médias indicam, segundo os dados do Gráfico XI, que todas as regiões melhoraram os níveis de escolaridade nos últimos anos.

Gráfico XI: Média de Anos de Estudo das Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo as Regiões - Brasil, 1995 a 2014



Elaborado pela autora. Fonte: Ipea dados.

Apesar disso, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são as que apresentam as taxas mais altas de escolaridade, e novamente o Norte e o Nordeste, as mais baixas. A média dos anos de estudo para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são de 8,5 anos; a média para a região Norte e Nordeste é de 7 anos, para 2014. Podemos notar que a distância educacional entre as regiões permanece, e que principalmente o Nordeste continua durante todo o período com as taxas mais baixas de escolaridade. A partir destes dados, há motivos para analisar a diferença regional como indicador das condições socioeconômicas dos indivíduos. Nota-se que Sul e Sudeste são as regiões que os cidadãos têm as melhores chances de apresentar alto nível educacional e renda, do que os cidadãos das regiões Norte e Nordeste.

Avanços e permanências

Dalton e Klingemann (2009) argumentam que o desafio das democracias contemporâneas é de expandir ainda mais o interesse e a participação dos cidadãos na política. Enfrentar esse desafio significa garantir maior igualdade de direitos políticos e oportunidades para os diversos estratos e grupos sociais. Como descrevemos no Capítulo I, Diamond e Morlino (2005) desenvolveram o conceito de *qualidade da democracia* para analisar o funcionamento dos regimes democráticos. Neste capítulo olhamos para os avanços sociais do Brasil em termos da redução da desigualdade social e econômica.

Notamos assim que apesar do passado histórico de manutenção de altas taxas de desigualdade social, nos últimos anos o Governo Federal buscou reduzir os níveis de desigualdades sociais. As políticas sociais são fundamentais para possibilitar a estruturação de um amplo e diversificado conjunto de mecanismos de proteção e promoção social que atuam visando melhorar as condições básicas de vida da população. Por meio das políticas sociais, o Governo Federal efetuou transferências de renda e aumentou a abrangência dos bens e serviços ao conjunto da sociedade. As taxas de pobreza foram amplamente reduzidas em todas as regiões.

Os programas de transferência de renda, a política do aumento do salário mínimo e a redução da desigualdade educacional foram os principais elementos para a redução das taxas de pobreza e elevação da qualidade de vida da população. Dentre essas políticas sociais o Programa do Bolsa Família tem grande destaque por melhorar efetivamente as condições de vida das famílias vulneráveis, ajudando também a romper com algumas lacunas significativas de raça, sexo e região (BOHN et al, 2014).

Observamos que em diversas áreas houve melhorias sociais. Em relação à renda, observamos redução da desigualdade salarial. A educação foi apontada pela literatura como peça fundamental na redução das desigualdades salariais, pois com a expansão da educação houve aumento da força de trabalho escolarizada e qualificada. O aumento educacional das últimas décadas elevou o nível de instrução da população e diminuiu a desigualdade educacional entre as regiões, grupos de cor, sexo e estratos de renda. Neste sentido, Bohn et al (2014) argumentam que afastar os adultos da pobreza, via inclusão, é criar um campo político de maior igualdade para eles. Atualmente as desigualdades educacionais estão presentes para os níveis mais altos de escolaridade – conclusão do ensino superior. As políticas afirmativas foram importantes para estimular a entrada de novos estudantes para o ensino superior, mas essas não conseguiram manter

grande parte dos estudantes. Assim, concluir o ensino superior continua um privilégio para uma pequena parcela da população.

No campo da educação as mulheres conquistaram mais espaço aumentando seu nível de escolaridade e sendo mais ativas no mercado de trabalho. Apesar dos avanços, os dados e as discussões sobre gênero apontam que as desigualdades entre homens e mulheres não foram superadas principalmente em relação a presença no mercado de trabalho e tempo dedicado ao ambiente doméstico. Em relação a desigualdade racial, observa-se diversos avanços no campo da redução da pobreza e aumento da escolaridade deste grupo. Os achados mostram que as desigualdades entre os grupos raciais diminuíram, mas que dado a seu alto índice em 1980 e 1990, ainda há permanência de desigualdades socioeconômicas entre a população branca e negra.

A análise exposta neste capítulo sobre o contexto brasileiro dos fatores socioeconômicos mostra que apesar da complexa relação entre as categorias sociais e de renda podemos afirmar que houve avanços para a inclusão da população tanto na economia como nas garantias sociais. O Brasil, nos último anos, apresentou melhora em todos os índices, reduzindo as desigualdades de renda, raça e gênero.

Capítulo III. Os efeitos socioeconômicos na participação: análise dos dados

Neste capítulo iremos descrever as hipóteses e detalhar os dados empíricos que são utilizados em nossas análises. A questão mais ampla que motiva os testes empíricos utilizados nesta pesquisa são sobre os efeitos das variáveis socioeconômicas na participação política no Brasil. Para isso, analisamos longitudinalmente o comportamento político dos cidadãos, observando as variáveis que podem ser preditivas das diferentes formas de participação. Com a intenção de analisar as mudanças sociais de amplo alcance, observamos o comportamento político de forma interseccional no nível individual, utilizamos como objeto de análise *surveys* de cobertura nacional. Este capítulo apresenta a descrição das variáveis, apontando trabalhos e autores que destacaram a importância das variáveis socioeconômicas como preditoras da participação política; em seguida, apresentamos os *surveys* que são utilizados nas análises; as hipóteses de pesquisa e o resultado dos modelos.

Fatores

Dentre os fatores socioeconômicos destacados pela literatura (VERBA, NIE e KIM, 1978; VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 2012; SCHLOZMAN, 2002; NORRIS, 1999 e 2002ab) que podem prever a participação política selecionamos as variáveis:

- Renda
- Escolaridade
- Idade
- Sexo
- Raça/Cor
- Região

Cada um dos fatores acima é destacado pela literatura sobre seus efeitos no comportamento político dos cidadãos. No estudo de Barnes et al (1979), os autores observaram que os mais jovens (18 a 25 anos) e os mais velhos (acima de 56 anos) são os cidadãos que têm maiores chances de participar da política. Tempo e motivações ideológicas são recursos que a literatura destaca ter influência positiva para que os

cidadãos participem mais da vida política (NORRIS, 2002b). Assim, ambas as faixas de idade - os mais jovens e os mais velhos - tendem a dispor de mais tempo, aumentando as chances deles se envolverem em atividades políticas. Porém, as formas de participação mobilizadas por esses cidadãos são geralmente diferentes - os mais jovens participam mais ativamente das formas contestatórias como de boicotes, protestos e manifestações. E os cidadãos de maior idade tendem a participar mais das formas convencionais – comparecendo a associações de bairro, partidos e as eleições.

Dentre os estudos que investigam os determinantes da participação política a *escolaridade* recebe destaque por ser uma das variáveis mais influentes sobre a participação (PATEMAN, 1992; VERBA, NIE e KIM, 1978; SCHLOZMAN, 2002). A escola e a universidade são instituições sociais que desempenham um papel importante ao estimular os cidadãos a participarem, cultivando o engajamento psicológico e servindo como *locus* da socialização política (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995).

A *renda* e a *região* foram selecionadas como forma de analisar a desigualdade de recursos. Há uma tendência na literatura sobre a participação política de afirmar que a renda é um fator relevante. Principalmente para as atividades que requerem maior mobilização de recursos como participar de partidos políticos, campanhas eleitorais e de reuniões de associação de moradores. Também segundo Verba, Schlozman e Brady (1995) os participantes e não participantes se diferenciam de acordo com suas necessidades econômicas e os benefícios que recebem, ou esperam receber dos governos. Os cidadãos com maiores níveis de renda, tendem a ter mais recursos e maior interesse para se envolver em atividades políticas.

Reiterando o argumento, a *região* foi acrescentada no modelo socioeconômico pela questão das desigualdades de recursos entre os territórios brasileiros. Como destacamos no Capítulo II, o Brasil apresenta quadros de desigualdade de renda e de recursos entre as regiões. Segundo Arretche (2015) oferta de serviços e a expansão das políticas sociais ocorreram de forma desigual no território brasileiro. Primeiramente no Sul e Sudeste – as políticas do regime militar e da redemocratização beneficiaram mais enfaticamente estas regiões. O Centro-Oeste fez parte do segundo ciclo, sendo depois acompanhado pelas regiões Norte e Nordeste. Para a autora, a melhoria no acesso aos serviços, para todas as regiões, só aconteceu no século XXI.

O *gênero* e a questão *racial* são também outros fatores que podem influenciar a participação política, segundo Schlozman, Verba e Brady (2012). Geralmente atribui-

se a proeminência da participação masculina em relação à feminina nas atividades públicas e políticas. Ayres e Oliveira (2015) trabalham com o tema de representação política das mulheres no Brasil, e destacam que o percentual de mulheres nas arenas decisórias ainda é muito baixo mostrando efetivamente a disparidade na representação.³⁸ As autoras destacam as cotas de gênero como uma estratégia importante para ampliar a presença do gênero feminino nos espaços de representação. Apesar das políticas afirmativas terem impacto positivo, facilitando a entrada de mulheres no ambiente político, a inserção da mulher na política faz parte de um debate mais extenso que envolve a ampliação da cidadania, superação dos espaços históricos e culturalmente definidos como específicos para os homens (AYRES e OLIVEIRA, 2015).

Verba, Schlozman e Brady (1995) em seus estudos empíricos apontam que os negros e latinos são menos ativos politicamente quando comparados aos brancos nos Estados Unidos. As diferenças na participação política entre grupos raciais e étnicos são contextuais, apontam os autores. No Brasil a raça é uma dimensão relevante, pois os dados mostram que a desigualdade de raça é um fator presente na sociedade brasileira (ARRETCHE et al, 2015). Entre brancos e negros encontra-se ainda disparidade nos níveis de renda, escolaridade e trabalho (SANTOS, 2005). Essa diferença de acesso a recursos pode influenciar, segundo essa abordagem, na igualdade política perante a participação destes grupos sociais. Neste sentido, partimos do pressuposto de que há uma barreira maior para a entrada de negros e mulheres na participação política, principalmente em relação às atividades que envolvem maior mobilização de recursos para participação.

Hipóteses

As hipóteses centrais deste trabalho são:

- ❖ Os cidadãos com maiores níveis de *escolaridade e renda* apresentam maiores chances de envolvimento em atividades políticas, então os incentivos de entrada à universidade e as maiores taxas de escolarização no Brasil são positivas para incentivar os cidadãos a participarem da política.

³⁸ As taxas de representação de mulheres no Congresso não ultrapassavam 10% em 1990, recentemente houve o estabelecimento de cotas de candidatura, onde os partidos devem reservar 30% das vagas para as mulheres. Apesar destes incentivos a inserção da mulher na política é um problema cultural muito mais amplo que envolve a superação dos espaços históricos definidos como específicos para o sexo masculino.

❖ As questões sociais de desigualdade de raça e sexo têm efeito negativo sobre a participação política dos cidadãos.

Partimos do pressuposto de que a pobreza e a desigualdade socioeconômica entre os cidadãos influencia o comportamento individual afetando a participação política (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995, 2002; PATEMAN, 1992; NORRIS, 1999; RENNÓ et al, 2011 e SILVA, 2014). Pois, de acordo com a literatura: os cidadãos com maiores níveis de renda e escolaridade têm maiores chances de participar da política do que os cidadãos com níveis mais baixos destes recursos (SCHLOZMAN, 2002); as questões sociais de desigualdade de raça e sexo têm efeito sob a representatividade dos cidadãos - mulheres e negros (ou pardos) têm maior dificuldade de adentrar para o espaço da tomada de decisões políticas (SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012; SANTOS, 2005; ARRETCHE et al, 2015); a disparidade de recursos (sociais e econômicos) entre as regiões brasileiras têm consequências para a socialização política dos cidadãos (ARRETCHE et al, 2015).

Metodologia

A Tabela II expõe o conjunto de *surveys* que serão utilizados neste trabalho. Todos apresentam amostragem probabilística nacional. As mostras dos *surveys* foram ponderadas e projetadas para serem representativas da população em termos de sexo, idade e distribuição geográfica. Os questionários incluem um conjunto de perguntas que se repetem entre os questionários dos diferentes *surveys*. No Anexo A encontram-se todas as perguntas que foram selecionadas dos *surveys* elencados abaixo.

Tabela II: *Surveys*³⁹

Ano	Título	Fundação	Amostra	Tamanho da amostra
1993	Cultura e Política	Cedec*/DCP-USP**/Datafolha	Nacional	2.499
2006	Americas Barometer	LAPOP***	Nacional	1.214
2008	Americas Barometer	LAPOP	Nacional	1.497
2010	Americas Barometer	LAPOP	Nacional	2.482
2012	Americas Barometer	LAPOP	Nacional	1.500
2014	Americas Barometer	LAPOP	Nacional	1.500

Elaborado pela autora. *Núcleo de Pesquisa Política Comparada da Universidade de São Paulo **Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo ***Projeto de Opinião Pública da América Latina.

Schlegel (2010) salienta a importância de analisar os contextos políticos em que foram aplicados os questionários, pois estes podem se mostrar diretamente influentes na configuração dos dados obtidos, principalmente quando analisamos a participação política que pode variar de acordo com o período e o contexto político. Descrevemos então brevemente o período da aplicação dos *surveys* que foram selecionados:

Survey Cedec, 1993: foi aplicado no período da renúncia do presidente Collor, que ocorreu em dezembro de 1992. O processo de impeachment do presidente mobilizou a população que pressionou para a saída de Collor após denúncias de que ele estava envolvido num esquema de corrupção. O principal movimento deste período ficou conhecido como “caras-pintadas” – por causa da mobilização estudantil que saía às ruas com tinta no rosto como forma de protesto. Collor foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto no período de redemocratização, mas após ter sido acusado foi afastado e substituído pelo vice Itamar Franco. Assim o survey de 1993 foi aplicado num momento de intensa mobilização popular e debate político.

Survey Lapop, 2006/2007: o survey de 2006/2007 foi aplicado no período posterior às eleições presidenciais de 2006. As eleições de 2006 reelegeram o candidato

³⁹ Todos os *surveys* que estão apresentados na tabela podem ser encontrados: (1) no banco de dados do site do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (CESOP) (<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca.php>); ou através do site do Projeto de opinião pública da América Latina (<http://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil.php>).

Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Esta eleição foi marcada pelo escândalo político do Mensalão, neste escândalo o governo petista foi acusado de pagar propina para receber apoio de partidos e deputados do Congresso Nacional. Mesmo com as acusações o candidato petista conseguiu se reeleger no segundo turno, o qual disputava com o governador Geraldo Alckmin. As eleições de 2006 aconteceram em meio de uma reorganização das forças políticas do país, Braga e Pimentel (2011) destacam a chegada do PT à presidência fez com que o partidos mudassem sua postura, passando a moderar a seu discurso e a fazer novas alianças políticas.

Survey Lapop, 2008 e 2012: as pesquisas de 2008 e 2012 foram aplicadas no início de cada ano, período anterior às eleições municipais de 2008 e 2012.

Survey Lapop, 2010: a pesquisa de 2010 foi realizada também no início do ano (Março/Abril). Os questionários de 2010 foram aplicados num momento anterior à campanha presidencial de 2010, então também os resultados não sofreram impacto do período de campanha ou resultado eleitoral.

Survey Lapop 2014: assim como os outros *surveys*, a pesquisa de 2014 foi aplicada no início do ano. O ano de 2013 foi caracterizado pela presença de diversas mobilizações políticas por todo o Brasil. As diversas manifestações ficaram conhecidas como Jornadas de Junho e surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público. Mas após forte repressão policial contra os manifestantes elas aumentaram, em tamanho e número de cidades envolvidas. As demandas das manifestações também foram ampliadas, passando a representar múltiplas pautas e bandeiras políticas. Esse foi um período de intensa mobilização e polarização política no país, a população se encontrou muitas vezes dividida pelas bandeiras e posições políticas defendidas nas manifestações.

Descrição metodológica das variáveis

Testamos com este trabalho os fatores socioeconômicos que ajudam a explicar da participação política. Sabemos que a participação, como qualquer outro fenômeno de natureza política, não pode ser explicado em função de um único fator. Os elementos que podem influenciar a participação política são diversos. Neste sentido, selecionamos um conjunto de variáveis apontadas pela bibliografia como sendo as mais importantes para entender o fenômeno da participação política temos, assim, seis variáveis: renda, escolaridade, idade, sexo, cor/raça e região.

Variável dependente: Participação (Convencional e Não-convencional)

Variável categórica binária – cada uma dessas variáveis são constituídas a partir da recategorização da soma de todos os valores que indicam alguma frequência de participação. Assim transformamos cada uma das variáveis nas categorias: (1) não participa, (2) participa. As recodificações das variáveis de participação encontram-se descritas no Anexo A.

Em seguida dividimos os tipos de *participação em convencional e não-convencional*. Neste trabalho, utilizamos um conjunto mais amplo dos tipos organização e representação da sociedade civil. Para isso, selecionamos as variáveis de participação mais tradicionais, como: a) votar em eleições presidenciais; b) frequentar ou ser membro de partidos; c) tentar convencer alguém a votar; d) solicitar alguma ajuda ou pedido a algum político ou funcionário; e) participar de associação de moradores e f) trabalhar em campanhas eleitorais. E não-convencional: g) participar de manifestações e protestos.

Observamos, assim, a participação de uma forma mais ampla e diversa. No modelo estatístico utilizamos as variáveis de maneira isolada (e não combinadas em um índice), pois partimos do pressuposto que estas sete tipos distintos de mobilização social têm formas de ativismo social, recrutamento, custos de mobilização e estratégias de ação diferentes. A categoria de referência é “não participa”.

Variáveis explicativas: *Escolaridade, Renda, Idade, Sexo, Raça/Cor e Região.*

Escolaridade: utilizamos a escolaridade como variável contínua. A partir da recodificação da variável nas categorias: 1) Analfabeto/Ensino Fundamental Incompleto; 2) Ensino Fundamental Completo/Médio Incompleto; 3) Ensino Médio Completo/Ensino Superior Incompleto; 4) Ensino Superior Completo. Em todos os *surveys* a variável anos de estudo apresentava as alternativas de resposta em termos de série e/ou anos de estudo, assim as respostas foram recodificadas, de forma a obter um padrão.

Frequência das variáveis – Escolaridade

	1993	2006	2008	2010	2012	2014
Ensino Fundamental Incompleto	46,3	21,8	50,4	36,7	29,9	38,5
Ensino Fundamental Completo	22,7	26,3	16,4	24,0	20,6	22,1
Ensino Médio Completo	23,2	47,8	25,3	32,2	42,2	32,7
Ensino Superior Completo	7,7	4,1	6,5	5,2	7,1	6,7

Renda: utilizamos renda como variável contínua. As categorias de resposta sobre a renda familiar diferem nos diversos *surveys* selecionados. A decisão metodológica de utilizá-la como variável contínua foi devido a diversidade das categorias de renda que foram captadas por cada *survey*. Como não foi possível padronizar esta variável para todos os modelos, optamos por utilizá-la de forma contínua com o objetivo de observar o sentido do efeito. As variáveis de renda para todos os modelos encontram-se descritas no Anexo A.

Idade: utilizamos a idade como variável contínua.

Região: Variáveis binárias, os correspondentes foram divididos de acordo com a região do país que residem: Sudeste, Sul, Nordeste e Centro Oeste. Sendo que as regiões Norte e Centro-Oeste foram unidas, a maioria dos *surveys* utilizados já unem estas duas regiões para a aplicação da pesquisa. A categoria de referência é a região Sudeste.

Frequência das variáveis – Região

	1993	2006	2008	2010	2012	2014
Sudeste	46,6	44,1	43,2	28,4	31,9	32,0
Sul	16,7	15,2	15,4	16,3	16,8	16,8
Nordeste	25,7	27,1	27,7	23,9	22,4	22,4
Norte/Centro Oeste	11,0	13,7	13,7	31,4	28,9	28,8

Sexo: Esta é uma variável dicotômica. Sendo a categoria de referência o sexo masculino.

Frequência das variáveis – Sexo

	1993	2006	2008	2010	2012	2014
Homens	51	49,5	46,3	48	49,7	49,9
Mulheres	49	50,5	53,7	52	50,3	50,1

Cor/Raça: variável dicotômica, utilizamos as medidas de autotclassificação racial a partir da categorização oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A variável cor/raça neste estudo atribui valor de 0 para negros, pardos, indígenas e 1 para brancos e amarelos. Optamos por agregar negros, pardos e indígenas, pois a clivagem principal que analisamos é a classificação socioeconômica. A categoria de referência é a categoria “demais cores” (formada pelos negros, pardos e indígenas).

Frequência das variáveis – Cor/Raça

	1993	2006	2008	2010	2012	2014
Demais cores	36,0	52,6	47,2	50,8	60,0	61,1
Branco	54,4	44,7	49,8	36,8	39,1	38,5

Os efeitos das variáveis socioeconômicas na participação política

Para analisar os efeitos das variáveis socioeconômicas na participação política, construímos modelos estatísticos utilizando a técnica de regressão logística binária. As categorias utilizadas foram *participa* ou *não participa* de determinada atividade política. Como destacamos acima, selecionamos sete variáveis que representam a participação política, as quais são: votar em eleições; ser membro ou participar de reuniões partidárias; solicitar ajuda de algum político; tentar convencer alguém a votar nas últimas eleições; trabalhar para algum candidato ou partido em campanhas eleitorais; frequentar reuniões de associação de moradores; e participar de algum protesto ou movimento social. Com isso, montamos seis modelos estatísticos para cada forma de participação (cada modelo estatístico representa um survey). A categoria de referência do modelo foi *não participa*. Assim, coeficientes positivos em cada uma das variáveis independentes indicam maior probabilidade de participação. Na interpretação dos resultados, assumiu-se o nível de confiança de 95%.

Nos testes estatísticos, observamos se há validade da teoria do modelo socioeconômico para o caso brasileiro. Segundo esse modelo as variáveis socioeconômicas têm efeitos, e atuam de maneiras diferentes sobre as formas participação. A literatura aponta, por exemplo, que as variáveis *renda* e *escolaridade* influenciam de maneira diferente o comportamento político. Sendo que a escolaridade estaria mais relacionada com a socialização política, habilidade de argumentação e posicionamento. E a renda relacionada com os recursos, influência política e tempo. Assim para incluirmos no modelo ambas variáveis recorreremos ao teste de multicolinearidade para observar se essas variáveis estavam correlacionadas nos modelos. E os testes comprovaram que as variáveis aqui utilizadas não estão correlacionadas a ponto de afetar a análise.

Para a interpretação dos dados assumimos que a variável independente apresenta efeito, uma vez que esta demonstra significância estatística para pelo menos dois modelos. Na Tabela III podemos observar a análise longitudinal dos efeitos das

variáveis socioeconômicas na participação via eleições. A variável que mostrou efeito positivo para quase todos os anos foi a *escolaridade* (não apresentou efeito somente para 2008). Da mesma forma como a literatura internacional observou para diversos países (VERBA, NIE e KIM, 1978), no Brasil a escolaridade é uma variável que está relacionada à participação política. Segundo esses estudos nos países em que o voto não é obrigatório os efeitos da escolaridade estão presentes, os cidadãos que participam das eleições são geralmente os mais escolarizados.

No Brasil o efeito da educação para quase todos os anos é um fato interessante, já que no país há alto incentivo para o comparecimento às urnas através da obrigatoriedade do voto. Se os cidadãos que têm maior escolaridade são os que mais comparecem às eleições— sentido positivo do efeito — destaca-se que a educação é um fator de grande importância para estimular os cidadãos participar das eleições. Neste sentido, podemos afirmar que a ampliação dos níveis de escolaridade no país são indícios interessantes para o crescimento das possibilidades de participação em eleições.

Outra variável que acompanha os resultados dos efeitos da escolaridade na participação eleitoral é a *idade*. A relação é positiva, para os anos de 1993, 2006, 2010, 2012 e 2014 (ver Tabela III). O efeito positivo reflete que os cidadãos mais velhos tendem a comparecer mais às urnas, do que os mais novos. A participação eleitoral é a atividade mais tradicional e fundamental no funcionamento de regimes democráticos. Segundo Almond e Verba (1965), nas democracias, participar de eleições faz parte de um processo de socialização política, assim, geralmente os cidadãos constroem ao longo do tempo o interesse e o hábito de participar de eleições. O efeito da idade na participação eleitoral no Brasil pode demonstrar que os cidadãos mais velhos construíram ao longo dos anos o hábito e o interesse de comparecer às urnas.

Tabela III: Regressão Logística Binária. Participação eleitoral: votar nas últimas eleições presidenciais.

	VOTO																	
	1993			2006			2008			2010			2012			2014		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
Sul	0,314	0,151	1,368	-0,525	0,031*	0,592	0,242	0,289	1,274	0,423	0,047*	1,526	-0,279	0,268	0,756	0,318	0,168	1,374
Nordeste	0,259	0,304	1,295	0,099	0,764	1,105	0,352	0,076	1,423	0,225	0,210	1,252	-0,074	0,755	0,929	0,106	0,598	1,112
Norte/Centro Oeste	0,115	0,621	1,122	0,176	0,507	1,193	0,541	0,05*	1,718	0,148	0,361	1,159	0,251	0,289	1,285	0,475	0,010*	1,607
Renda	0,114	0,084	1,121	0,187	0,003*	1,206	0,042	0,416	1,043	-0,049	0,248	0,952	0,061	0,011*	1,063	-0,022	0,276	0,978
Escolaridade	0,266	0,002*	1,305	0,273	0,011*	1,314	0,184	0,053	1,202	0,356	0,000*	1,427	0,276	0,009*	1,317	0,466	0,000*	1,594
Raça	0,325	0,031*	1,384	0,086	0,610	1,090	-0,096	0,564	0,909	-0,155	0,258	0,856	-0,377	0,041*	0,686	0,055	0,731	1,057
Sexo	0,043	0,756	1,044	0,356	0,023*	1,428	-0,055	0,728	0,946	-0,001	0,992	0,999	-0,274	0,116	0,760	-0,165	0,254	0,848
Idade	0,115	0,000*	1,121	0,020	0,000*	1,021	0,004	0,426	1,004	0,056	0,000*	1,058	0,036	0,000*	1,037	0,092	0,000*	1,096

Elaborado pela autora a partir dos dados do Cedec e do Lapop. Notas: Survey 1993: N = 2120; Pseudo R2= 0,250; Log likelihood = 1397,589; Porcentagem de acerto = 86,8. / Survey 2006: N = 1099; Pseudo R2= 0,065; Log likelihood = 1101,688; Porcentagem de acerto = 84,9. / Survey 2008: N = 1356; Pseudo R2= 0,016; Log likelihood = 1093,557; Porcentagem de acerto = 85,8 / Survey 2010: N = 2025; Pseudo R2= 0,065; Log likelihood = 1644,656; Porcentagem de acerto = 84. / Survey 2012: N = 1406; Pseudo R2= 0,066; Log likelihood = 948,532; Porcentagem de acerto = 88,6. / Survey 2014: N = 1435; Pseudo R2= 0,294; Log likelihood = 1230,158; Porcentagem de acerto = 85,9. *p<0.05.

Já a variável *raça/cor* (Tabela III) apresenta efeito para os anos de 1993 e 2012. Na Tabela III podemos observar que há inversão do efeito da variável, em 1993 ser branco aumentava em 38% as chances das pessoas terem votado; e em 2012 essa relação muda, ser branco reduz em 32% as chances de ter votado nas últimas eleições. Assim, notamos que em 1993 as chances dos brancos participarem das eleições eram maiores do que os negros e pardos; já em 2012 os negros e pardos passam a ter mais chances frequentar as eleições do que os brancos. Lima e Prates (2015) apontam que nos últimos quinze anos, o Brasil presenciou um conjunto de transformações que têm contribuído para o processo da diminuição da desigualdade racial. As recentes mudanças foram especialmente na formulação de políticas afirmativas de redução das desigualdades raciais em relação à educação. O aumento dos incentivos para a redução da desigualdade do acesso dos negros e pardos à educação superior, pode ser reflexo do aumento da participação política destes cidadãos nas eleições. Apesar da inversão do efeito da raça na participação política via eleições, os modelos não apresentam um padrão longitudinal, pois o efeito só foi entrado para dois pares de anos.

Ainda na Tabela III, em relação a variável *renda*, esta apresentou efeito positivo para os anos de 2006 e 2012. Nestes pares, quanto mais alta a renda maiores eram as chances dos correspondentes terem participado de eleições. No entanto não foi possível observar um padrão do efeito da renda nos outros modelos de análise.

Também notamos que na Tabela III as variáveis relativas a região demonstram algum efeito na participação eleitoral. Para os anos de 2008 e 2010 residir na região *Norte e Centro Oeste* ampliam a chance de participar das eleições presidenciais. Já para a região *Sul*, observamos que há uma inversão na participação: em 2006 morar na região Sul reduzia as chances dos indivíduos votarem nas eleições presidenciais, porém em 2010 residir na região *Sul* passou a ser positivo à participação nas eleições. O efeito da variável contextual no Brasil é interessante para contrastar as características das regiões com o comportamento dos correspondentes. No Capítulo II observamos que as regiões Norte, Centro Oeste e Nordeste continuam com os percentuais mais altos em relação à vulnerabilidade da população quando comparados às regiões Sul e Sudeste. Os dados da Tabela III mostram que apesar da região *Norte e Centro Oeste* ter índices sociais piores do que das outras regiões, a probabilidade de participar em eleições é alta para esta região. Esse dado pode apontar que apesar das disparidades de infraestrutura e sociais presentes entre as regiões, os cidadãos da região *Norte e Centro Oeste* têm maiores chances de comparecer às eleições.

Tabela IV: Regressão Logística Binária. Participação partidária: ser membro de alguma organização partidária e/ou assistir a reuniões

	PARTIDO																	
	1993			2006			2008			2010			2012			2014		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
Sul	-0,892	0,000*	0,410	-0,121	0,723	0,886	0,468	0,086	1,597	0,784	0,006*	2,189	0,982	0,002*	2,669	0,279	0,340	1,322
Nordeste	-0,043	0,857	0,957	0,016	0,952	1,016	0,620	0,007*	1,859	0,341	0,226	1,406	0,532	0,096	1,702	-0,233	0,417	0,792
Norte/Centro Oeste	-0,089	0,703	0,915	0,321	0,267	1,378	0,790	0,004*	2,204	1,079	0,000*	2,942	0,341	0,274	1,406	0,642	0,004*	1,900
Renda	0,153	0,027*	1,166	-0,069	0,389	0,933	-0,188	0,002*	0,828	0,086	0,086	1,089	-0,048	0,119	0,953	-0,033	0,189	0,968
Escolaridade	-0,048	0,569	0,953	0,235	0,099	1,265	0,234	0,027*	1,264	0,015	0,873	1,015	0,284	0,026*	1,329	-0,089	0,399	0,915
Raça	-0,170	0,288	0,843	-0,598	0,01*	0,550	0,229	0,234	1,257	-0,238	0,206	0,788	-0,193	0,417	0,825	-0,100	0,619	0,905
Sexo	0,555	0,000*	1,742	0,149	0,463	1,161	0,325	0,075	1,384	0,340	0,04*	1,405	0,384	0,077	1,469	0,039	0,828	1,040
Idade	0,009	0,064	1,009	0,014	0,054	1,014	0,008	0,178	1,008	-0,001	0,684	0,999	0,016	0,043*	1,016	0,005	0,428	1,005

Elaborado pela autora a partir dos dados do Cedec e do Lapop. Notas: Survey 1993: N = 2124; Pseudo R2= 0,052; Log likelihood = 1384,227; Porcentagem de acerto = 89,3 / Survey 2006: N = 1094; Pseudo R2= 0,027; Log likelihood = 740,673; Porcentagem de acerto = 92. / Survey 2008: N = 1497; Pseudo R2= 0,040; Log likelihood = 871,639; Porcentagem de acerto = 89,6. / Survey 2010: N = 2021; Pseudo R2= 0,044; Log likelihood = 1122,992; Porcentagem de acerto = 91,6. / Survey 2012: N = 1401; Pseudo R2= 0,036; Log likelihood = 684,851; Porcentagem de acerto = 93,1. / Survey 2014: N = 1430; Pseudo R2= 0,030; Log likelihood = 922,248; Porcentagem de acerto = 89,8. *p<0,05.

Assim como observamos acima para o comparecimento eleitoral, na Tabela IV a variável *renda* tem efeito para dois modelos - 1993 e 2008. Em 1993 as razões de chance de participar de partidos eram maiores conforme aumentava a renda dos indivíduos. Porém em 2008, houve mudança conforme a renda aumentava menores eram as chances dos cidadãos participarem deste tipo de atividade. Para estes pares de anos, o sentido contrário do efeito pode demonstrar que os cidadãos de status econômico mais baixo passaram a frequentar mais as reuniões partidárias em 2008. Apesar da mudança do efeito, não podemos concluir que houve continuidade na relação, já que não há permanência de um padrão para o modelo nos outros anos.

O mesmo observamos em relação à desigualdade de gênero, a variável *sexo* apresentou efeito para os anos de 1993 e 2010 (ver Tabela IV). Em 1993 ser do sexo masculino aumentava as chances em 74% de participar de atividades partidárias. Já em 2010 o modelo mostra que há queda na razão de chance para 40%. Os possíveis fatores para a redução do efeito do gênero na participação partidária são diversos, como: maior

inserção das mulheres no mercado de trabalho; aumento da escolaridade; e redução das composições familiares. Outro elemento, destacado pela literatura, foi o estabelecimento em 1997 da Lei de Cotas que prevê aos partidos políticos um número mínimo de mulheres entre as candidaturas (AYRES e OLIVEIRA, 2015). A lei destina a porcentagem de no mínimo 30% e no máximo de 70% de suas candidaturas para cada sexo. O funcionamento da lei representa, segundo Ayres e Oliveira (2015), um passo no incentivo à entrada das mulheres para o campo da política, fazendo com que os partidos se tornem minimamente mais receptivos à participação partidária das mulheres.

A variável *escolaridade* aparece, na Tabela IV, novamente com efeito positivo. Mas, neste caso se olharmos para a participação em partidos políticos notamos o efeito desta variável somente para o ano de 2008 e 2012. Assim, não é possível observar a permanência do efeito de escolaridade para os outros anos de análise.

Em relação as variáveis contextuais, observamos que na Tabela IV a região *Sul* apresenta novamente uma inversão no sentido da participação: em 1993 morar na região *Sul* reduzia as chances dos indivíduos participarem de partidos e/reuniões partidárias, porém em 2010 e 2012 residir na região *Sul* passou a ser positivo à participação em partidos políticos. As regiões *Norte e Centro Oeste* aparece novamente com efeito positivo, neste caso para os anos de 2008, 2010 e 2014, assim morar nesta região aumentam as chances dos cidadãos participar de partidos políticos.

Tabela V: Regressão Logística Binária. Solicitar ajuda de algum político ou funcionário público.

	SOLICITOU AJUDA DE ALGUM POLÍTICO OU FUNCIONÁRIO PÚBLICO																	
	1993			2006			2008			2010			2012			2014		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
Sul	0,345	0,188	1,413	-0,553	0,045*	0,575	0,199	0,362	1,220	0,830	0,000*	2,293	0,528	0,033*	1,696	0,099	0,658	1,104
Nordeste	0,500	0,087	1,648	-0,012	0,955	0,988	0,156	0,397	1,168	-0,044	0,839	0,957	0,327	0,162	1,387	-0,157	0,470	0,855
Norte/Centro Oeste	0,459	0,099	1,582	-0,618	0,048*	0,539	0,460	0,037*	1,584	-0,091	0,648	0,913	-0,188	0,439	0,829	-0,484	0,021*	0,616
Renda	-0,025	0,714	0,975	0,046	0,487	1,047	-0,144	0,003*	0,866	-0,015	0,757	0,985	-0,051	0,032*	0,950	-0,020	0,347	0,980
Escolaridade	0,216	0,007*	1,241	0,048	0,676	1,049	0,221	0,009*	1,248	-0,068	0,410	0,934	-0,094	0,363	0,911	0,005	0,954	1,005
Raça	-0,188	0,218	0,829	-0,037	0,839	0,964	-0,167	0,282	0,846	0,133	0,403	1,142	-0,017	0,927	0,983	0,203	0,228	1,225
Sexo	0,322	0,023*	1,380	0,014	0,936	1,014	0,380	0,01*	1,463	0,153	0,278	1,166	-0,103	0,548	0,902	-0,009	0,953	0,991
Idade	0,007	0,170	1,007	0,014	0,016*	1,014	0,010	0,023*	1,010	-0,003	0,369	0,997	0,002	0,762	1,002	0,009	0,064	1,009

Elaborado pela autora a partir dos dados do Cedec e Lapop. Nota: Survey 1993: N = 2118; Pseudo R2= 0,017; Log likelihood = 1460,883; Porcentagem de acerto = 88,8. Survey 2006: N = 1056; Pseudo R2= 0,021; Log likelihood = 982,697; Porcentagem de acerto = 87,2. / 2008: N = 1349; Pseudo R2= 0,032; Log likelihood = 1215,305; Porcentagem de acerto = 82,7. / Survey 2010: N = 2014; Pseudo R2= 0,034; Log likelihood = 1415,178; Porcentagem de acerto = 88,3. / Survey 2012: N = 1405; Pseudo R2= 0,028; Log likelihood = 975,890; Porcentagem de acerto = 88,6. Survey 2014: N = 1435; Pseudo R2= 0,02; Log likelihood = 1146, 443; Porcentagem de acerto = 86. *p<0,05.

A participação política que indica contato com políticos têm na literatura diferentes interpretações. Nos estudos de comportamento na América Latina esta variável muitas vezes é utilizada para prever relações clientelistas dos políticos com seus eleitores; já outra vertente da literatura traz pontos positivos no estabelecimento de algum vínculo entre os candidatos e atores políticos no momento pós-eleitoral. Aqui os dados sobre renda (efeito negativo) e escolaridade (efeito positivo) podem apontar duas possíveis configurações já apresentadas pela literatura: (1) os cidadãos mais escolarizados têm mais chance de pressionar seus políticos para atender às suas demandas e promessas políticas; (2) os cidadãos de baixa renda fazem o mesmo, cobrando os políticos e solicitando ajuda. Através dos dados, ambas as formas de pressão política são possíveis. Os efeitos da variável renda e escolaridade acontecem para somente os dois pares de anos (Tabela V), com isso não podemos afirmar a permanência do efeito para os outros modelos.

A variável *sexo* apresenta mais uma vez efeito positivo (Tabela V) para dois pares de anos, 1993 e 2008. Podemos observar, mais uma vez, um possível afastamento

das mulheres do campo da política. De acordo com a literatura, a dedicação da mulher no ambiente privado, limitam as condições de sua participação política. As mulheres, na sua maioria empregam mais seu tempo nas atividades cotidianas do ambiente familiar, diminuindo a viabilidade da sua atuação no espaço público (NEVES, 2013).

Também a variável região *Sul* apresenta mais uma vez efeito (Tabela V). Em 2006 morar na região *Sul* reduzia as chances dos cidadãos entrarem em contato com algum político e/ou funcionário público, já em 2010 e 2012 residir na região Sul passou a ser positivo.

Em relação a *idade*, podemos observar (Tabela V) que esta variável apresenta efeito positivo para os anos de 2006 e 2008. A participação via contato com políticos é uma atividade tradicional, assim, para estes modelos, os dados corroboram as achados da literatura de que os cidadãos mais velhos têm maiores chances de recorrer e entrar em contato com os políticos do que os mais jovens.

Tabela VI: Regressão Logística Binária. Trabalhar em campanha política eleitoral para algum partido ou candidato

TRABALHO EM CAMPANHA ELEITORAL

	1993			2006			2008			2010			2012		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
Sul	-0,540	0,000*	0,581	-0,541	0,063	0,582	-0,403	0,124	0,668	-0,043	0,880	0,957	1,431	0,000*	4,183
Nordeste	-0,481	0,008*	0,618	-0,172	0,389	0,842	-0,100	0,620	0,904	0,242	0,281	1,274	0,487	0,064	1,627
Norte/Centro Oeste	-0,199	0,238	0,820	-0,151	0,527	0,860	0,447	0,050	1,564	0,712	0,000*	2,038	0,425	0,089	1,529
Renda	0,066	0,159	1,068	-0,022	0,727	0,978	-0,104	0,04*	0,901	-0,034	0,510	0,966	-0,027	0,259	0,973
Escolaridade	0,080	0,158	1,083	0,091	0,410	1,095	0,194	0,033*	1,214	-0,081	0,365	0,922	-0,041	0,691	0,960
Raça	0,231	0,031*	1,260	-0,764	0,000*	0,466	0,171	0,312	1,186	-0,501	0,004*	0,606	-0,508	0,009*	0,601
Sexo	0,108	0,266	1,114	0,095	0,547	1,100	0,289	0,073	1,335	0,114	0,440	1,120	0,217	0,206	1,242
Idade	-0,006	0,091	0,994	-0,005	0,351	0,995	-0,010	0,054	0,990	-0,013	0,019*	0,988	0,004	0,562	1,004

Elaborado pela autora a partir dos dados do Cedec e do Lapop. Nota: Elaborado pela autora. Nota: Survey 1993: N = 2118; Pseudo R2= 0,021; Log likelihood = 2524,210; Porcentagem de acerto = 70,5. / Survey 2006: N = 1085; Pseudo R2= 0,043; Log likelihood = 1075,666; Porcentagem de acerto = 85,5. / Survey 2008: N = 1331; Pseudo R2= 0,034; Log likelihood = 1055,066; Porcentagem de acerto = 86. / Survey 2010: N = 1884; Pseudo R2= 0,052; Log likelihood = 1311,260; Porcentagem de acerto = 88,3. Survey 2012: N = 1398; Pseudo R2= 0,059; Log likelihood = 971,628; Porcentagem de acerto = 88,2. Não apresenta a questão para o ano de 2014. *p<0,05.

Na Tabela VI somente *raça* apresentou efeito longitudinal nos modelos para os anos de 1993, 2006, 2010 e 2012. Em 1993, o efeito da variável foi positivo indicando que os brancos trabalhavam mais em campanhas políticas, do que os negros e pardos. Mas em 2006, 2010 e 2012 o sinal mudou, e passou a ser negativo. De acordo com os resultados, com o passar dos anos reduziram-se as chances dos brancos trabalharem em campanhas políticas. Este dado pode expressar o diagnóstico de que os negros e pardos estão participando mais ativamente dos partidos, buscando encontrar no espaço partidário uma via para defender seus direitos e interesses.

A variável região *Sul* apresenta mais uma vez efeito (Tabela VI). Em 1993 morar na região *Sul* reduzia as chances dos cidadãos trabalharem em campanhas políticas, mas em 2012 residir na região Sul passou a ser positivo indicando que os moradores desta região passaram a ter mais chances de participar de campanhas políticas.

Tabela VII: Regressão Logística Binária. Tentar convencer alguém a votar em determinado candidato ou partido.

	CONVENCEU ALGUÉM A VOTAR														
	1993			2006			2008			2010			2012		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
Sul	-0,263	0,075	0,769	-0,424	0,016*	0,654	0,437	0,008*	1,548	0,085	0,567	1,088	0,402	0,022*	1,495
Nordeste	-0,061	0,721	0,941	-0,048	0,749	0,953	0,541	0,000*	1,718	0,072	0,591	1,075	0,665	0,000*	1,945
Norte/Centro Oeste	-0,111	0,492	0,895	-0,054	0,761	0,948	0,381	0,033*	1,463	0,554	0,000*	1,741	0,928	0,000*	2,530
Renda	0,112	0,01*	1,118	0,012	0,790	1,012	0,092	0,009*	1,097	0,062	0,043*	1,064	-0,005	0,780	0,995
Escolaridade	0,060	0,246	1,062	0,219	0,006*	1,245	0,138	0,034*	1,148	0,017	0,750	1,017	0,174	0,01*	1,190
Raça	0,049	0,612	1,050	-0,181	0,146	0,835	0,132	0,265	1,141	-0,041	0,688	0,960	-0,226	0,066	0,798
Sexo	0,239	0,007*	1,270	0,308	0,007*	1,361	0,250	0,027*	1,283	0,154	0,098	1,166	0,368	0,001*	1,445
Idade	0,001	0,651	1,001	0,009	0,023*	1,009	-0,007	0,042*	0,993	-0,003	0,103	0,997	0,012	0,003*	1,013

Elaborado pela autora a partir dos dados de Cedec e do Lapop. Nota: Elaborado pela autora. Nota: Survey 1993: N = 2115; Pseudo R2= 0,018; Log likelihood = 2883,964; Porcentagem de acerto = 55,5. / Survey 2006: N = 1081; Pseudo R2= 0,027; Log likelihood = 1761,454; Porcentagem de acerto = 60,9. / Survey 2008: N = 1340; Pseudo R2= 0,050; Log likelihood = 1801,019; Porcentagem de acerto = 57,5. / Survey 2010: N = 2000; Pseudo R2= 0,030; Log likelihood = 2672,263; Porcentagem de acerto = 58,6. / Survey 2012: N = 1401; Pseudo R2= 0,066; Log likelihood = 1809,562; Porcentagem de acerto = 62,7. Não apresenta a questão para o ano de 2014. *p<0,05.

Os dados da Tabela VII mostram que quanto maior a renda, maiores são as chances de alguém tentar convencer outras pessoas a votarem em determinado partido ou candidato. A variável *renda* tem efeito positivo para o modelo dos anos de 1993, 2008 e 2010. O efeito da renda neste tipo de participação é esperado pela literatura, já que este o recurso tende a influenciar os cidadãos a buscar e circular as informações. Segundo Schlozman, Verba e Brady (2012, p. 8), geralmente os indivíduos com renda mais elevada buscam ter maior influência política do que os que possuem menor renda. Os autores trazem o conceito de voz política, destacando que os indivíduos com alto status econômico geralmente tem maior conhecimento da política, sabendo conectar melhor suas preferências e interesses.

Mais uma vez a *escolaridade* também apresenta efeito positivo ao longo do tempo - 2006, 2008 e 2012 (Tabela VII). Assim conforme a literatura observa para outros contextos, no caso brasileiro os cidadãos que buscam ser formadores de opinião tendem a ser os cidadãos mais escolarizados. A variável “sexo” também é relevante nos modelos de 1993, 2006, 2008 e 2012 (ver Tabela VII). O sentido do efeito é positivo, ressaltando que são geralmente os homens que buscam influenciar a posição política dos demais.

Tabela VIII: Regressão Logística Binária. Participar de Associações de Moradores.

PARTICIPA DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES																		
	1993			2006			2008			2010			2012			2014		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
Sul	-0,670	0,000*	0,512	-0,110	0,651	0,896	0,956	0,000*	2,602	0,784	.000*	2,191	0,891	0,000*	2,439	-0,221	0,371	0,802
Nordeste	-0,294	0,162	0,745	-0,230	0,265	0,795	0,528	0,003*	1,696	0,337	0,106	1,401	0,439	0,072	1,551	0,282	0,181	1,326
Norte/Centro Oeste	-0,602	0,003*	0,548	0,252	0,263	1,286	0,343	0,135	1,409	0,818	.000*	2,265	0,436	0,057	1,547	0,483	0,009*	1,620
Renda	-0,094	0,122	0,911	-0,093	0,127	0,911	-0,083	0,075	0,920	0,039	0,349	1,040	-0,042	0,071	0,959	0,003	0,883	1,003
Escolaridade	-0,060	0,415	0,942	0,274	0,012*	1,316	0,160	0,054	1,174	-0,141	0,056	0,868	0,052	0,593	1,054	0,135	0,107	1,144
Raça	-0,117	0,375	0,890	-0,311	0,068	0,733	-0,267	0,075	0,766	-0,109	0,458	0,897	-0,389	0,037*	0,677	0,042	0,796	1,042
Sexo	0,276	0,025*	1,318	0,322	0,039*	1,380	0,047	0,738	1,049	0,306	0,019*	1,358	0,170	0,304	1,185	0,204	0,162	1,227
Idade	0,005	0,192	1,005	0,014	0,007*	1,015	0,017	0,000*	1,017	0,001	0,380	1,001	0,016	0,009*	1,016	0,013	0,007*	1,013

Elaborado pela autora a partir dos dados do Cedec e Lapop. Nota: Survey 1993: N = 2114; Pseudo R2= 0,026; Log likelihood = 1788,421; Porcentagem de acerto = 84,4. / Survey 2006: N = 1096; Pseudo R2= 0,027; Log likelihood = 1117,885; Porcentagem de acerto = 85,1. / Survey 2008: N = 1343; Pseudo R2= 0,051; Log likelihood = 1284,303; Porcentagem de acerto = 80,4. / Survey 2010: N = 2021; Pseudo R2= 0,033; Log likelihood = 1613,822; Porcentagem de acerto = 85,8. / Survey 2012: N = 1403; Pseudo R2= 0,039; Log likelihood = 1030,700; Porcentagem de acerto = 87,5. *p<0,05

Nota-se que para a variável “frequenta associação de moradores” (Tabela VIII), na maioria dos anos - 2006, 2008, 2012 e 2014 - o fator idade é significativo no modelo. Os dados têm significância positiva e mostram que quanto maior a idade, maiores são as chances dos cidadãos participarem de associação de moradores. Os motivos apontados pela literatura para essa relação são diversos, como tempo, habilidades e interesses (NORRIS, 1999). E expressam a relação entre residir e estar envolvido com os problemas e o cotidiano da comunidade (PUTNAM, 2005).

Além da *idade*, o *sexo* também está relacionado com a participação em associações de bairro para os anos de 1993, 2006 e 2010 (ver Tabela VIII). A probabilidade de participar de associações de moradores aumenta para o sexo masculino. Assim esta é mais uma forma de participação que tem maiores chances de serem ocupadas pelos homens. Segundo Neves (2013) a proeminência da participação masculina na política está vinculada às questões culturais, os homens geralmente tendem a “cuidar” das questões externas ao lar, enquanto as mulheres são responsáveis majoritariamente pelo espaço doméstico.

Já as variáveis contextuais região *Sul, Norte e Centro Oeste* (Tabela VIII) apresentaram efeitos na participação em associação de moradores. Residir na região Sul aumenta as chances de participação em associação de moradores para os anos de 2008, 2010 e 2012. Para a região Norte e Centro Oeste nota-se também o efeito positivo da participação para os anos de 2010 e 2014.

Tabela IX: Regressão Logística Binária. Participar de Manifestações e Protestos políticos

	PARTICIPA DE MANIFESTAÇÕES OU PROTESTO																	
	1993			2006			2008			2010			2012			2014		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
Sul	-0,08	0,658	0,922	-0,736	0,011*	0,479	0,440	0,031*	1,553	-0,046	0,882	0,955	1,441	,000*	4,226	-0,062	0,851	0,940
Nordeste	0,046	0,826	1,047	-0,182	0,387	0,833	0,187	0,321	1,205	-0,21	0,505	0,815	0,773	0,071	2,165	0,636	0,034*	1,888
Norte/Centro Oeste	-0,06	0,772	0,943	0,293	0,201	1,34	0,034	0,887	1,034	0,311	0,203	1,364	0,677	0,095	1,968	0,373	0,172	1,452
Renda	0,104	0,046*	1,109	0,015	0,816	1,015	0,099	0,02*	1,104	0,082	0,157	1,086	0,002	0,952	1,002	0,031	0,297	1,031
Escolaridade	0,567	,000*	1,763	0,717	,000*	2,049	0,344	,000*	1,411	0,363	0,002*	1,438	0,291	0,071	1,338	0,612	,000*	1,844
Raça	-0,06	0,612	0,94	-0,096	0,579	0,908	-0,028	0,856	0,972	0,136	0,519	1,146	-0,03	0,925	0,974	0,203	0,374	1,225
Sexo	0,465	,000*	1,593	0,304	0,058	1,356	0,43	0,004*	1,537	0,047	0,808	1,049	0,411	0,122	1,508	-0,234	0,264	0,791
Idade	-0,04	,000*	0,961	0,002	0,746	1,002	0,009	0,055	1,009	-0,009	0,196	0,991	-0,02	0,159	0,985	-0,035	,000*	0,966

Elaborado pela autora a partir dos dados do Cedec e Lapop. Notas: Survey 1993: N = 2108; Pseudo R2= 0,179; Log likelihood = 2039,235; Porcentagem de acerto = 76,4. / Survey 2006: N = 1073; Pseudo R2= 0,088; Log likelihood = 1048,419; Porcentagem de acerto = 85,1. Survey 2008: N = 1297; Pseudo R2= 0,065; Log likelihood = 1183,267; Porcentagem de acerto = 81,8. / Survey 2010: N = 2016; Pseudo R2= 0,044; Log likelihood = 855,821; Porcentagem de acerto = 94,2. Survey 2012: N = 1404; Pseudo R2= 0,059; Log likelihood = 494,273; Porcentagem de acerto = 95,5. / Survey 2014: N = 1436; Pseudo R2= 0,119; Log likelihood = 703,447; Porcentagem de acerto = 92,3. *p<0,05.

Novamente o fator que apresentou mais efeito nos modelos foi a *escolaridade* – para os anos de 1993, 2006, 2008, 2010 e 2014 (Tabela IX). O efeito da escolaridade é positivo, isso significa que quanto mais altos os níveis de escolaridade, maior a probabilidade de participar de manifestações e protesto. Os dados para o caso brasileiro vão de encontro com os apontamentos da literatura, como Norris (2002b), que destaca que os mais escolarizados tendem utilizar diversos canais de expressão política. Schlozman, Verba e Brady (2012) argumentam que os mais escolarizados têm “reservatórios” de conhecimento e competências sendo menos propensos a sentir-se limitados. E são mais propensos efetivamente a atuar na política.

A região *Sul* tem mais uma vez efeito positivo na participação política, residir nesta região aumenta as chances de participar em protestos para os anos de 2008 e 2010. A *renda* também tem efeito positivo para os anos de 1993 e 2008, apontando que quanto mais alta a renda maiores são as probabilidade de participação em manifestações para estes anos.

Em relação a *idade*, notamos que para os modelos de 1993 e 2014 (Tabela IX), ser mais jovem aumentam as chances de participar de manifestações ou protestos.

Os efeitos da variável *idade* para os anos de 1993 e 2014 podem estar relacionados com as mobilizações políticas de 1992 e 2013. Como destacamos acima, os *surveys* de 1993 e 2014 foram realizados em períodos de agitação política no país: o movimento dos “caras-pintadas” em 1992; e as manifestações de junho de 2013. Ambos movimentos receberam a participação dos estudantes e jovens, assim as altas dos efeitos para esses anos podem ser provavelmente explicadas pelas agitações do período.

Tendências das variáveis explicativas

A partir da descrição dos resultados das regressões, nesta seção analisa-se as tendências dos efeitos sobre as variáveis que indicam participação política. De uma maneira geral, podemos notar o importante efeito da variável *escolaridade*. Para a maioria dos casos, os aumentos dos níveis educacionais ampliam as chances de participação política. Longitudinalmente, esta é a variável que mais apresentou efeito no modelo estatístico dos diferentes modos de participação política.

A escolaridade está relacionada às variáveis: votar nas últimas eleições presidenciais, participar de reuniões ou ser membro de partidos, solicitar ajuda de algum político, tentar convencer alguém a votar, participar de manifestações/protestos. Para todas estas formas de participação, o sentido do efeito da escolaridade foi positivo. Mas a permanência do efeito, para três modelos ou mais, ocorreu para as formas de participação vinculadas às eleições: votou nas últimas eleições, tentou convencer alguém a votar em determinado partido e candidato, e participou em manifestações e protestos.

Os dados, então, mostram que o caso brasileiro não está descolado da literatura internacional. Pois observamos que, quanto maiores os níveis de escolaridade da população, maiores são os incentivos à participação. Dias e Kerbauy (2015) encontraram resultados que vão nesta mesma direção, ao analisarem a eleição presidencial de 2014. Segundo os autores, a alta escolaridade no Brasil tem relação positiva com o voto, a satisfação com a democracia, o interesse e informação política.

Schlegel (2010), ao analisar a relação entre a escolaridade e a participação, o autor também observou a associação entre a educação com as diferentes dimensões do comportamento político. Mas o estudo longitudinal do autor, que abrange os anos de 1989 a 2006, propõe que o aumento da escolaridade média da população não necessariamente foi acompanhado em ganhos em termos de comportamento político. Segundo a pesquisa autor, não dá para garantir ganhos políticos quando os níveis de escolarização aumentam.

De fato, analisar os retornos da escolaridade na participação política no Brasil não é uma tarefa fácil. E como foi destacado no Capítulo II, as melhorias de inclusão e expansão dos níveis de escolaridade são recentes no país. Apesar disto, no modelo estatístico aqui trabalhado, a variável escolaridade apresentou efeito positivo para diversas formas de participação. Isso indica que a ampliação dos níveis e o maior acesso às escolas e universidades podem trazer retornos positivos para a participação política.

A associação entre renda e participação esperada pela perspectiva convencional é de que os cidadãos com maiores níveis de renda tendem a participar mais ativamente da política. Mas, no Brasil a relação entre participação e renda se mostrou presente somente em alguns anos. Assim, para a maioria das variáveis relativas a participação não podemos afirmar o efeito longitudinal da renda. Apesar disto, temos alguns achados interessantes:

- No voto a renda apresentou efeito positivo somente para os anos de 2006 e 2012;
- Sendo que o modelo mostra que o efeito da renda era maior em 2006 do que em 2012.
- Na participação em partidos políticos, a renda tinha efeito positivo no ano de 1993, e em 2008 passou a ter efeito negativo, invertendo o sentido do efeito;
- Na variável de já ter solicitado ajuda de algum político a renda apresentou efeito negativo para os anos de 2008 e 2012;
- Na participação de protestos e mobilizações a renda tem efeito positivo em 1993 e 2008.

A única variável de participação que a renda apresentou efeito para mais do que dois pares de anos foi a “convencer a votar em determinado candidato ou partido”. Para esta variável a renda apresentou efeitos positivos para os modelos de 1993, 2008 e 2010. Mas, como mostramos acima, para a maioria das variáveis de participação política, a renda teve efeito em pelos menos dois pares de anos. Sendo que na maioria das vezes o sentido do efeito foi positivo, apesar disto não podemos comprovar o efeito longitudinal desta variável.

As variáveis contextuais *Sul*, *Norte* e *Centro Oeste* demonstraram ter efeitos positivos na participação política. A região *Sul* apresentou efeito positivo para diversas formas de participação, como: votar, contatar os políticos e funcionários, trabalhar em campanhas políticas, participar de associação de moradores e de manifestações. A região

Norte e Centro Oeste também teve feitos positivos para as formas de participação: votar em eleições, partidos políticos e associação de moradores. Os dados dos modelos estatísticos confrontam nossa hipótese inicial de que a disparidade de recursos (sociais e econômicos) entre as regiões brasileiras poderia ter consequências para a socialização política dos cidadãos. Pois, os testes demonstraram que as regiões que os cidadãos têm maiores chances de interagir com as atividades políticas são a Sul, Norte e Centro Oeste. Como destacamos no Capítulo II, o Brasil apresenta quadros de desigualdade de renda e de recursos entre as regiões sendo o Sul e Sudeste as mais desenvolvidas em infraestrutura e acesso aos serviços públicos, e o Nordeste, Norte e Centro Oeste as regiões que tem acesso mais precário a rede dos bens e serviços. Neste sentido a questão da desigualdade regional não se confirmou porque as regiões que os cidadãos são mais participativos são a Sul e a Norte/Centro Oeste.

Em relação à variável *sexo* observamos avanços e permanências na participação das mulheres nas atividades políticas. Nas formas de participação: “convencer a votar em determinado candidato” e “frequentar associação de moradores, os efeitos da variável *sexo* são positivos. Isso indica que os homens continuam participando mais de atividades políticas do que as mulheres. Já a forma de participação que apresentou mudança foi frequentar reuniões partidárias, a variável *sexo* tem efeito positivo para ambos os anos, mas há redução da razão de chance dos homens participarem de 1993 para 2010. Assim, somente para a participação em partidos políticos houve relativa redução do efeito da variável de gênero.

O Capítulo II mostra que houve avanços na redução da desigualdade de gênero no mercado de trabalho e, principalmente, em relação à escolaridade. As mulheres conquistam cada vez mais espaço nesses ambientes, que antes eram predominantemente masculinos. Mas nos espaços convencionais da política ainda há, conforme mostram os dados, maior probabilidade da participação masculina. Com isso, os resultados vão de encontro aos esperados pela literatura estrangeira: os homens têm maiores chances de participar de atividades políticas do que as mulheres.

Rego e Pinzani (2013) destacam a baixa experiência das mulheres na vida pública, a permanência de situações em que as mulheres estão sub-representadas no campo de política vão de encontro ao diagnóstico dos espaços de atuação das mulheres. Segundo os autores: “um dos mais gritantes impedimentos, observado por vários autores, deita raízes na impossibilidade histórica das mulheres de desenvolver suas “habilidades

retóricas”, condição fundamental para poder participar plenamente da vida pública (p. 53)”. A partir desse argumento, o discurso da desigualdade de gênero pauta que para além das variáveis econômicas, o afastamento das mulheres em relação aos espaços públicos e políticos é uma construção social legitimado pela tradição e pelos costumes.

Ao observar a variável *raça* no modelo, nota-se que esta apresentou efeito longitudinal somente para a forma de participação vinculada ao trabalho em campanha política. Os dados mostraram que em 1993 o efeito da variável foi positivo indicando que os brancos trabalhavam mais em campanhas políticas, do que os pardos e negros. Mas em 2006, 2010 e 2012 o sinal mudou, e passou a ser negativo. Neste sentido, há uma inversão na participação que pode refletir uma maior entrada dos negros e pardos para a participação partidária. Apesar disto, para as outras formas de participação poucas vezes a variável *raça/cor* produziu efeitos. Com isso, diferentemente do destacado pela literatura internacional sobre o efeito da raça na participação política, no Brasil esta variável apresentou pouco efeito.

Nos estudos internacionais, os dados apontam que os indivíduos mais jovens e os mais velhos os são mais participativos. Mas segundo a literatura, eles diferem em relação a utilização dos canais de participação política (NORRIS, 2002b). Os mais jovens tendem a participar mais ativamente das formas não convencionais como atendendo a protestos, manifestações, assinando petições, etc. Já os cidadãos com idade mais avançada utilizam as vias formais como às eleições e associações diversas. Os dados acima mostram que o Brasil acompanha essa tendência. A idade tem efeito para todos os anos em relação ao comparecimento em eleições. A relação é positiva refletindo assim como os estudos de Norris (2002b) que os cidadãos mais velhos têm maiores chances de comparecer mais às urnas. Para além do voto, a idade tem efeito positivo para a participação em associações de moradores e em tentar convencer alguém a votar em determinado candidato ou partido político.

Considerações Finais

O objetivo geral deste trabalho foi avançar no estudo da relação entre a participação política e a redução da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil. Buscamos demonstrar a relação entre o lugar da participação na teoria democrática e os efeitos das variáveis socioeconômicas no envolvimento político dos cidadãos. De acordo com as pesquisas na área, as variáveis ligadas às desigualdades econômicas e sociais têm efeitos materiais e psicológicos na participação dos cidadãos. O modelo socioeconômico desenvolvido por Verba, Schlozman e Brady (1995; 2012) destaca que recursos como tempo, dinheiro e informação são relevantes para instigar a participação política dos cidadãos. Reunimos nesta pesquisa um conjunto de fatores apontados pela literatura como influentes na participação. São estes: escolaridade, renda, raça, gênero, idade e região.

Também tivemos o esforço de compreender a participação política de uma forma ampliada, para isso selecionamos sete formas de participação política, as quais são: votar em eleições, frequentar reuniões partidárias, participar de associação de moradores, trabalhar em campanhas eleitorais, convencer alguém a votar, solicitar alguma ajuda ou pedido a um político ou funcionário, participar de manifestações e protestos. Adotamos, metodologicamente, a diferenciação proposta pela literatura entre as formas de participação convencionais e não-convencionais (ANDUIZA E BOSCH, 2004; BORBA e RIBEIRO, 2011), visando estabelecer quais são as formas de engajamento mais frequentemente utilizadas pelos brasileiros.

A análise dos dados e a compreensão da trajetória da participação política de 1993 a 2014 mostram que os canais de participação política utilizados pelos brasileiros pouco mudaram. No Capítulo I vimos que há estabilidade da participação dos brasileiros ao longo dos ciclos eleitorais. E observamos que no Brasil, a participação política ocorre principalmente pelos canais convencionais, sendo estes – as eleições, as atividades partidárias a participação em associações de moradores e em reuniões religiosas. Neste sentido, em contraposição com países de democracia avançada, no Brasil mantiveram-se altos os níveis de participação convencional. Uma série de estudos – como os trabalhos de Pippa Norris (2002b) e Dalton Russel (2002 e 2007) - sobre a participação política têm observado declínio na participação convencional dos cidadãos. A literatura aponta que

nos países de democracia avançada, os cidadãos têm buscado novas formas de participação – frequentando mais ativamente manifestações, ONGs e protestos. Também Dalton (2007) destaca que em diversos países os cidadãos se afastam do processo eleitoral, pelo descontentamento com as instituições e seus representantes. No Brasil pudemos observar que os cidadãos continuam participando ativamente das eleições, como também de outras atividades vinculadas as instituições políticas. Nesse sentido, podemos argumentar que os brasileiros têm forte relação com às atividades políticas convencionais, pois é principalmente via essas que há mobilização e ação dos indivíduos.

Além disso, este trabalho mostra que diferentemente do diagnóstico pessimista sobre a redução da representatividade dos sistemas políticos via afastamento dos cidadãos da participação (NORRIS, 2002ab; VERBA e NIE, 1972; DALTON, 2007). Os dados apontam (Capítulo I) que as taxas de participação mantiveram-se relativamente altas e estáveis ao longo do tempo no caso brasileiro. Assim, ao contrário do que vinha sendo discutido sobre o afastamento dos cidadãos principalmente das eleições e partidos políticos, esse diagnóstico não se manteve neste estudo. Os dados mostram que ao longo do tempo os brasileiros continuam sendo membros e frequentando reuniões de partidos políticos, assistindo a audiências públicas e votando em eleições. Com isso, o diagnóstico de que os partidos são instituições desgastadas e que os cidadãos têm pouco interesse em interagir com as agremiações não foi comprovada neste estudo para o caso brasileiro.

Sobre as hipóteses e pressupostos teóricos a respeito dos fatores socioeconômicos, uma das principais conclusões desta pesquisa a destacar é a importância da escolaridade. Dentre todos os fatores analisados, *escolaridade* foi a variável que apresentou maior efeito explicativo – tanto no plano longitudinal quanto em relação às formas de participação. Os resultados encontrados acompanham o que parte da literatura dos determinantes da participação vem afirmando nos seus estudos empíricos: os fatores socioeconômicos apresentam efeitos sobre a participação política, sendo a escolaridade um dos mais relevantes (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995; ANDUIZA E BOSCH, 2004). As formas de participação que a escolaridade demonstrou efeito longitudinal positivo, foram: votar em eleições, tentar convencer alguém a votar e participar de manifestações e protestos. O sentido positivo demonstra que quanto maiores são os níveis de escolaridade, maiores são as chances dos indivíduos participarem da política. Para o caso brasileiro, Dias e Kerbaui (2015), encontraram resultados que vão nesta mesma direção, ao analisar a eleição presidencial de 2014, os autores ressaltam que

a alta escolaridade no Brasil tem relação positiva com o voto, a satisfação com a democracia, o interesse e informação política.

No que se refere às outras variáveis socioeconômicas, o *sexo* apresentou efeito longitudinal para: a participação em associação de moradores e tentar convencer alguém a votar em determinado candidato ou partido político. Para estas formas de participação, os homens continuam apresentando maiores chances de participar da política do que as mulheres. Nota-se, portanto, que há permanência da probabilidade dos homens participarem mais ativamente da política do que as mulheres. Isso indica que, apesar das recentes conquistas sociais das mulheres no campo da educação e do trabalho (Capítulo II), a política continua sendo uma atividade principalmente frequentada pelos homens. Apontamos a dimensão cultural como uma possível explicação da manutenção da proeminência da participação masculina nas diversas formas de participação. Embora as mulheres estejam cada vez mais independentes e inseridas no mercado de trabalho, ainda temos um longo caminho a percorrer para que haja igualdade de gênero no campo da política (MIGUEL, 2013).

Para a *idade*, os estudos internacionais destacam que os cidadãos mais velhos tendem a utilizar as formas mais convencionais de participação (ANDUIZA e BOSCH, 2004). Corroborando com os achados de Norris (2002a), os dados (Capítulo III) mostram que o Brasil acompanha essa tendência. A idade tem efeito positivo longitudinal para as formas: comparecimento nas eleições, convencer alguém a votar e participar de associação de moradores. A relevância do fator idade para a participação pode evidenciar que a vivência na democracia tende a contribuir positivamente na participação. Pois, a experiência de viver sobre o regime democrático pode conformar uma cultura política mais consciente e interessada nos assuntos públicos.

Em relação as variáveis contextuais, as regiões *Sul*, *Norte* e *Centro Oeste* demonstraram ter efeitos positivos na participação política. A região *Sul* apresentou efeito positivo para diversas formas de participação, como: votar, contatar os políticos e funcionários, trabalhar em campanhas políticas, participar de associação de moradores e de manifestações. Como também, a região *Norte* e *Centro Oeste* teve feitos positivos para as formas de participação: votar em eleições, partidos políticos e associação de moradores. Os dados expostos no Capítulo III confrontam nossa hipótese inicial de que a disparidade de recursos (sociais e econômicos) entre as regiões brasileiras poderia ter consequências para a socialização política dos cidadão. Já que os testes indicam que

residir nas regiões Sul, Norte e Centro Oeste aumentam as chances dos cidadãos participarem de atividades políticas. No Capítulo II observamos que a região Sul e Sudeste são as regiões mais desenvolvidas em relação à infraestrutura e acesso a serviços públicos, em contraste com a região Norte e Centro Oeste que somente mais tardiamente receberam melhorias no acesso a bens e serviços. Então, os dados revelam que neste caso não podemos confirmar que a desigualdade social e econômica das regiões produziu efeitos negativos a participação. Já que os efeitos são positivos para os representantes dos dois contextos (Sul e Norte/Centro Oeste).

Para a variável *raça* e *renda* observamos o baixo efeito longitudinal nos modelos. A variável *raça* apresentou efeito somente para a forma “trabalhou em campanhas eleitorais”. Mas, em relação a esta variável, o fato interessante é a mudança no sentido do efeito. Em 1993 as chances de participação em campanhas eleitorais eram maiores entre os brancos, já nos anos 2006, 2010 e 2012 há uma mudança no sentido do efeito. A inversão do efeito na participação que pode refletir uma maior entrada dos negros e pardos para a participação partidária. Apesar disto, a *raça* não apresentou efeito longitudinal para as outras formas de participação, com isso não podemos afirmar que houve mudança desta relação para as outras atividades políticas.

Já a *renda* indicou efeito longitudinal para a forma de participação “convencer alguém a votar em determinado partido e/ou candidato”. A vinculação do efeito positivo da renda, pode estar relacionado, de acordo com a literatura com os recursos: os cidadãos com maiores níveis de renda, tendem a ter mais influência política. Assim, visam persuadir e convencer outros atores para a tomada das decisões políticas.

No Capítulo II, a educação foi evidenciada pela literatura por ser peça fundamental na redução das desigualdades salariais, pois com a expansão da educação, houve aumento da força de trabalho escolarizada e qualificada. O aumento do nível educacional das últimas décadas elevou a instrução da população e diminuiu a desigualdade educacional entre as regiões, grupos de cor, sexo e estratos de renda. Os dados socioeconômicos também indicam que há contração das taxas de pobreza e da desigualdade social em várias dimensões. Também no campo da política, Pateman destaca que é principalmente por meio da educação que os cidadãos são socializados e, assim, passam a se interessar pela política. Assim, consideramos que em 2014 o Brasil é um país muito menos desigual do que há trinta anos atrás: reduziram-se as barreiras do

acesso à escolaridade para os mais pobres, negros e mulheres; diminuíram as disparidades sociais entre as regiões; houve avanços para a redução da desigualdade social.

Destacam-se principalmente, nos últimos anos, as políticas sociais dos governos petistas que atuaram na redução dos níveis de desigualdades sociais. Por meio das políticas sociais, o Governo Federal efetuou transferências de renda e aumentou a abrangência dos bens e serviços ao conjunto da sociedade. Argumentamos a centralidade do Bolsa Família como uma política social que trouxe diversos retornos positivos à melhora de condição de vida das famílias que vivem abaixo da linha da pobreza. Rego e Pinzani (2013) argumentam que as políticas sociais são instrumentos para promover a autonomia individual. Estas integram os cidadãos à comunidade garantindo a cidadania por meio de oportunidades materiais e de acesso à recursos como escolaridade, saúde e bem-estar social.

Em relação a reflexão sobre a qualidade da democracia brasileira analisada pelas dimensões da *participação e igualdade*, consideramos, neste estudo, que houve avanços na qualidade da democracia brasileira. Como mostramos no debate bibliográfico, nosso olhar sobre o funcionamento de regimes está permeado pelo debate de Diamond e Morlino (2005) sobre a multidimensionalidade das democracias. Para o autor, devemos analisar os regimes democráticos a partir da sua trajetória e de suas várias dimensões. Neste sentido, analisar as democracias da América Latina envolve levar em conta que esses países enfrentaram longos períodos de autoritarismo e ditaduras, permeados por diversas crises econômicas e instabilidade sociais e políticas. As transições representaram um momento importantíssimo de abertura, mas a prática democrática é recente nos países latino-americanos podendo haver avanços e retrocessos nos regimes políticos.

Compreendemos que uma democracia de qualidade deve assegurar o conhecimento das regras do jogo democrático à população, as instituições democráticas devem funcionar com estabilidade e transparência e as eleições devem ser livres e competitivas. A democracia representativa significa que todos os cidadãos devem ter direitos iguais de participação, pois a representação é o fundamento da democracia contemporânea (URBINATI, 2008). Logo, neste estudo destacamos que países que investem em políticas sociais e econômicas que buscam implementar melhores condições de vida a população avançam na inclusão democrática.

No Brasil, a redução das desigualdades sociais, principalmente as vinculadas à educação indicam a ampliação dos níveis educacionais. Concluimos que o maior acesso

às escolas e universidades, no Brasil, pode trazer retornos positivos para a participação política. Neste sentido, argumentamos que ganhar “pontos” na qualidade da democracia é compreender a trajetória política e reconhecer que as mudanças são geralmente lentas (seja no campo da política, como no campo social), apesar disto elas precisam ser reconhecidas.

Agenda de pesquisa e desafios metodológicos

As análises aqui desenvolvidas, contudo, também possuem algumas limitações. Como Verba, Schlozman e Brady (1995) destacaram, o modelo socioeconômico é apenas uma entrada para compreender o complexo fenômeno da participação política. Precisamos analisar de forma mais profunda o papel do contexto e dos fatores vinculados à cultura cívica para compreender as diversas características do comportamento político dos brasileiros. Apesar deste não ser o problema de pesquisa desta dissertação, há um amplo campo de pesquisa que envolve entender o que motiva os cidadãos a participar da política e a influência da cultura política no comportamento. Assim, observar a participação através de análise qualitativa pode clarear questões de como os cidadãos utilizam da participação para pressionar e/ou conseguir recursos, o tempo dedicado às atividades e os círculos e redes sociais mobilizadas.

Enfrentamos também diversas limitações com o uso de metodologias complementares. Os *surveys* apresentam um papel importante na atualidade para os estudos de comportamento político, sendo utilizados por diversos institutos de pesquisas e projetos. Mas, devemos destacar a importância de outras metodologias de pesquisas. Acreditamos que as entrevistas, os experimentos e observações são metodologias que têm grande potencial de complementar e enriquecer as análises de comportamento político.

Outro exercício da área, principalmente para os estudos sobre a qualidade da democracia é a análise comparativa. A comparação de regimes políticos é uma tarefa desafiadora e complexa, devido a dificuldade de entender as realidades políticas dos vários países. Apesar dos desafios, a pesquisa comparada permite a compreensão de padrões e diferenças em relação ao funcionamento e qualidade dos regimes políticos. Através da análise comparativa pode-se ter um exame mais amplo dos contextos históricos e políticos das diversas localidades.

Na literatura brasileira, existe amplo reconhecimento do funcionamento da democracia procedimental. Apesar disto, em perspectiva temporal, a democracia é um fenômeno político relativamente novo no Brasil, destaca Moisés (2013). Com isso, nós temos uma grande agenda de pesquisa para compreender as várias dimensões da qualidade da democracia elencadas por Morlino (2005).

Referências Bibliográficas

- ALBERNAZ, Ângela; FERREIRA, Francisco; FRANCO, Creso. Qualidade e Equidade no ensino fundamental Brasileiro. *Pesquisa e Planejamento econômico*, v.32, n.3, 2002.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown&Co, 1965.
- AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*, n.2, p.11-32, 2013.
- ANDUIZA, Eva; BOSCH, Agustín. *Comportamiento Político y Electoral*. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.
- ARRETCHE, Marta et al. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos/organização Marta Arretche*. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.
- AVELAR, Lúcia. Dos movimentos aos Partidos: a sociedade organizada e a política formal. *Dossiê Política & Sociedade*. n.11, p. 101-116, 2007.
- AYRES, Carla S.; OLIVEIRA, Renata A. Determinantes da participação política entre homens e mulheres no Brasil. Workshop de Comportamento Político. UFMG: Belo Horizonte, 2015.
- BAQUERO, Marcello. Cultura Política e Processo eleitoral no Brasil: o que há de novo? *Em Debate*, Belo Horizonte, v.2, n.7, p. 6-10, 2010.
- _____; GONZALEZ, Rodrigo S. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, 2011.
- _____; LINHARES, Bianca de Freitas. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. Dossiê Capital Social e Comportamento Eleitoral, *Revista Debates*, Porte Alegre, v.5, n.1, p. 89-114, 2011b.
- BARNES, Samuel H. et al. *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*. Beverly Hills: Sage Publications, 1979.
- BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.
- BERELSON, B. R. et al. *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*. Chicago: University of Chicago Press, 1954.

- BOHN, Simone et al. Can conditional cash transfer programs generate equality of opportunity in highly unequal societies? Evidence from Brazil. *Revista de Sociologia Política*, v. 22, n. 51, p. 111-133, 2014.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI., n1, p.147-168, 2005.
- _____; RIBEIRO, Ednaldo A. *Participação Convencional e Não Convencional na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFGRS, 2011.
- _____; Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 27, n 2, p. 263-288, 2012.
- BRAGA, Maria do Socorro S.; PIMENTEL JR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, 2011.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Avaliando o Desempenho no Enade de Bolsistas do ProUni. *Na Medida*, v.1, n.3, 2009.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Nota Técnica PNAD 2014. Brasília, 2015.
- BRASIL. Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios/ Secretaria Geral da Presidência da República. Brasília, 2014.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho Doméstico: inatividade ou trabalho não remunerado. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v.23, n.2, 2006.
- _____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos. *Seminário Internacional gênero e Trabalho*, São Paulo, 2007.
- _____; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para as mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, v.39, n.136, 2009.
- BUENO, Natália S. Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. *Lua Nova*, São Paulo, n. 85, p. 187-226, 2012.
- BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. *Tempo Soc.*, São Paulo, v.20, n.2, p. 83-118, 2008.
- CAMPBELL, Angus et al. Introduction to the American Voter. In: *The Latin American Voter* New York: Wiley, 1960.
- CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri*. – Brasília: Ipea, 2014.

- CANCLINI, Néstor G. Cidades e Cidadãos Imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, Campinas, vol. VIII, n 1, 2002, p. 40-53.
- CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, p.81-90, 1994.
- CARLIN, Ryan E; SINGER, Matthew; ZECHMEISTER, Elizabeth. Introduction to the Latin American Voter. In: CARLIN, R. (Org.). *The Latin American Voter*. Michigan: Michigan University Press, p. 1-27, 2015.
- CASTRO, Jorge A. Política Social, distribuição de renda e crescimento econômico. In: Ana Fonseca e Eduardo Fagnani (Orgs.). *Políticas Sociais, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, p. 167-197, 2013.
- CODATO, Adriano N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, 2005.
- COMIN, Alvaro A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: Marta Arretche (Org.). *Trajetórias das Desigualdades*. São Paulo: Editora Unesp, p. 367-395, 2015.
- DAGNINO, Evelina et al. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo, SP; Campinas, SP: Paz e Terra: UNICAMP, 2006.
- DAHL, Robert A. *Who Governs?* New Haven, Conn.: Yale University Press, 1961.
- _____. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DALTON, Russel J. *Citizen politics: public opinion and participation in advanced industrial democracies*. 3 E.D. New York: Seven Bridges, 2002.
- _____. *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. California: SAGE Publications, 2007.
- _____; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- DELLA PORTA, Donatella. *Introdução a Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa, 2003.
- DEL PORTO, Fabíola Brigante. Jovens da democracia? : valores políticos das coortes da juventude brasileira no período democrático recente (1989 – 2006), Campinas, SP, 2012. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The Quality of Democracy: An Overview. *Journal of Democracy*, vol. 15, n.4, 2004.

_____. *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, p. 9-46, 2005.

DIAS, André Luiz V.; KERBAUY, Maria Teresa M. Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 23, n. 56, p. 149-181, 2015.

ELKINS, Zachary. Quem iria votar? Conhecendo as consequências do voto obrigatório no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. VI, n1, p. 109-136, 2000.

FERREIRA, Marcelo C. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996. Revisitando o problema da participação. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 90-102, 1999a.

_____. A participação política e os seus determinantes socioeconômicos: as regiões metropolitanas brasileiras: 1988-1996. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 5, N.2, p. 124-142, 1999b.

FIGUEIREDO, Marcus. Plebiscitos de 1963 e 1993 e a participação eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 1, n. 1, p. 01-08, 1993.

FILHO, Naercio M; KIRSCHBAUM. Educação e desigualdade no Brasil. In: Marta Arretche (Org.). *Trajetórias das Desigualdades*. São Paulo: Editora Unesp, p. 109-133, 2015.

FUKS, Mario. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. *Lua Nova*, São Paulo, p. 145-178, 2011.

GUIMARÃES, Nadya A.; BARONE, Leonardo Sangali; BRITO; Murillo M. A. Mercado e mercantilização do trabalho no Brasil (1960-2010). In: Marta Arretche (Org.). *Trajetórias das Desigualdades*. São Paulo: Editora Unesp, p. 395-423, 2015.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 423-445, 2000.

HUNTINGTON, Samuel. *A Terceira onda. Democratização do final do século XX*. São Paulo: Editora Ática, cap. 1 e 3, 1994.

____; NELSON, Joan. *No easy choice: political participation in developing countries*. Cambridge Havard University Press, p. 1-17, 1976.

HUNTER, Wendy; SUGIYAMA, Natasha B. Transforming Subjects into Citizens: Insights from Brazil's Bolsa Família. *Perspectives on Politics*, vol.12, n.4, 2014.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, Cultural Change, and Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2005.

- KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, vol.7, n 4, 2009.
- KINZO, Maria D'Alva. Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n 54, 2004.
- LAHÓZ. André. Renda e consumo. In: LAMOUNIER, B. e FIGUEIREDO, R. *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, p. 71-99, 2002.
- LAZARSFELD, Paul. F. et al. *The Peoples's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*. New York: Columbia University Press, 1948.
- LEVINE, Daniel H.; MOLINA, José Enrique. La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada. *América Latina Hoy*, p. 17-46, 2007.
- LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: formas de gobierno y resultados em treinta y seis países*. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.
- LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: Marta Arretche (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp; CEM, p. 163–193, 2015.
- LINZ, Juan J; STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MANIN, Bernard. *Los Principios del Gobierno Representativo*. Madri: Alianza, p.237-287, 2006.
- ____; et al. Eleições e Representação. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p.105-138, 2006.
- MARSHALL, Thomas H. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1967.
- MENEGUELLO, Rachel. Aspects of Democratic Performance: Democratic Adherence and Regime Evaluation in Brazil. *International Review of Sociology*, London, v.16, 2006.
- ____, Trust in Government and Democratic Adherence in Brazil: 2002 – 2006. Seminar Democracy and Distrust of Public Institutions in Brazil in Comparative Perspective, University of Oxford, 2007.
- ____; MOISÉS, José A. (Org.). *A Desconfiança Política e os seus impactos na Qualidade da Democracia*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
- MILBRATCH, Lester; GOEL; Mandam. *Political Participation*. Boston: University Press of America, 1965.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e Representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

- MILLER, Warren E. Political Behavior, Old and New. In: *A New Handbook of Political Science*, Oxford University Press, p. 294-308, 1996.
- MOÍSES, José A.; CARNEIRO, G. P. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 26, 1992.
- _____. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, 2008.
- _____. *Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo, Edusp, 2010.
- _____. Quality of democracy and political inclusion. *Disponível em: https://www.academia.edu/18011837/Quality_of_Democracy_and_Political_Inclusion*, 2015. Acessado em: 16 de dezembro de 2016.
- MORLINO, Leonardo. Legitimacy and the Quality of Democracy. Unesco, Oxford And Malden, *Blackwell Publishing Ltd.*, 2010.
- NASSIF, Luís. Política Macroeconômica e Ajuste Fiscal. In: LAMOUNIER, B. e FIGUEIREDO, R. *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, p. 39-71, 2002.
- NERI, Marcelo. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. *Ensaio Econômico*, Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- _____. *Miséria, desigualdade e Políticas de Renda: O Real do Lula*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007.
- _____. Desigualdade. In: *Dicionário de Políticas Públicas/Organização Geraldo Di Giovanni*, Marcelo Aurélio Nogueira. Editora Unesp; Fudanp, 2015.
- NEVES, Magda de Almeida. “Anotações sobre trabalho e gênero”. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 43 n. 149, p. 404-421, 2013.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Participação. In: *Dicionário de Políticas Públicas/Organização Geraldo Di Giovanni*, Marcelo Aurélio Nogueira. Editora Unesp; Fudanp, 2015.
- NORRIS, Pippa. Critical citizens: Global Support for Democratic Government. Nova Jersey, *Oxford University Press*, 1999.
- _____. Democratic Phoenix: Agencies, Repertories, & Targets of Political Activism. *American Political Science Association*, 2002a.
- _____. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2002b.

- OLIVEIRA, C. A luta por um lugar: gênero, raça e classe, eleições municipais de Salvador. Salvador: *Programa a Cor da Bahia*, 1997.
- OLIVEIRA, Carlos; TURGEON, Mathieu. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 574-600, 2015.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PORTO, Nathalia F. Comunidades raciais no Brasil: uma análise dos efeitos de raça e classe nas atitudes raciais dos brasileiros. Dissertação (Mestrado) – Faculdade e Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, ALESSANDRO. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo, Editora Unesp, 2013.
- REIS, Elisa P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000.
- RENNÓ, Lucio. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, p. 71-82, 2003.
- ____ et al. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Intermeios, 2011.
- ____. Teoria da Cultura Política: Vícios e virtudes. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, n. 45, 1998.
- RIBEIRO, Carlos A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados*, v.49, n.4, p.833-873, 2006.
- _____. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, n 37p.178-217, 2014.
- RIBEIRO, Ednaldo A.; BORBA, Julian. *Participação Política na América Latina*. Maringá: Eduem, 2015.
- RIBEIRO, Carlos C.; CENEVIVA, Ricardo; BRITO, Murillo M. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: Marta Arretche (Org.). *Trajetórias das Desigualdades*. São Paulo: Editora Unesp, p. 79-109, 2015.

- RIBEIRO, Antônio C.; SCHLEGEL, Rogerio. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In: Marta Arretche (Org.). *Trajetórias das Desigualdades*. São Paulo: Editora Unesp, p. 133-163, 2015.
- RUESCHEMEYER, Dietrich. Addressing Inequality. In: Larry Diamond and Leonardo Morlino. *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, p. 47-60, 2005.
- SABUCEBO, José M.; ARCE, C. Types of Political Participation: A Multidimensional Analysis. *European Journal of Political Research*. v.20, 1991.
- SALLUM; Basílio J.; CASARÕES, Guilherme S. P. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua Nova*, São Paulo, p. 163-200, 2011.
- SANTOS, José A. F. Efeitos de Classe na Desigualdade Racial no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, n.1, p. 21-65, 2005.
- SCARROW, Susan E. Political activism and party members. In: Russel Dalton e Hans-Dieter Klingemann (org.). *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, p. 636-655, 2007.
- SCHLEGEL, Rogerio. Educação e comportamento político: os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira recente. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- _____. A Educação Brasileira e seus retornos Políticos Decrescentes. In: *A desconfiança política e seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013.
- SCHLOZMAN, Kay L. Citizen, Participation in America: What do we know? Why do we care? New York: *Norton & Co.*, 2002.
- _____; VERBA, Sidney; BRADY, Henry. *The Unheavenly Chorus: unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy*. United Kingdom: Princeton University Press, 2012.
- SELIGSON, Mitchel A. et al. Os Contornos da Cidadania Crítica: explorando a legitimidade democrática. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, nº 1, p. 01-37, 2006.
- SHIN, Doh C. Democratization: Perspectives from Global Citizens. In: Russel Dalton e Hans-Dieter Klingemann (org.). *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, p. 259-283, 2007.

- SILVA, Robert B. Corrupção e participação política nas Américas e no Caribe. Tese (Doutorado) – Faculdade e Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 85, 2009.
- SOUZA, Pedro H; OSORIO, Rafael G. O perfil da pobreza no Brasil e as mudanças entre 2003 e 2011. In: Tereza Campello e Marcelo Neri. *Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, p. 139-157, 2013.
- TATAGIBA, Luciana. 1989, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política e Sociedade*, Florianópolis, vol.13, n28, 2014.
- TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- TELLES, Edward. E. Identidade racial, contexto urbano e mobilização política. *Afro-Ásia*, vol.17, pp. 121-138, 1996.
- TEORELL, Jan; TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. Political Participation: Mapping the terrain. In: DETH, J. (Org.). *Citizenship and Involvement in European Democracies*. New York: Routledge, p. 334 – 358, 2007.
- THOMASSEN, Jacques. Democratic Values. In: Russel Dalton e Hans-Dieter Klingemann (org.). *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, p. 418-437, 2007.
- TOURAINÉ, Alain. An Introduction to the study of Social Movements. *Social Research*, Vol. 52, No. 4, p. 749-787, 1985.
- URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*. University of Chicago Press: Chicago, 2008a.
- _____; WARREN, Mark E. The Concept of Representation in Contemporary Democratic Theory. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, p. 387- 412, 2008b.
- VERBA, Sidney; NIE, Norman. *Participation in America: Political democracy and social equality*. New York: Harper and Row, 1972.
- _____; NIE, Norman; KIM, Jae-on. *The modes of democratic participation: a cross national comparison*. Sage: Beverly Hills, 1971.
- _____; NIE, Norman; KIM, Jae-on.. *Participation and Political Equality: a seven nation comparison*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

_____ et al. Citizen Activity: Who Participates? What Do They Say? *The American Political Science Review*. Vol. 87, No. 2, pp. 303-318, 1993.

_____; SCHLOZMAN, Kay; BRADY, Henry. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

VEIGA, Luciana. Comportamento e valores políticos dos eleitores. *Compólitica*, n. 1, vol. 1, p.1-28, 2011.

VILAS, Carlos M. Participation, Inequality, and the Whereabouts of Democracy. In: Douglas A. Chalmers. *The New Politics of Inequality in Latin America*. New York: Oxford University Press, 1998.

Anexo A – Descrição das variáveis

Variável: tentar convencer alguém a votar

Cedec – 1993

p25c "Com que frequência você: Tenta convencer amigos a votarem nos candidatos que acha bons".

- 1 "Frequentemente"
- 2 "Algumas vezes"
- 3 "Raramente"
- 4 "Nunca".

Lapop - 2006/2008/2010/2012

PP1. Durante as eleições, algumas pessoas tentam convencer a outras para que votem em algum partido ou candidato. Com que frequência o sr./sra tentou convencer outras pessoas a votar em um partido ou candidato?

1. Frequentemente
2. De vez em quando
3. Muito raramente
4. Nunca
8. NS/NR

Recodificamos as variáveis p25c e PP1 do banco de dados original. As variáveis originais foram reagrupadas de modo a conter as categorias 1, 2, 3 para 1 (sim). E categoria 4, para 0 (não participa).

Variável: participar de partidos políticos

Cedec 1993

p34c "Vou citar algumas organizações e gostaria que você me dissesse se é membro ou não de cada uma delas: Partido político".

- 1 Sim
- 2 Não

Lapop 2006/2008/2010/2012/2014

CP13. Vou citar algumas organizações e gostaria que você me dissesse se é membro ou não de cada uma delas: De um partido ou movimento político?

1. Uma vez por semana
2. Uma ou duas vezes ao mês
3. Uma ou duas vezes ao ano
4. Nunca
8. NS/NR

Mantivemos a variável p34c, como a original do banco. Recodificamos a variável CP13 do banco de dados original. A variável original foi reagrupada de modo a conter as categorias 1, 2, 3 para 1 (sim). E categoria 4, para 0 (não participa). O código 8 foi classificado como *missing data*

Variável: trabalhar para algum candidato ou partido em campanhas eleitorais

Cedec – 1993

p25f "Com que frequência você: Trabalha ou trabalhou para algum candidato ou partido em campanhas eleitorais".

1. Frequentemente
2. Algumas vezes

3. Raramente
4. Nunca

Lapop – 2006/2008/2010/2012

PP2. Existem pessoas que trabalham para algum partido ou candidato durante as campanhas eleitorais. O sr./sra trabalhou para algum partido ou candidato nas eleições presidenciais de 2006?

1. Sim, trabalhou
2. Não trabalhou
8. NS/NR

Recodificamos a variável p25f do banco de dados original. A variável original foi reagrupada de modo a conter as categorias 1, 2, 3 para 1 (sim). E categoria 4, para 0 (não participa). O código 8 foi classificado como *missing data*. Mantivemos a variável PP2, como a original do banco.

Variável: participar em associação de moradores

Cedec – 1993

p34a Você é membro ou não: Associação de moradores?

1. Sim
2. Não

Lapop 2006/2008/2010/2012/2014

CP8. O sr./sra assiste às reuniões de um comitê, uma associação de bairro ou junta de melhoras para a comunidade?

1. Uma vez por semana
2. Uma ou duas vezes ao mês
3. Uma ou duas vezes ao ano
4. Nunca
8. NS/NR

Mantivemos a variável p34a, como a original do banco. E recodificamos a variável CP8 do banco de dados original. A variável original foi reagrupada de modo a conter as categorias 1, 2, 3 para 1 (sim). E categoria 4, para 0 (não participa). O código 8 foi classificado como *missing data*.

Variável: solicitar ajuda de político

Cedec – 1993

p25g "Com que frequência você: Faz pedidos através de cartas, telefonemas ou visitas a políticos ou a funcionários públicos".

1. Frequentemente
2. Algumas vezes
3. Raramente
4. Nunca

Lapop – 2006/2008/2010/2012

NP2 O sr./sra solicitou ajuda ou enviou pedido a algum vereador, funcionário ou órgão da prefeitura?

- 1 Sim
- 2 Não
- 8 Não sabe ou Não se lembra

Recodificamos a variável p25g do banco de dados original. A variável original foi reagrupada de modo a conter as categorias 1, 2, 3 para 1 (sim). E categoria 4, para 0 (não participa). O código 8 foi classificado como *missing data*. Mantivemos a variável NP2, como a original do banco.

Variável: votar nas eleições presidenciais

Cedec 1993

p54a "Em 1989, nas eleições para presidente da República, você votou no 1o. turno?".

1 "Sim"

2 "Não".

Lapop – 2006/2008/2010/2012/2014

VB2. O sr./sra votou nas últimas eleições presidenciais?

1. Sim, votou

2. Não votou

8. NS/NR

Variável: participar de manifestações ou protestos

Cedec – 1993

p25i "Com que frequência você: Participa de manifestações a favor ou contra o governo ou por alguma causa".

1. Frequentemente

2. Algumas vezes

3. Raramente

4. Nunca

Lapop – 2006/2008/2010/2012/2014

PROT1. O sr/sra participou manifestação ou protesto público? Participou algumas vezes, quase nunca ou nunca?

1. Algumas vezes

2. Quase nunca

3. Nunca

8. NS/NR

Recodificamos a variável p25i do banco de dados original. A variável original foi reagrupada de modo a conter as categorias 1, 2, 3 para 1 (sim). E categoria 4, para 0 (não participa). / Recodificamos a variável PROT1 do banco de dados original. A variável original foi reagrupada de modo a conter as categorias 1 e 2 para 1 (sim). E categoria 3, para 0 (não participa). E o código 8 foi classificado como *missing data*.

Variável: renda

Cedec – 1993

Var label renda: Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto foi a renda familiar em sua casa no mês de fevereiro?

Renda Familiar	%
Até 2 S.M.	24
De 2 a 5 S.M.	26,3
De 5 a 10 S.M.	22,2
De 10 a 20 S.M.	12,9
Mais de 20 S.M.	7,6
Não sabe	6,9
Total	100

Lapop - 2006

VS13. Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, qual é a renda familiar?

Renda familiar	%
Sem renda	0,7
Até R\$ 260,00	5,5
De R\$ 260,01 até R\$ 520,00	24,5
De R\$ 520,01 até R\$ 780,00	17,2
De R\$ 780,01 até R\$ 1.300,00	21,5
De R\$ 1.300,01 até R\$ 2.600,00	16,1
De R\$ 2.600,01 até R\$ 5.200,00	6,4
De R\$ 5.200,01 até R\$ 7.800,00	1,3
Mais de R\$ 7.800,00	0,2
Não sabe	3,3
Não respondeu	3,3
Total	100

Lapop - 2008

Q10. Qual das seguintes categorias mais se aproxima da renda familiar dessa casa?

Renda familiar	%
Sem Renda	3,4
Até R\$ 380,00	19,6
De R\$ 380,01 até R\$ 760,00	29,2
De R\$ 760,01 até R\$ 1.140,00	18
De R\$ 1.140,01 até R\$ 1.900,00	10,7
De R\$ 1.900,01 até R\$ 2.660,00	6
De R\$ 2.660,01 até R\$ 3.040,00	3,7
De R\$ 3.040,01 até R\$ 4.560,00	2,5
De R\$ 4.560,01 até R\$ 5.700,00	1,5
De R\$ 5.700,01 até R\$ 7.600,00	0,5
Mais de R\$ 7.600,01	0,5

NS/NR	4,3
Total	100

Lapop – 2010

Q10. Qual das seguintes categorias mais se aproxima da renda familiar dessa casa?

Renda familiar	%
Sem Renda	1,3
Até R\$ 510,00	21,4
De R\$ 510,01 até R\$ 1020,00	29,1
De R\$ 1020,01 até R\$ 1.530,00	17,4
De R\$ 1.530,01 até R\$ 2.550,00	13,7
De R\$ 2.550,01 até R\$ 3.570,00	5,9
De R\$ 3.570,01 até R\$ 4.080,00	2,4
De R\$ 4.080,01 até R\$ 6.120,00	2,3
De R\$ 6.120,01 até R\$ 7.650,00	0,4
De R\$ 7.650,01 até R\$ 10.200,00	0,5
Mais de R\$ 10.200,01	0,7
NS	2,5
NR	2,5
Total	100

Lapop - 2012

Q10NEW. Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo a renda de todos os adultos e filhos que trabalham?

Renda familiar	%
Sem renda	0,1
Até R\$100	0,1
De R\$100 até R\$210	0,9
De R\$211 até R\$310	1,2
De R\$311 até R\$410	1,4
De R\$411 até R\$520	2,3
De R\$521 até R\$620	4,6
De R\$621 até R\$730	7,3
De R\$731 até R\$820	4
De R\$821 até R\$930	5,5

De R\$931 até R\$1040	7,5
De R\$1041 até R\$1130	4,3
De R\$1131 até R\$1240	6,1
De R\$1241 até R\$1400	5,3
De R\$1401 até R\$1550	5,7
De R\$1551 até R\$1860	8,9
Mais de R\$1860	29,8
DK	2,2
NR	2,9
Total	100

Lapop – 2014

Q10NEW. Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo a renda de todos os adultos e filhos que trabalham?

Renda familiar	%
Sem renda	0,1
Menos de R\$500	4,7
De R\$501 a R\$700	4,2
De R\$701 a R\$800	8,6
De R\$801 a R\$900	4,5
De R\$901 a R\$1000	5,5
De R\$1001 a R\$1100	4,2
De R\$1101 a R\$1200	5,7
De R\$1201 a R\$1400	5,1
De R\$1401 a R\$1600	9,7
De R\$1601 a R\$1800	5,3
De R\$1801 a R\$2000	9,5
De R\$2001 a R\$3100	12,3
De R\$3101 a R\$4300	7,5
De R\$4301 a R\$5400	3,7
De R\$5401 a R\$6600	2,2
Más de R\$6600	3,3
DK	2
NR	1,7
Total	100